

Semanário

Director

António Dias Lourenço

Propriedade

Editorial "Avante!"

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 44—Série VII—N.º 26
1 de Novembro de 1974

Preço: 2\$50

Angola e Moçambique: 6\$00

Redacção/Administração - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tel. 779825 * Impressão e Composição - Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L. - Rua de «O Seculo», 41 a 63 - Lisboa * Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

LEVAR ÀS MASSAS AS DECISÕES DO CONGRESSO

MILHARES DE PESSOAS EM TODO O PAÍS ASSISTIRAM A COMÍCIOS DO NOSSO PARTIDO

«Os nossos inimigos sonham com divisões no seio do Partido. Os nossos inimigos intriguem, caluniam, espalham boatos. Mas o nosso Partido torna-se dia a dia mais forte. Aquilo que o caracterizou como um grande Partido marxista-leninista mantém-se.»

Essas palavras do camarada Manuel Pedro, pronunciadas no grande comício de sábado, no Campo Pequeno, traduzem uma realidade partidária e uma realidade da vida portuguesa. A reacção ainda se apegava à arma do boato. Mas se lhe resta um mínimo de lucidez, deve ter compreendido no último fim-de-semana que o boato não funciona quando o alvo é o PCP. Em Lisboa, em Paranhos, em Coimbra, em Setúbal e em muitos outros comícios menores, o nosso Partido ofereceu uma imagem de força e unidade que o situa acima de todas as manobras e intrigas da

ascória contra-revolucionária. Se os conspiradores da minoria sediciosa duvidavam ainda da profundidade da nossa implantação entre as grandes massas populares, ficaram certamente desiludidos. Quando um partido promove simultaneamente nos principais centros urbanos uma série de

Nacional marcadamente original — e o povo acorre massivamente e enche e transbordam recintos desportivos e praças de touros para escutar a voz desse Partido, podemos ter a certeza de que o destino de todas as colónias será igual ao dos cartazes da «maioria silenciosa»: o caixote do lixo.

particular. O PCP é um partido que não faz segredo da sua política. Leva-a às massas, debate-a com as massas, forja-a no contacto íntimo com as massas. Apenas 5000 pessoas tiveram a oportunidade de acompanhar os trabalhos do VII Congresso do nosso Partido. Agora, são dezenas de mi-

Partido, que é a vanguarda revolucionária da classe operária, é hoje ainda mais firme. A sua confiança no MFA — prolongadamente aclamado em todos os comícios — é ainda mais forte. Só unidos, civis e militares democráticos, poderemos transformar a actual situação verdadeiramente democrática. Nessa tarefa a contribuição do PCP é insubstituível. É o Partido, como disse o camarada Álvaro Cunhal, que luta por uma ordem fundada na liberdade, fundada no respeito pelos direitos dos cidadãos, uma ordem estabelecida para a defesa dos direitos dos trabalhadores, dos interesses do povo e do País, uma ordem cujo respeito teremos de impor aqueles que procuram fomentar uma situação de desorganização, de insegurança e caos, que crie condições para afogar e destruir a jovem democracia portuguesa».

Unidos, imporemos essa ordem democrática. Os comícios de sábado e domingo confirmaram que o objectivo pode ser alcançado pelo povo e pelas Forças Armadas. É a participação do nosso Partido nesse esforço colectivo não poderia ser mais limpa do que é.

(NA PAG 3)

GRANDIOSAS JORNADAS POPULARES EM LISBOA, PORTO, COIMBRA E SETÚBAL

grandes comícios para informar o povo dos objectivos do seu Programa, das mudanças nele introduzidas, do espírito que as norteou e do conteúdo de uma Plataforma de Emergência que é o instrumento de uma linha orientada para o aprofundamento de uma Revolução Democrática e

A imagem do PCP está no seu Programa, na sua Plataforma, na palavra dos seus dirigentes, no comportamento dos seus militantes. É nesse sentido que os grandes comícios da última semana ganham, na perspectiva de uma história que está a ser construída no dia-a-dia, uma significação

lhar, talvez mais de com mil portugueses que tomaram conhecimento directo dos problemas ali debatidos, da natureza e dos objectivos dos documentos fundamentais aprovados no dia 20 de Outubro.

Quem esteve no Campo Pequeno ou em Setúbal, em Paranhos ou Coimbra, no comício de uma aldeia alentejana ou de uma vila do Ribatejo, não se limitou, porém, a um acto de curiosidade passiva. Sabe agora em pormenor o que o nosso Partido pensa sobre o presente e que futuro pretende ajudar a construir. Mas o Povo demonstrou também com a sua participação calorosa, com os seus aplausos entusiásticos, que apoia a política do Partido, afirmou com clareza a disposição de lutar pelas metas da Revolução Democrática e Nacional expostas, justificadas e defendidas pelo Partido.

Poderia talvez dizer-se que esses comícios foram diferentes de outros anteriores. Se a reacção viu neles alguma coisa nova, se identificou certas mudanças subtis no estado de espírito do povo, descobriu uma evidência. É verdade. Os comícios de sábado e domingo foram diferentes. As faixas eram as mesmas ou muito semelhantes, as bandeiras não mudaram de cor, a alegria era a mesma, o calor das ovações era o mesmo. Mas da massa desprendia-se agora uma sensação de maior tranquilidade, de uma segurança própria daqueles que vão substituindo inquietudes por certezas. Como o camarada Álvaro Cunhal salientou, desde o 28 de Setembro «todos podem verificar que a vida política e social está mais serena e mais confiante». A derrota da intenção contra-revolucionária desmoralizou a calúnia, o boato, a intriga. Quem ameaçava a liberdade, quem desejava o caos e a desordem era a reacção. Esmagada, desmantelada, desalojada de altos postos que ocupava, essa reacção raivosa e antinacional não pode agitar agora os fantasmas forjados pela sua propaganda.

O povo tem motivos para a sua serena alegria. As massas que souberam transformar os comícios do PCP em grandiosas jornadas democráticas, têm razões para confiar no nosso Partido. Sabem que os saudistas do fascismo voltarão à carga, que novas e difíceis batalhas terão de ser travadas contra o mesmo inimigo de sempre. Mas a sua confiança no



Acompanhado pelo comandante Conceição e Silva, o camarada Álvaro Cunhal fala aos órgãos de Informação antes de partir para a União Soviética

VISITA À UNIÃO SOVIÉTICA DE UMA DELEGAÇÃO OFICIAL PORTUGUESA

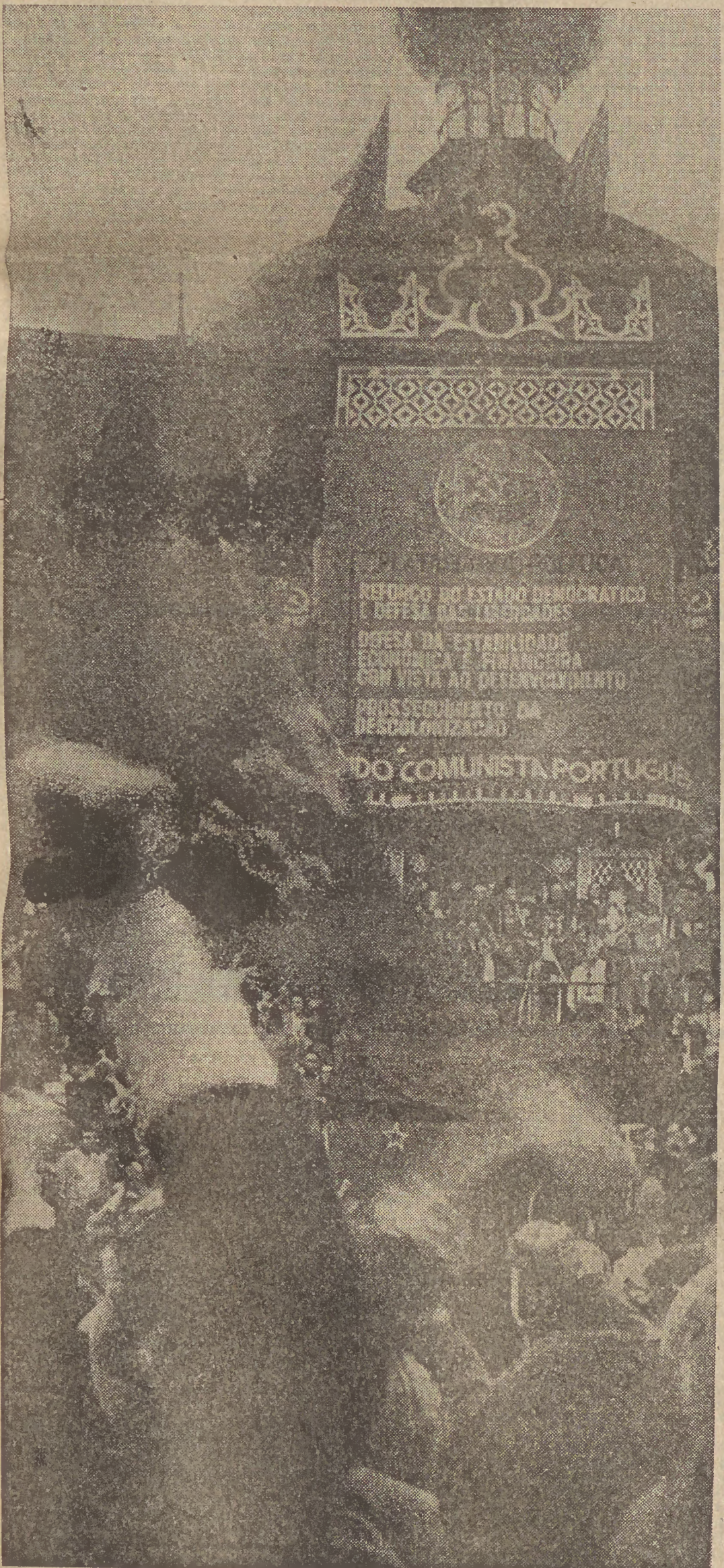
É no contexto das novas perspectivas de estabelecimento de laços de cooperação e de amizade entre o povo português e outros povos que se insere a ida à URSS de uma missão governamental chefiada pelo nosso camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido e ministro sem pasta, e da qual fazem parte o secretário de Estado da Comunicação Social, comandante

Conceição e Silva; o embaixador Magalhães Cruz, director-geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros; o dr. Alberto Requeira, do Ministério da Economia e Waldemar Quaresma, secretário do camarada Álvaro Cunhal.

«O objectivo da missão é o exame de questões relativas ao intercâmbio cultural, científico e técnico, comercial, económico e

turístico que interessam aos dois países que desejam manter estreitas relações de amizade» declarou, à partida, o camarada Álvaro Cunhal. «Um exame, enfim, o mais aprofundado dessas perspectivas gerais, para serem concretizadas a curto prazo.»

Relativamente às perspectivas de intercâmbio no âmbito do Ministério da Comunicação Social, CONT. NA PAG. 5



O comício do Campo Pequeno promovido pela DORL foi uma importante manifestação de apoio às medidas apontadas no Congresso Extraordinário do PCP

Avante!
PÁGINA 2

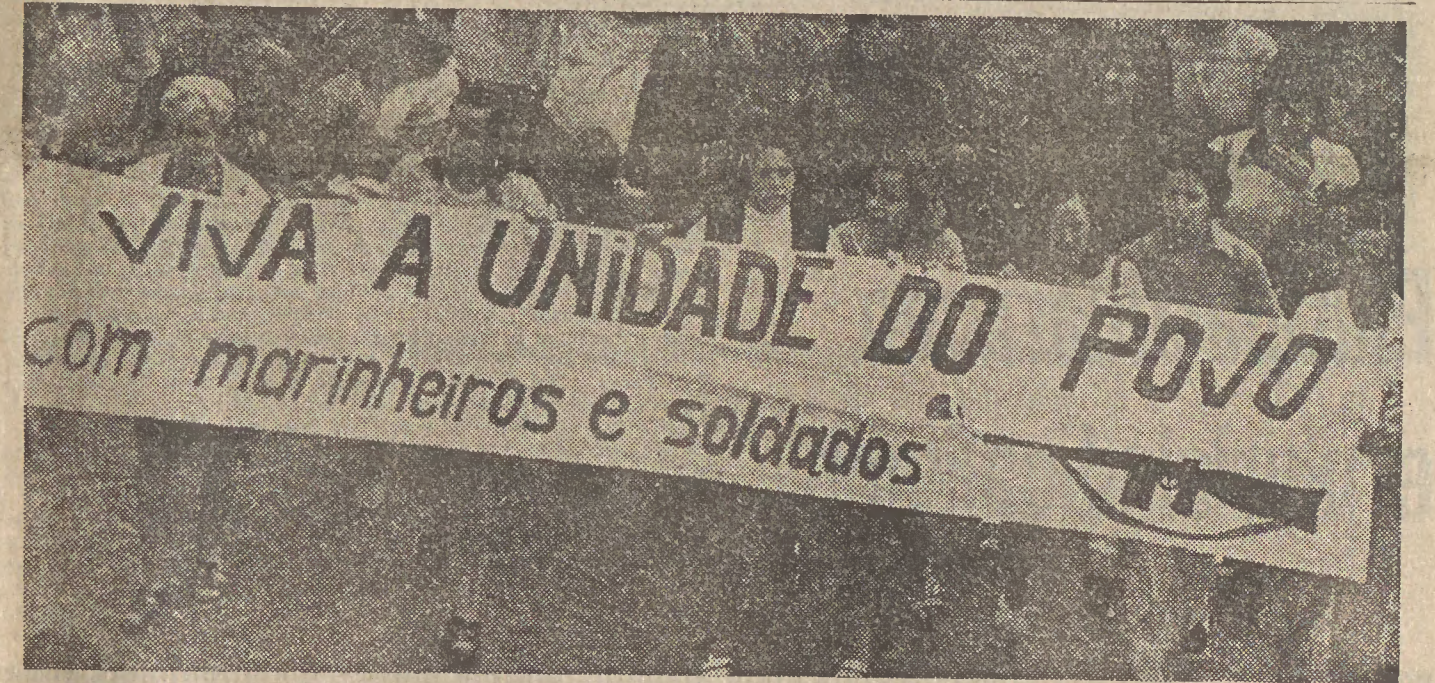
O Congresso
e o futuro



Pluripartidarismo
e plurisindicalismo



As Jornadas
Democráticas



NOVENTA DIAS DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

O ministro sem pasta major Vitor Alves pronunciou no início da semana uma alocução em que fez o balanço dos três meses de actividade do segundo Governo Provisório. Pelo que constitui de esclarecedor, repositório da actividade do Ministério no esforço de consolidação da democracia, transcrevemos integralmente a comunicação:

«Decorridos que são três meses sobre a posse do 2.º Governo Provisório, impõe-se a apresentação pública do balanço da actividade governamental desenvolvida. Poderá parecer pouco o trabalho produzido. Todavia, e se não esquecermos as diversas vicissitudes que houve de enfrentar, estamos certos que se concluirá que, no curto espaço de tempo decorrido, poderá ser criticável a ordem de prioridades estabelecida, mas dificilmente o quantitativo global de actividade realizada.»

Antes do mais, desejo afirmar que o 2.º Governo Provisório lamenta profundamente o facto de não ter sido ainda viável estabelecer condições que permitam dar público conhecimento dos projectos de diplomas que mais interessam ao povo português, à semelhança do procedimento adoptado com alguns projectos de decretos-lei, como os respeitantes à imprensa, às eleições e ao arrendamento rural. Porém, facilmente se compreenderá que a actual situação nacional não se compadece com demoras e exige, muitas vezes, a promulgação urgente da legislação. Em todos os casos, todavia, tem havido o cuidado de ouvir previamente os representantes dos sectores mais directamente interessados.

Façamos, então, uma síntese das mais importantes disposições cumpridas pelo 2.º Governo Provisório no âmbito dos princípios consignados no Programa do Movimento das Forças Armadas e das linhas de orientação definidas no preâmbulo

do Decreto-Lei n.º 203/74 de 15 de Maio.

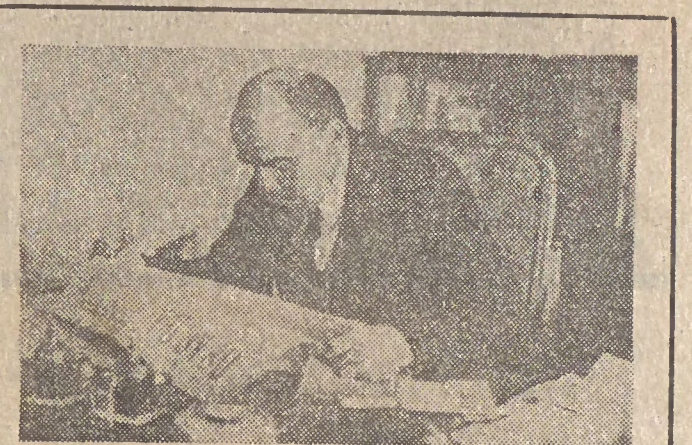
Preconiza o Programa do MFA o saneamento da política interna que vinha sendo seguida pelo regime anterior e a democratização das suas instituições.

Para além da destituição dos elementos mais representativos do regime anterior, foram criadas as Comissões Interministeriais e Ministeriais de Reclassificação e de Reintegração.

O Governo conferiu já posse à totalidade dos governadores civis. No âmbito do desmantelamento do aparelho corporativo foram dissolvidas as Corporações (Dec. n.º 362/74 de 17 de Agosto), instituídas em 1956 e constituída uma comissão liquidatória; foram extintos os organismos corporativos dependentes do Ministério da Economia, nomeadamente os grémios, e salvaguardada a transferência do seu pessoal, bens e serviços para organismos de coordenação económica, dentro das alterações de estrutura perenizadas pelo Programa do MFA e do Governo Provisório.

Foram saneadas Casas do Povo e os seus corpos gerentes substituídos por comissões administrativas eleitas democraticamente.

Outra medida imediata determinada pelo Programa do MFA diz respeito ao combate eficaz contra a corrupção. Nestes termos, foi criada a Comissão Nacional de Inquérito, cuja finalidade é indagar das violências praticadas contra pessoas e dos actos de corrupção ocor-



Este mal-entendido consistia em pensar que só os escritores (no sentido profissional da palavra) são capazes de participar utilmente num jornal; bem pelo contrário, um órgão de Informação será útil e vivo se por cada cinco publicistas responsáveis que escrevem regularmente houver quinhentos, cinco mil colaboradores que não sejam escritores.

É necessário que o maior número possível de militantes do Partido se corresponda conosco: digamos bem, corresponda, no sentido, habitual e não literário do termo.

Que todos aqueles que consideram (o jornal) como seu e que têm consciência do seu dever de comunistas membros do Partido, renunciem ao hábito burguês de raciocinar e agir como é costume quando se trata de jornais legais dizendo: «A eles cabe escrever, a nós, ler.» O jornal comunista deve ser obra de todos os comunistas. A todos, e sobretudo aos trabalhadores, pedimos que se correspondam conosco. Proporcionemos aos trabalhadores a maior possibilidade de escrever no nosso jornal, de nos falarem de tudo, de escreverem o mais possível sobre a sua vida quotidiana, seus interesses e trabalho; sem esta documentação, um órgão comunista de nada valerá e não será digno desse nome. Pedimos também que se correspondam conosco, entendendo-se por isto que não se trata de correspondência jornalística, isto é, para a imprensa, mas com o fim de manter com a redacção relações próprias de camaradas e para a informar não apenas sobre os factos, os acontecimentos, mas também sobre o estado de espírito e os aspectos quotidianos, «desprovidos de interesse», habituais, rotineiros do movimento.

LÉNINE

CONT. NA PAG. 5

DURANTE os duros anos da ditadura, o Partido Comunista Português mostrou a sua sólida implantação nas massas, resistiu a todas as investidas do fascismo, pôs à prova com êxito a correcção da sua linha política, forçou na luta de todos os dias a força que fez dele não só o mais importante partido político português mas também o maior baluarte na defesa da democracia e dos verdadeiros interesses populares.

As vitórias alcançadas assestaram na justeza dos princípios defendidos, na fidelidade inabalável ao marxismo-leninismo, no profundo e incansável trabalho de organização, de propaganda, de esclarecimento, de ligação às massas e identificação com as suas mais profundas e legítimas aspirações. Mas essas vitórias foram também o produto de um determinado estilo de trabalho, de determinadas características dos militantes: espírito de sacrifício e dedicação aos interesses nacionais; combatividade e firmeza perante o inimigo; confiança na vitória, mesmo quando a relação de forças não era favorável; discernimento suficiente para saber avançar ou recuar conforme as condições concretas.

Hoje, nas novas condições da vida nacional surgidas com o 25 de Abril, estas características e este estilo de trabalho continuam a ser de uma importância fundamental e condição necessária para o reforço do nosso Partido. Só dentro destes princípios, só obedecendo a este tipo de funcionamento e actuação, os militantes comunistas saberão estar à altura das exigências e das necessidades. O tempo decorrido desde o derrubamento da ditadura mostrou amplamente que os militantes do nosso Partido têm sabido permanecer fiéis às lições do passado, têm sabido permanecer fiéis às características e ao estilo de trabalho que conduziram à criação das condições para a derrota do fascismo.

E os novos camaradas, aqueles que mais recentemente têm vindo até nós, rapidamente souberam, na generalidade, tornar-se verdadeiros comunistas. Em vários locais do país, em vários sectores profissionais, existem hoje destacados militantes recém-chega-

dos ao Partido. É que, como o acentuou recentemente o camarada Cunhal, nós não queremos que haja no Partido membros de primeira e membros de segunda classe. Todos os membros do Partido têm direitos iguais, têm deveres iguais, vinhos do tempo da clandestinidade ou entrem depois do 25 de Abril.

Entretanto, a nova situação política em Portugal após o 25 de Abril, colocou novas exigências ao nosso Partido e aos militantes. Impôs-se toda uma adaptação da máquina partidária e da própria actuação dos militantes, a qual se tem vindo a processar ao longo dos meses de forma inegavelmente positiva, não obstante o muito que há que corrigir, os sectores de trabalho que há que desenvolver, etc.

É neste contexto que surge o Sétimo Congresso (Extraordinário) do nosso Partido. E parece-nos de justiça assinalar que a maneira como ele foi preparado decorreu e está a ser transplantado para a prática, constitui o primeiro grande passo e o primeiro grande exemplo de que o Partido Comunista Português, nesta hora exaltante de construção democrática do País, saberá estar à altura das suas responsabilidades, tal como aconteceu, em condições bem diferentes, durante a ditadura fascista.

A realização do Congresso foi determinada pela necessidade de actualização à situação política actual do Programa e dos Estatutos do PCP. No que se refere aos textos propriamente ditos, e que foram aprovados, essa actualização está feita. Ao mesmo tempo, porém, o Congresso serviu para demonstrar que a adaptação também está a ser concretizada ao nível do estilo de trabalho e da actuação dos militantes. Características fundamentais do trabalho partidário enformaram as diversas fases por que passou a realização do Congresso.

Os debates, suscitadores de diversas correcções, que levaram à redacção final dos textos apresentados à votação; a coesão manifestada no interior do Partido, independentemente das diferenças de opiniões neste ou naquele pormenor; o desejo expressamente

manifestado de reforço da unidade das forças democráticas, o entusiasmo e ao mesmo tempo a seriedade ponderação que rodearam os trabalhos; a série de comícios, reuniões e sessões de esclarecimento, assim como os debates no interior do Partido, que se têm sucedido ao Congresso, para aprofundamento, divulgação e aplicação das orientações ali definidas — são alguns entre os vários aspectos da actividade partidária que comprovam a pronta capacidade de resposta às exigências impostas pelo actual momento político e à inserção do Partido na vida nacional.

Fiel às suas tradições de luta na defesa dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras, fiel também aos princípios do marxismo-leninismo que têm orientado a sua actividade — o Partido Comunista Português, hoje, como ontem, saberá desempenhar na vida nacional o papel de decisiva importância que decorre da sua própria força e implantação popular. E fá-lo-a recorrendo à sua inigualável experiência de luta do passado e aos ensinamentos colhidos no dia-a-dia do pós-25 de Abril.

A tarefa prioritária do momento consiste em levar às massas o Programa e a Plataforma de Emergência que saíram do Congresso. E este trabalho está em marcha, orientado pelo princípio de que o instrumento fundamental que é o nosso Programa não apenas respeita a nós, comunistas, na medida em que ele é uma arma que interessa a todos os portugueses realmente empenhados na construção da verdadeira democracia.

Aplicando no dia-a-dia essas decisões históricas do nosso Congresso, ganhando para elas as mais amplas camadas populares, revestindo o nosso trabalho das características que colocaram os comunistas entre os mais tenazes lutadores antifascistas e entre os mais consequentes obreiros da actual construção da ordem democrática, lutaremos incansavelmente pela consolidação das liberdades, pela realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte, pela instauração de um regime que permita a edificação do Portugal livre, próspero e independente que os portugueses desejam.

O Congresso e o futuro



O processo de democratização nacional iniciado com o movimento triunfante de 25 de Abril, tem a sua dinâmica na conjugação de três factores fundamentais: a unidade das massas populares e das forças democráticas e a aliança deste movimento popular e democrático com o Movimento das Forças Armadas.

A crise que culminou com o desmantelamento da intenção reaccionária de 28 de Setembro, que provocou a saída de três membros da Junta de Salvação Nacional e depois a própria renúncia do Presidente da República, general Spínola, reforçou ainda de maneira notável a dinâmica do processo democrático e abriu possibilidades muito mais favoráveis à realização integral do Programa do MFA e até a uma definição mais precisa das suas metas.

O sistema de governo foi submetido à prova, a uma rude prova, e não há dúvida que dela saiu reforçado e prestigiado.

O que caracteriza o sistema actual de governo é exactamente o pluripartidarismo, isto é, a conjugação de forças políticas, que informa o Governo Provisório ou o apoiam de maneira activa.

As crises políticas, e mais ainda, quando elas são da natureza da de 28 de Setembro, provocam sempre estremeções e vacilações e até certos movimentos de pânico que, no nosso caso, talvez, interesse um dia trazer à luz do Sol. Pode-se, por exemplo, perguntar, porque certos sectores de opinião, em vez de verem em toda a sua perigosidade a intenção das direitas, que a triunfar mergulharia o País num banho de sangue, se preocuparam tanto com um inexistente perigo de esquerda, com uma fantástica eventualidade de o Poder «cair na rua», deliberada e artificialmente levantada não se sabe bem porquê e com que escusos objectivos.

Tanto mais fantástico e artificial quanto é certo que nas chamadas «barricadas», onde populares e soldados e marinheiros, no sentido mais geral do termo, estreitaram a sua determinação comum, o que saiu ainda mais reforçado foi a tal característica principal do sistema de governo em vigor, precisamente o pluripartidarismo.

Sim, o unipartidarismo esteve à vista — mas na intenção reaccionária, nunca no seu desmantelamento. É pluralidade de par-

tidos que dá o cariz actual e o dará por dilatados anos, ao processo democrático saído do 25 de Abril. Compreende-se porquê e justamente o Presidente do Conselho, brigadeiro Vasco Gonçalves, o mesmo o Presidente da República, general Costa Gomes, tenham várias vezes reafirmado em público o carácter pluripartidário do actual sistema de governo.

As palavras em política têm o seu significado próprio. O pluripartidarismo é a expressão organizada dum xadrez sociopolítico da realidade portuguesa actual em que os homens e mulheres das mais diversas classes sociais se procuram integrar. Quer dizer, os partidos políticos são uma forma necessária de expressão desta diversidade social no plano político e só gente néscia ou interessada em fazer chicaneria entre as forças democráticas, poderia meter na cabeça concepções que iriam ao invés do sentido lógico do processo democrático actual.

Mas agarrar neste termo «pluria» e querer aplicá-lo indiscriminadamente, como sinónimo de democracia, aos diversos agrupamentos sociais que intervêm no processo democrático é, pelo menos, um abuso perigoso para não lhe chamar outra coisa.

Está neste caso o chamado plurisindicalismo.

Os sindicatos, o movimento sindical, têm normalmente, as suas opções políticas e entre nós já as tiveram. E de que maneira! No confronto «fascismo ou democracia» os sindicatos portugueses e o seu mais forte baluarte organizado — a Intersindical — já optaram inequivocamente em política pela democracia. Os sindicatos não são, pois, apolíticos — mas não são também partidos políticos. Têm a sua feição própria de organismos largos de classe, destinados a agrupar no seu seio os trabalhadores dos mais diversos níveis de consciência e a defender nessa base larga os seus interesses sociais específicos.

Com a derrota do fascismo foi conquistada a liberdade sindical, os trabalhadores puderam não só escaqueirar o colete-de-forças do corporativismo fascista mas escorregar dos seus organismos de classe os rafeiros do patronato. Mas a liberdade sindical, a consti-

tuição de sindicatos livres não vulnerou a característica principal das classes trabalhadoras — a sua identificação social, a sua unidade de classe. Comunistas, socialistas, católicos, sem-partido, é face à realidade da exploração capitalista e sob o capitalismo que os trabalhadores se unem e se organizam para um combate comum.

Os trabalhadores portugueses, instruídos pela sua dura experiência sob o fascismo, de há muito aprenderam que a sua maior força reside na sua unidade, que por cima das suas eventuais diferenças de credos políticos ou religiosos é a defesa dos seus interesses comuns de classe que determina o seu comportamento e os impele para posições visceralmente unitárias.

A unidade do movimento sindical assenta exactamente nessa base de sindicatos livres dos diversos sectores profissionais, cuja vocação unitária lhes advém da identidade dos seus interesses de classe.

A Intersindical — que agrupa hoje mais de um milhão de trabalhadores — é a expressão desse movimento sindical unido, capaz de assegurar a efectiva defesa dos interesses dos trabalhadores.

Preconizar — como o fazem levemente alguns partidos políticos — o pluralismo sindical é advogar abertamente a divisão do jovem movimento sindicalista português e debilitar este baluarte dos mais fortes da luta pela democracia em Portugal.

É significativo que os apelos ao pluralismo sindical venham de agrupamentos políticos alheios à classe operária ou que só se preocuparam com os sindicatos depois do 25 de Abril. A constituição dum única confederação sindical inscreve-se nos objectivos fundamentais do Programa do MFA e aqueles que trabalham para a divisão do jovem movimento sindical português estão assumindo uma grave responsabilidade histórica perante a classe operária e o povo.

A estes intentos devem os trabalhadores dar a sua resposta, repudiando todas as manobras divisionistas, defendendo firmemente a sua unidade e os métodos amplamente democráticos da sua organização sindical, do seu movimento, devem erguer uma sólida barreira onde os inimigos abertos ou disfarçados da classe operária quebrem os seus impetus antiunitários.

Pluripartidarismo e plurisindicalismo



As Jornadas Democráticas começam hoje em Lisboa. O interesse despertado por essa iniciativa do Movimento Democrático Português excedeu todas as previsões, mas alguns democratas perguntam ainda o que ela significa exactamente em termos políticos e o que pretendem os seus organizadores.

Não há mistério algum a envolver as jornadas. De certa maneira elas surgem como síntese de um trabalho de esclarecimento das massas que vem sendo realizado pelo MDP. Serão o ponto culminante, o resumo e o desfecho natural de centenas de debates, colóquios, reuniões, encontros e manifestações cívicas de toda a ordem orientados para um objectivo: informar o povo, mobilizar o povo, reforçar a coesão e a unidade de todas as forças democráticas, de todos os portugueses empenhados na construção de uma sociedade progressista, livre e democrática.

Falar sobre as Jornadas é, portanto, falar sobre o MDP/CDE. Não haveria Jornadas sem o MDP. Parece superfluo recordar essa evidência, mas as críticas e ataques que o Movimento Democrático vem sofrendo da parte de certos partidos, grupos e personalidades demonstram que as ambições e jogos políticos enfraquecem a memória e perturbam a lucidez de elementos que durante o fascismo encontraram sempre no MDP uma acolhida fraternal e reconheceram nele um insubstituível instrumento de unidade popular e de esclarecimento das massas, incompatível com qualquer tipo de jogo político. O que era verdade no tempo de Costas continuou a sê-lo após o 25 de Abril. A criação de novos partidos políticos, o aparecimento à luz do dia de outros que actuavam na clandestinidade e o trabalho por eles realizado nas novas condições existentes, de acordo com os seus programas e fins, não pode servir de justificativa válida para a campanha desencadeada contra o MDP. Os acontecimentos da última semana de Setembro provaram com clareza que era errado e antidemocrático o comportamento daqueles que passaram de repente a considerar o MDP uma velharia inútil. A vitalidade do MDP, a sua capacidade organizativa, o seu poder de aglutinação de todas as correntes democráticas apartidárias, a sua eficácia como instrumento unitário evidenciaram-se no combate à

manifestação da «maioria silenciosa» e durante a madrugada difícil em que a reacção foi derrotada pela mobilização popular primeiro, e a intervenção decisiva do MFA, depois. Mas nem assim muitos dos artífices da campanha pró-liquidação do MDP compreenderam que estavam prestando um serviço às forças da contra-revolução. E um serviço que os diminuía e ridicularizava aos olhos das massas populares.

O MDP não só sobreviveu à campanha que visava a desagregá-lo como saiu dela mais forte e coeso. Não foi, aliás, apenas o povo que reconheceu a importância do trabalho efectuado pelo Movimento Democrático ao longo dos dias que precederam a intenção fascista e durante as horas decisivas em que ela foi esmagada. A participação do MDP assumiu tamanha significação que a eventual entrada de elementos seus para o Governo Provisório passou a ser um tema de permanente actualidade. Cabe perguntar como semelhante hipótese poderia ser formulada se o MDP fosse, como pretendiam os seus críticos pouco responsáveis, uma organização supérflua? Como poderia receber merecidos elogios de oficiais eminentes do MFA se a sua actividade contribuisse de algum modo para perturbar a normalidade da vida dos partidos democráticos? Como poderia merecer tanta atenção da imprensa e contar com a confiança das massas se não tivesse uma função importantíssima a desempenhar?

A prova definitiva e indelével da vitalidade do MDP e do apoio popular de que goza têm-na agora nas Jornadas Democráticas por ele promovidas. A iniciativa empolgou o País de Norte a Sul e contará inelutavelmente com a participação de membros do Governo Provisório. As Jornadas serão, simultaneamente, um balanço do passado recente, um pólo de convergência de todas as forças populares autenticamente democráticas, um modelo para o trabalho unitário, um encontro nacional para o aprofundamento do debate em torno dos grandes problemas nacionais. O Partido Comunista Português, que nunca se sentiu diminuído por cooperar com o MDP, apoiou desde o início a ideia das Jornadas e cumpre um dever de coerência prestigiando agora, através da presença dos seus militantes, as múl-

tiplas iniciativas constantes do programa elaborado. As Jornadas, temos a certeza antecipada, serão um êxito, um serviço prestado ao avanço do processo de democratização. Os objectivos definidos no Encontro Nacional de Leiria, promovido em Setembro pelo MDP, são objectivos nacionais que traduzem aspirações democráticas e nacionais. São vómos vantagens e nenhum inconveniente em que o povo, através de um amplo trabalho de esclarecimento, tome um conhecimento mais aprofundado do Programa do MFA e do seu papel no processo democrático. São vómos benefícios em que as massas participem de debates sobre o desenvolvimento da vida democrática local e regional, a democratização da vida económica, o ensino e a cultura populares. São vómos efeitos positivos na discussão perante as massas camponesas dos problemas de uma agricultura arruinada pelo fascismo. Só pode merecer aplausos a ideia de abordar em contacto com os trabalhadores temas como o custo de vida e a política de despedimentos praticada pelos monopólios que os exploram.

Visando a fins bem definidos, as Jornadas, surgindo como fecho de um trabalho unitário, apresentam-se também como um começo, como experiência rica de lições para um arranque em direcção a futuros encontros nacionais democráticos, ainda mais ambiciosos, ainda mais unitários.

Teremos de esperar apenas três dias para elaborar o balanço das Jornadas e tirar as conclusões necessárias. Mas desde já se pode afirmar que as provas de capacidade organizativa e mobilizadora dadas pelo MDP/CDE confirmam o acerto da decisão tomada pela sua Comissão Executiva, após consulta às bases, de ir às urnas em Março. O PCP nada tem a opor a essa decisão. Um Movimento que vem prestando tantos serviços à democratização do País, que tem uma presença tão marcante na vida nacional, que conta com a confiança e o apoio de sectores tão amplos e significativos da população é já um partido político em potencial, com o mesmo direito de outro qualquer — respeitadas as exigências da lei eleitoral — a disputar o voto popular. As Jornadas apenas confirmaram, nesse sentido, aquilo que já se tornou evidente para o povo.

As Jornadas Democráticas



Os Pioneiros do PCP em Setúbal: garantia do futuro

PIAS MERECE O SEU PASSADO

EXCURSÃO COMUNISTA

No passado sábado, dia 26 Pias, em festa, ocorreu a inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP, fruto da decisão, do poder de iniciativa e dos esforços dos comunistas, dos trabalhadores, do povo de Pias.

«O edifício foi comprado pelo nosso Partido com dívidas de todos os nossos camaradas e de todo o povo que se dignou ajudar-nos. Custou 99 mil escudos, tendo o nosso Partido recebido 40 mil. A todos os penses, que nas mais diversas terras do País nos ajudaram e outros que nos venham a ajudar, os nossos agradecimentos. Daqui fazemos convite a todos que nos

queiram visitar. As nossas portas estão abertas.

Comissão de Freguesia do PCP»

Assim dizia uma carta de Pias que, na sexta-feira passada, chegou à redacção do «Avante!». E o «Avante!» não podia deixar de acelar tal convite.

«As nossas portas estão abertas» — diziam-nos os camaradas de Pias na sua carta. E de mão para reunir 80 contos entre nós, chegámos a Pias, as portas do novo Centro de Trabalho do PCP estavam abertas de par em par para nós, para o «Avante!». Estavam abertas para as centenas de pessoas que ali acorreram para inaugurar as novas instalações, legítimo orgulho dos comunistas e de todos os trabalhadores de Pias.

Uma velha casa de 1.º andar, na Rua João dos Paus, fora transformada num acolhedor Centro de Trabalho do PCP. E quantos esforços, quanto trabalho, suor e cansaço isso representava! Que o digam os nossos próprios camaradas de Pias. E disseram-nos ao «Avante!», por exemplo, Maria Francisca Pê-de-mina, Luzia Carrasco Vendas, Benja Coelho, Maria, Caeiro, Zélia Pereira, das principais animadoras e incentivadoras das recolhas de fundos para a compra da nova sede. Disseram-nos, contando-nos as iniciativas a que lançaram o povo trabalhador e na pequena terra que é Pias. Disseram-nos, falando das rifas, dos sorteios, do bazar, das vendas de objectos oferecidos. Disseram-nos, deixando transparecer, nas factos, quando, no sábado pas-

palavras e nos gestos, o grande, o enorme orgulho e alegria que sentiam naquele dia, ao olhar comodamente para a branca do prédio rezeante ao sol, onde sobressaia a chapa vermelha onde estão desenhadas uma estrela, a foice e o martelo e as palavras que indicam ser ali a sede da Comissão de Freguesia de Pias do PCP.

Dois grandes bandeiras, a nacional e a do Partido Comunista, hasteadas em duas das janelas, davam ao edifício um ar festivo. Fora, na rua, dezenas de homens e mulheres conversavam animadamente. Lá dentro, a custo se conseguia romper. Todas as salas, tanto no rés-do-chão como no 1.º andar, estavam completamente cheias sobretudo de mulheres. Mulheres de todas as idades e também muitas crianças. Foram elas, aliás, as mulheres, quem caíram todas as paredes, estregou todo aquele chão, ornamento com cartazes, fotografias, gravuras, recortes de jornais, (principalmente do «Avante!», «Jovem Trabalhador» e «UEC») e até com flores de papel, todas as salas. Hoje, em plena luz do dia, ao lado dos seus companheiros, elas prosseguem, com a mesma determinação, firmeza e coragem, as gloriosas tradições de um passado de lutas que fez de Pias um sólido baluarte da resistência antifascista.

Dez autocarros saíram da região de Lisboa e dirigiram-se a Aldeia Nova de S. Bento, onde se realizou um grande comício, com a presença de cerca de três mil pessoas. Também estiveram presentes a esta jornada de esclarecimento e confraternização camaradas de Beja, Pias e Vale de Vargo.

Após a intervenção dos oradores, actuaram o Grupo Coral Juvenil de Vale de Vargo, composto de jovens dos 10 aos 12 anos, que surpreenderam a assistência pela forma inequívoca como interpretaram canções revolucionárias.

No final da sessão e antes do regresso a Lisboa, o povo de Aldeia Nova prestou homenagem aos democratas e antifascistas já falecidos, bem como aos soldados que tombaram na guerra colonial vítimas da política fascista.

O TRABALHO DO PARTIDO NO DISTRITO DE SETÚBAL

—entrevista com o camarada Carlos Domingos, da D.O.R.S.

As organizações regionais do nosso Partido, extraordinariamente reforçadas nas novas condições de legalidade, têm desenvolvido um trabalho fundamental de envolvimento entre as massas populares, integrando a capacidade de mobilização da classe operária e de outras camadas trabalhadoras, incentivando as potencialidades de movimentação das populações na resolução dos seus problemas. Desta acção resulta um fortalecimento do Partido, intensificação do seu prestígio em sectores cada vez mais vastos do Povo Português.

A cada organização regional deparam-se problemas derivados da situação concreta de cada distrito. A sua análise determina diversas formas de actuação e tática sob o objectivo comum de esclarecimento político das massas, da criação de organismos fortes através dos quais as camadas trabalhadoras, e particularmente o proletariado, reforçam a sua consciência de classe e a sua unidade. O reforço da organização partidária constitui, como sempre, uma garantia de consolidação da democracia, uma certeza da vitória dos trabalhadores na sua gigantesca tarefa de construção de um País livre e democrático.

Dar a conhecer o trabalho desenvolvido por cada organização regional do nosso Partido, suas dificuldades e avanços, é um dos objectivos de «Avante!» na sua tarefa de organizador colectivo e de veículo de esclarecimento dos nossos quadros.

Nesse sentido, «Avante!» entrevistou Carlos Domingos, funcionário do nosso Partido, membro da direcção da Organização Regional de Setúbal, distrito em que a classe operária e outros trabalhadores continuam a dar provas da grande capacidade de luta.

Uma arma preciosa:

a crítica e a autocritica

«AVANTE!» — Se é certo que um distrito como o de Setúbal, com um forte proletariado agrícola que aumenta ao ritmo da industrialização, a organização do nosso Partido encontra um terreno favorável ao seu fortalecimento, muitas dificuldades há a vencer. Quais se têm feito sentir mais e como as temos ultrapassado na prática?

C. D. — É uma primeira particularidade de se notar: a Organização Regional de Setúbal corresponde exactamente à área do distrito de Setúbal. O distrito tem 13 concelhos e em todos eles funciona uma organização do Partido, tendo à cabeça a respectiva comissão concelhia. No conjunto do distrito existem 24 centros de trabalho. A organização caracteriza-se por uma forte percentagem de participação da classe operária; mais de 70 por cento em todo o distrito. O distrito considera-se dividido em duas zonas pelo rio Sado: a norte é a parte mais industrializada. A sua organização caracteriza-se aí pelas suas fundas raízes no proletariado industrial. Todas as grandes empresas, ou quase todas, têm organização do Partido: Lisnave, Siderurgia, Arsenal, CUF, Setenave, CP e bastantes outras.

A zona ao sul do Sado é predominantemente agrícola. A força da nossa organização reside aí no proletariado rural. Os pescadores são uma classe em que «elas suas particulares condições de existência e pelos atentados de que têm sido vítima, temos em frente uma pouca dificuldade. No entanto, realizamos alguns progressos e já não se pode dizer que, no que respeita aos pescadores do distrito de Setúbal, o nosso Partido vá a rebuque dos acontecimentos. A contribuição do Partido para o fomento e apoio da organização sindical é apreciável. Contamos como um dos aspectos mais positivos a constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do distrito, com sede em Alcácer.

Em todo o distrito temos alguns atrasos, especialmente na organização de pequenos e médios camponeses assim como nas indústrias em regressão, como seja a corticeira e a das conservas. Além destas dificuldades, há ainda o

grande ritmo da industrialização. As novas empresas que surgem e o alargamento rápido de outras abrem continuamente as fileiras do operariado a elementos recentes oriundos do campo, alguns com uma consciência de classe ainda reduzida, o que nos obriga a um esforço muito maior no combate de ideologias pequeno-burguesas que se procuram insinuar no proletariado. É dentro deste contexto que parte dos operários da Lisnave é arrastada por aventureiros para formas de luta que não correspondem aos interesses nem dos operários nem ao desenvolvimento da luta do nosso povo pelo reforço da democracia. É também dentro deste contexto que a administração da Setenave consegue impor a existência de um conselho de trabalhadores que é uma cópia disfarçada das antigas comissões internas introduzidas pelos Melos na década de 60, e que os operários repudiaram em 1969. Com o apoio da administração, um grupo de quadros da empresa praticamente assenhoreou-se da direcção do conselho de trabalhadores e foi ao ponto de organizar reuniões dentro das instalações, em que participaram também elementos alheios à empresa e onde foram lançados ataques contra o nosso Partido, procurando assim dividir os trabalhadores.

Claro que os resultados não foram os que eles esperavam, pois a partir daí a organização alargou-se. Aliás, sempre que o nosso Partido rompe e larga a sua organização a sua influência não pára de crescer e não tarda a desalojar o verbalismo destes falsos revolucionários, que de positivo nada fazem nem podem fazer pela luta dos trabalhadores. Para tal muito têm contribuído as sessões de esclarecimento que o nosso Partido leva a efeito em ritmos muito apreciáveis.

Outra ordem de dificuldades decorre do alargamento rápido da nossa organização e da falta de quadros experimentados para a estrutura e dirigir. A formação de quadros é pois um dos problemas mais difíceis de resolver. Finalmente, há ainda as nossas próprias dificuldades do trabalho de direcção: os nossos erros e deficiências, que sem dúvida se vão reflectir, e não tão pouco como isso, na organização do nosso Partido. Mas contra essas dificuldades, temos uma arma preciosa, que, como todos sabem, é a crítica e a autocritica.

Situação geral dos trabalhadores

«AVANTE!» — Dado o facto de o distrito ser bastante diversificado sob o ponto de vista de produção industrial, as classes trabalhadoras estarão, decerto, em situação variável relativamente à condições de trabalho, natalidade e atinidade globalmente?

C. D. — Bem. A situação dos trabalhadores no distrito é muito variável consoante a profissão e o ramo de actividade.

Depois do 25 de Abril a situação da classe operária tem melhorado bastante. Os últimos aumentos concedidos melhoraram substancialmente a situação dos operários da indústria automóvel da construção naval, dos metalúrgicos em geral, dos electricistas dos químicos, etc. É mais difícil a situação dos operários da construção civil, cujo patronato se recusa a cumprir o acordo provisório, ganhando muitos deles abaixo do que foi estabelecido. O pessoal da Sinegética está também em má situação, pois só trabalha metade do tempo. Os corticeiros, as conserveiras, os pescadores, grande parte dos portuários e dos trabalhadores rurais, além dos pequenos agricultores vivem ainda abaixo da média dos outros trabalhadores.

Há muitas situações de tensão entre trabalhadores e empresários, pois uma parte do patronato reage muito mal às conquistas dos trabalhadores. As empresas que empregam maior número de

trabalhadores são as de construção naval, siderurgia, empresas de electrónica e a CUF. Vêm logo a seguir as fábricas de indústria automóvel, a CP e também a empresa de Relógios Timex, as empresas de confecções e outras.

As manobras divisionistas opõem-se a força dos trabalhadores

«AVANTE!» — No distrito de Setúbal também se tem feito sentir, por parte de largos sectores do patronato, uma tendência declarada para avolumar as situações de tensão com os trabalhadores, recorrendo ao despedimento como forma de provocar descontentamento e minar a confiança destes no processo democrático. Como tem o nosso Partido lutado contra estas manobras divisionistas?

C. D. — É um facto que as administrações das empresas procuram criar problemas aos trabalhadores e ao desenvolvimento da democracia. Uma das formas é provocar o desemprego. Os despedimentos são as armas dos capitalistas para anular as conquistas dos trabalhadores. Há despedimentos em algumas empresas e ramos de actividade. A Sinegética, por exemplo, pretendia reduzir o pessoal para menos de metade. A acção do nosso Partido está patente na luta encabezada pela comissão de unidade dos operários, com o apoio do Ministério do Trabalho, que conseguiu que os operários ficassem a trabalhar a meio tempo, mas nunca com salário inferior ao mínimo nacional. Na Socel, a administração tem efectuado despedimentos de trabalhadores contratados. No entanto, os operários não reconhecem tais despedimentos e os despedidos continuam a comparecer nos locais de trabalho. Aliás, são os trabalhadores que controlam a fábrica.

Manobrando para dividir os operários, a administração conseguiu que estes permitissem o despedimento de um companheiro.

Animados com este êxito, os administradores tentam continuar com os despedimentos, o que, aliás, não conseguem, devido à posição firme que os operários, aprendida da lição, tomaram. Também na construção civil existe a ameaça de despedimentos. Algumas empresas de construção prepararam-se para abrir falência ou ameaçam abrir falência no desemprego. Isto com o fim de formar depois novas empresas, que empregariam o mesmo pessoal em condições mais desvantajosas.

O nosso Partido tem chamado os trabalhadores da construção civil a unirem-se em volta do seu Sindicato desmascarando essas manobras e lutando firmemente contra elas.

Ação do Partido na resolução dos problemas locais

«AVANTE!» — O crescimento populacional no distrito, provocado pela imigração de trabalhadores empurrados pela crise agrícola, processou-se sem que o regime fascista procurasse criar o mínimo de estruturas locais para derivar problemas graves e de solução morosa. Há ainda problemas criados pela industrialização, como se ia a forte poluição em algumas zonas. Através de que meios tem o Partido mobilizado a população em torno desses problemas?

C. D. — Há muitos problemas, como não podia deixar de ser. A herança do fascismo não pode ser liquidada em escassos meses. O problema da habitação é, talvez, o mais sentido no distrito. Há milhares e milhares de trabalhadores a morar em bairros de lata, sem as mínimas condições. Há ainda localidades sem água canalizada, sem esgotos, sem electricidade. As rendas continuam muito elevadas. A falta de creches e escolas tem incidência muito especial nas zonas rurais. O problema da falta de transportes é muito sentido, particularmente na parte

sul do distrito. Este é um grave problema. A poluição afecta também largas áreas, como as do Barreiro, Seixal e Setúbal. O nosso Partido tem organizado em vários locais, em colaboração com o MDP, diversas comissões para a luta pela resolução destes problemas: comissões de moradores de bairros de lata em Setúbal e Almada, comissões contra a poluição no Barreiro, acções contra a especulação nos preços e o agambaramento, como recentemente em Palmela, em que as donas de casa boicotaram o supermercado, reuniões e assembleias em conjunto com as câmaras municipais para a discussão dos problemas, mobilização das massas para plenários com as Juntas de Freguesia.

«AVANTE!» — Como se processou, no distrito, a mobilização para o Congresso Extraordinário do nosso Partido?

C. D. — Logo que soube da realização do VII Congresso, foram realizadas muitas reuniões em que foram discutidos aspectos do Programa e dos Estatutos do Partido que julgávamos estar desajustados à nova situação. Foram discutidas e aprovadas algumas intervenções no Congresso, tal como diversas saudações. Nessas reuniões foram eleitos os delegados e os convidados ao Congresso. Essa discussão, no entanto, não foi tão ampla como desejávamos pelo facto de o tempo disponível ter sido muito curto.

«AVANTE!» — A Organização Regional de Setúbal considera que o VII Congresso contribuirá para o reforço da nossa organização no distrito?

C. D. — É evidente. As reuniões realizadas mobilizaram os nossos militantes para um esforço suplementar no sentido da organização e do conhecimento dos quadros. As próprias eleições dos delegados e convidados para o Congresso interessaram vivamente os militantes e vieram dar um impulso para uma maior integração e responsabilização perante o Partido, especialmente no que se refere aos novos militantes.

Contudo, a maior contribuição que o VII Congresso deu para o reforço de organização do Partido no distrito é a que se reflectirá no trabalho futuro, tanto no que diz respeito ao recrutamento como à melhoria do trabalho dos militantes. A própria realização do Congresso à luz do dia, com a sua grandiosidade, veio demonstrar de facto a força e a influência de massas do nosso Partido e isso dá um acréscimo de confiança não só aos trabalhadores mas também aos nossos militantes. Os documentos aprovados no Congresso armam-nos para o combate ideológico e para o reforço da organização. A «Plataforma de Emergência», inserida na «Proclamação», aprovada por unanimidade, traça-nos um plano de acção imediata, cujo estudo e aplicação a todos os níveis vai influir no fortalecimento orgânico do Partido. Os comícios e sessões de esclarecimento que vão seguir-se trarão a adesão de número muito elevado de trabalhadores. Francamente, podemos olhar o futuro com confiança.

A difusão do «Avante!»: tarefa de esclarecimento político

«AVANTE!» — Uma última questão: como encaram a difusão do «Avante!» entre os quadros do Partido e a população em geral?

C. D. — Queríamos salientar que o «Avante!» não é um jornal qualquer. É a voz do nosso Partido. Trabalhar pela sua difusão é fazer trabalho de esclarecimento político e abriu caminho para que o Partido dos trabalhadores se estenda e se reforce e se torne cada vez mais organizado e, portanto, mais poderoso como vanguarda do proletariado na sua luta pela democracia e pelo socialismo.

GRANDE COMÍCIO EM ALVALADE (SADO)

No passado sábado, realizou-se um comício do nosso partido em Alvalade, no concelho de Santiago do Cacém.

O cinema encontrava-se repleto de trabalhadores, camponeses, sendo também de sublinhar a presença de numerosos jovens e mulheres. Retratou de Marx, Catarina Eufêmia e do camarada Álvaro Cunhal e bandeiras do Partido decoravam a sala.

Antes das intervenções, foram lidas saudações das organizações do Partido de Alvalade e de Santiago do Cacém.

O primeiro orador foi o camarada Luís Martins, orador do Arsenal do Alfeite, natural de Alvalade, que falou sobre a evolução da situação política desde o 25 de Abril e sobre a sua própria evolução política, que o levou a aderir ao Partido.

O camarada Modesto Pereira, membro da Comissão Concelhia de Santiago do Cacém, falou sobre a luta dos comunistas portugueses e da sua dedicação à classe operária. O camarada expôs as razões da transformação do Partido num grande partido nacional, tendo citado, a propósito, os exemplos de muitos camaradas que ceifaram na luta e afirmado que nenhum outro partido conta na sua história tantos mártires como o PCP.

O discurso do camarada Américo Leal, membro do Comité Central do nosso Partido, incidiu especialmente sobre os problemas da terra. A certo passo do seu discurso, disse: «Queremos que os trabalhadores agrícolas que são quem produz a riqueza e o pão que todos comemos, que são quem proporcionam a abundância, os automóveis e o luxo dos grandes senhores da terra, deixem de querer trabalhar e não tenham; e sufram um salário e que têm direito e permitam uma vida decente para que possam mandar educar os filhos e façam parte de uma sociedade digna.

Neste momento, numerosos trabalhadores agrícolas encontram-se nesta região a braços com o desemprego, havendo até casos de despedimento.

«Isto faz parte duma política dos grandes agrários que temos de lutar para que termine de vez.

«De acordo com esta política, na região que vai de Ermidas a Cercal do Alentejo, centenas de trabalhadores agrícolas encontram-se sem trabalho. Porquê? Será de aceitar a explicação geral de que não há trabalhos?

«Não podemos aceitar semelhante resposta, nem podemos esquecer que semelhante resposta ocorre precisamente no momento em que estão em negociação entre a entidade patronal e o sindicato dos trabalhadores agrícolas do distrito de Setúbal uma convenção de trabalho cujos salários terão de corresponder melhor ao actual custo de vida, a par das garantias que impeçam o despedimento sem justa causa.

Falou por fim o camarada Pedro Soares do CC do PCP que começou por referir-se aos dois grandes acontecimentos dos últimos dias: a realização do Congresso Extraordinário do PCP, no Pavilhão dos Desportos, em 20 de Outubro e o grandioso comício do Campo Pequeno, onde participaram dezenas de milhares de pessoas.

«Estes dois acontecimentos — disse o camarada Pedro Soares — são uma prova da força e da vitalidade do Partido.

«Os nossos inimigos estavam à espera de ver a divisão com que eles sonham. Mas viram um partido unido, que veio da noite fascista para continuar a batalha contra a reacção e servir com o desmentido dos seus militantes a causa da classe operária e do povo português.

Falando em seguida sobre a plataforma de emergência para a presente conjuntura, os estatutos e o Programa do Partido, disse:

«O congresso consolidou e alargou a influência do PCP, deu-lhe novas responsabilidades, serviu mais uma vez a causa da unidade das forças democráticas e do progresso da nossa Pátria.

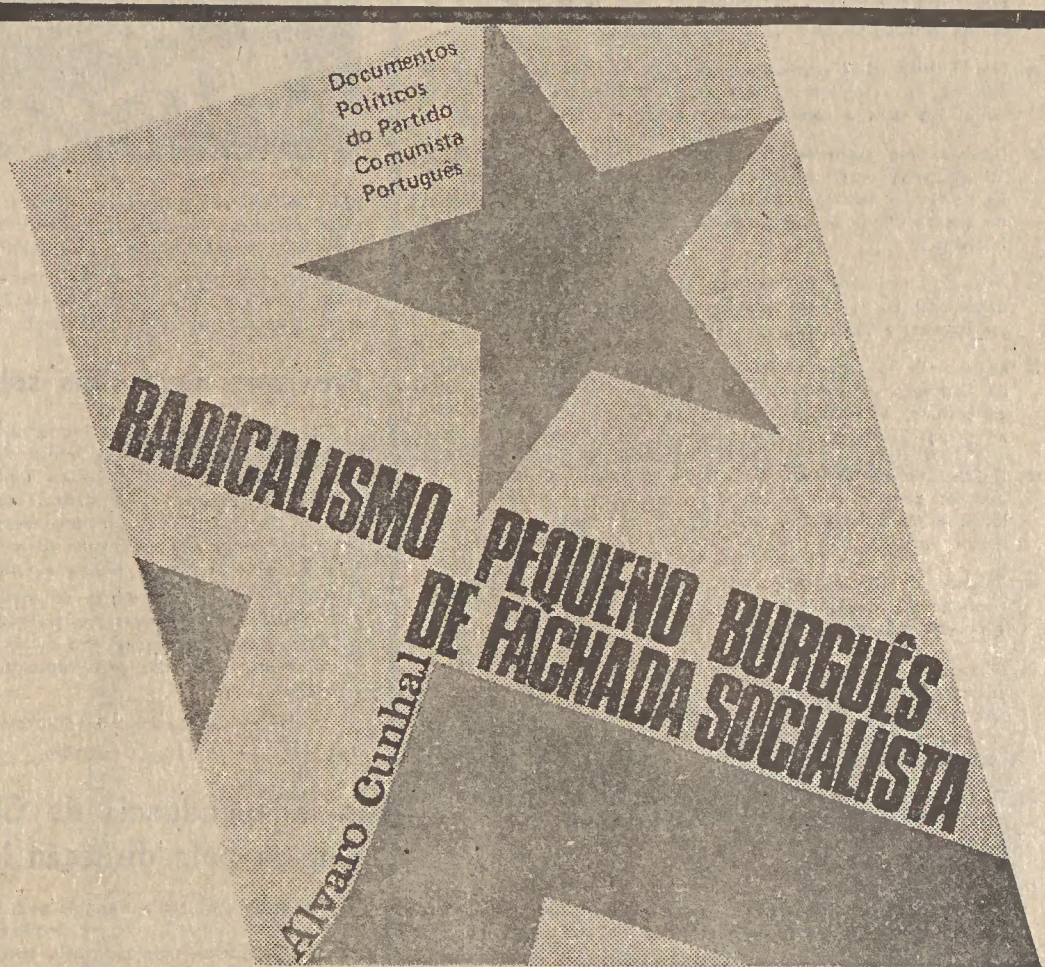
«O congresso tomou a defesa da unidade sindical contra aqueles que pretendem dividir os trabalhadores, arvorando bandeiras de uma pretensa liberdade sindical, como se houvesse alguma força válida no nosso país ligada à classe operária que não se bata pela liberdade sindical.

Em seguida, o camarada Pedro Soares desenvolveu alguns dos aspectos do Congresso relacionados com a situação dos camponeses e os problemas da terra, denunciando as manobras dos grandes agrários e defendendo a necessidade da organização sindical dos trabalhadores rurais e do reforço e alargamento da Liga dos Pequenos Camponeses, como instrumentos de acção deste importante sector.

«A ALA — a organização dos grandes agrários — procura atrair a



Camponesas do Alentejo, trabalhadoras dos campos agrestes, companheiras de luta sempre nas primeiras fileiras



UM LIVRO INDISPENSÁVEL !

O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista continua a manifestar-se na nova situação política criada em Portugal após o 25 de Abril. As suas características fundamentais não se alteraram.

A incapacidade para analisar as situações e definir uma linha correspondente, o desprezo pela luta em objectivos concretos imediatos, a precipitação em «queimar etapas», a absolutização das formas violentas de luta, o desprezo pela classe operária e pelas massas, a pretensão de atribuir a pequenas minorias activas de pequeno-burgueses a dinâmica do processo revolucionário, — são, entre outros, traços típicos vindos de antes do 25 de Abril e que continuam hoje a verificar-se.

Pedidos a EDIÇÕES AVANTE — Av. António Serpa, 26 — 2.º-esq.

REVISTA INTERNACIONAL

A VENDA A 2.ª EDIÇÃO DO N.º 1

SAIU O N.º 2

• Rui Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros do regime deposto, já se encontra no Brasil. É mais um elemento da antiga cúpula fascista a engrossar o grupo estabelecido naquele país. À chegada declarou não saber qual o seu futuro, mas, segundo informações do Rio de Janeiro, Patrício já recebeu propostas de grandes empresas internacionais e brasileiras.

• Por unanimidade e sem abstenções, Portugal foi admitido no dia 26 no grupo europeu da UNESCO.

• O Conselho de Ministros do Kuwait — 5 % produtor mundial de petróleo — aprovou um projecto que visa ao restabelecimento de relações diplomáticas com Portugal. «A concessão da independência às antigas colónias — declarou o ministro de Estado Al Ghamen — coloca Portugal entre os países que defendem os princípios do direito, da justiça e da independência dos povos».

• «O ensino será angolanizado, adaptando-se esquemas às realidades da nação angolana, medida que está a receber o apoio dos movimentos de libertação» — afirmou em Luanda o secretário de Estado da Educação e Cultura de Angola.

• O Conselho Directivo do Partido Socialista Português deliberou realizar o seu primeiro Congresso na legalidade em Dezembro próximo. Os delegados serão eleitos até 15 de Novembro pelos membros daquele partido inscritos até 31 do corrente.

• Uma comissão de trabalhadores-estudantes está desenvolvendo esforços no sentido de conseguir que a Universidade de Coimbra funcione à noite. Cerca de 600 trabalhadores seriam beneficiados.

• Através do Ministério da Economia, o Governo decidiu que os preços da energia eléctrica não serão aumentados, apesar da elevação dos preços internacionais do fuel-óleo e do carvão.

• José Osório Soares, presidente do Partido Pró-Indonésio de Timor, visitou a Indonésia, a fim de agradecer ao Governo daquele país a resposta dada às aspirações de Timor à união com a República da Indonésia. Osório Soares acusou os dirigentes do partido que defende a união de Timor com Portugal de terem mobilizado à força parte da população durante a recente visita do ministro Almeida Santos, para dar àquele membro do Governo Provisório uma impressão falsa dos sentimentos populares.

• O comissário da Justiça da República da Guiné-Bissau tornou públicas as normas que permitem a determinados cidadãos portugueses adquirirem a nacionalidade guineense.

• O escritor José Fernandes Fafe foi nomeado embaixador de Portugal em Cuba.

• O Presidente da República enviou uma mensagem aos chefes de Estado dos países árabes, reunidos na Conferência de Rabat, manifestando a intenção de dar início a uma nova era, a todos os níveis, nas relações entre Portugal e as nações do mundo árabe.

• A Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços divulgou uma lista de preços máximos para o leite em pó e derivados. Os limites estabelecidos para a venda ao público são de 66\$00, 62\$00 e 59\$00 por quilo, respectivamente para o leite comum gordo, meio gordo e magro. Para o instantâneo, os preços máximos são de 78\$00 (leite gordo) e 74\$00 (magro).

• O «aveleiro taumáquico» José João Zóio, que desfraldou na famosa tourada do Campo Pequeno a bandeira da «maioria silenciosa», pretende agora que agiu desse modo por engano, julgando tratar-se da bandeira nacional... O Sindicato dos Toureiros divulgou a respeito do assunto uma nota, refutando os argumentos desse aventureiro fascista.

• O brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, falando na condição de convidado de honra do Clube Americano, fez para os sócios daquela agremiação uma palestra sobre o 25 de Abril e o seu significado. «Meus senhores — disse no final —, estejam certos de que, tal como dizia Jefferson, se as coisas correrem mal, não será por excesso de democracia, mas sim por falta de democracia.» Manifestou, contudo, a certeza de que o povo escolherá livremente os seus representantes e as Forças Armadas cumprirão o seu Programa.

• Nos últimos dias prosseguiu, de acordo com o plano estabelecido, a transferência dos prisioneiros da Penitenciária de Lisboa para a cadeia de Monsanto.

• Durante uma assembleia da Faculdade de Economia do Porto foi aprovada uma proposta relativa à imediata suspensão de Carlos Ganhó, secretário da Universidade daquela cidade, acusado de manter ligações, antes do 25 de Abril, com organismos fascistas.

• Segundo um inquérito realizado em Beja, o número de trabalhadores rurais desempregados ascende naquele distrito, respectivamente, a nove mil.

• Numa reunião sobre «Mão de obra e emigração», o ministro da Educação e Cultura analisou o problema do regresso dos emigrantes, salientando que a percentagem dos que voltam a Portugal é diminuta, não excedendo 3 %.

• O Conselho de Ministros aprovou a nomeação de novos governadores para Macau e Timor. O primeiro é o major José Eduardo Martinho Garcia e o segundo o tenente-coronel Mário Lemos Pires.

• Segundo o «Diário Popular», um supermercado do bairro da Pontinha só vende leite a maiores de 18 anos e mediante a apresentação do bilhete de identidade...

• Durante uma conferência de Imprensa convocada para o efeito, a direcção do Sindicato Operário das Indústrias Químicas de Lisboa formulou graves acusações contra o grupo Sacer e criticou a inoperância do processo de saneamento nas respectivas empresas.

• O secretariado da comissão pró-UNEP (União Nacional dos Estudantes Portugueses) divulgou um documento em que denuncia as manobras de certos grupelhos que pretendem substituir-se às associações de estudantes e desrespeitam as suas decisões democráticas. A opinião pública é alertada para o carácter de pura provocação de uma iniciativa que visa a criar a chamada União Portuguesa dos Estudantes Livres (UPEL), uma organização sem qualquer representatividade estudantil.

• A partir de hoje são alterados os horários do Telexjornal da RTP. A edição principal passa a ser transmitida às 20,30, a do almoço principilar às 13,30 e a última às 23,30.

• O subcomissário para a Educação e Cultura da Guiné-Bissau, Mário Cabral, está em Lisboa para tratar com o Governo assuntos relativos ao ensino e à assistência, no quadro da cooperação entre os dois países. A jovem República africana precisa, com urgência, de médicos e pessoal técnico de enfermagem.

• Os trabalhadores do Hospital de Santa Maria realizaram uma assembleia na Aula Magna daquele estabelecimento, para discutir e criticar o projecto de Lei Orgânica Hospitalar. Foi aprovada uma moção que propõe o imediato saneamento do actual director-geral dos Hospitais.

• O Conselho de Ministros aprovou o diploma que altera o contrato de concessão da TAP na parte que respeita ao exclusivo da concessão.

• Ramiro Velezão, conhecido fascista e ex-presidente do conselho de administração da RTP, é acusado, no despacho de pronúncia do presidente do 5.º Juízo de Instrução Criminal, de «furto, abuso de confiança, defraudação e falsificação».

• A normalização do abastecimento de água à população da Grande Lisboa implicará o investimento de cerca de um milhão de contos até 1977.

• Num encontro em França, entre o secretário de Estado da Emigração e um representante do MFA com emigrantes portugueses, foi abordado o problema da acção de sabotagem desenvolvida por certas agências bancárias portuguesas, que levam o seu comportamento contra-revolucionário ao ponto de sugerirem aos seus clientes que não enviem dinheiro para Portugal.

informação

O MFA proclama a sua confiança no futuro

Seis meses após o 25 de Abril, a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas manifestou a sua confiança no cumprimento do Programa que «há-de permitir a instauração de uma verdadeira democracia». O comunicado distribuído para assinalar a passagem da data é do seguinte teor:

«Embora o Movimento das Forças Armadas recebesse a adesão entusiástica da esmagadora maioria do povo português, quando em 25 de Abril fez desmoronar o regime antinatural que nos oprimia havia 48 anos, logo houve quem pusesse dúvidas quanto à viabilidade de conduzir este país para a democracia.

Essas dúvidas eram postas por uns poucos beneficiários do antigo sistema e baseavam-se no mesmo argumento que serviu ao chamado «Estado Novo» para se manter durante tão longo período: falta de maturidade política. Os actos ocorridos nestes seis meses de situação pré-democrática desmentem categoricamente tais derrotismos.

Apesar dos obstáculos encontrados, a situação vai-se clarificando e as perspectivas de melhores dias abrem-se com nitidez.

Superada a instabilidade política que, durante os primeiros meses de vigência do novo regime, dificultou a concretização das medidas previstas no programa do MFA, os órgãos do Poder político desenvolvem uma intensa actividade no sentido do cumprimento do programa que há-de permitir a instauração de uma verdadeira democracia, cujos termos serão definidos pela Assembleia Constituinte a eleger nos princípios do próximo ano. Até lá, conta-se com a compreensão de todos os portugueses para a necessidade de diálogo numa base de tolerância democrática.

Estão conseguidas condições para encerrar e resolver os problemas económicos que surgem agora como tarefa prioritária. Com a colaboração do povo português, essa tarefa há-de ser levada a bom termo.

Ao realizar o 25 de Abril, ao empenhar-se numa acção revolucionária que visa restituir ao povo português as liberdades fundamentais de que havia sido despojado pelo regime deposto, o Movimento das Forças Armadas empenhou-se numa opção política, claramente definida no seu programa, em defesa da qual se mantém firme e intransigente.»

A firmeza do MFA na defesa do processo de democratização confirma a solidez da aliança entre as Forças Armadas e as massas populares. A alusão às manobras dos beneficiários do fascismo vale por uma certeza de que as futuras provocações da reacção serão derrotadas, tal como foi a intenção da madrugada de 28 de Setembro. Como bem salienta o MFA, o derrotismo dos saudistas do fascismo, na actual situação pré-democrática, baseava-se em argumentos forjados pelo próprio fascismo na tentativa de se justificar. Estão sendo criadas condições para resolver os delicados problemas económicos que o País enfrenta. Mas com a colaboração do povo essa tarefa há-de ser levada a bom termo.

O POVO ESTÁ COM O MFA. Uma garantia de que A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!

Conselho Superior do MFA

No Palácio de Belém realizaram-se as primeiras reuniões do Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas, órgão que tem por objectivo prestar assistência à Junta de Salvação Nacional e ao Governo Provisório.

Fazem parte do Conselho Superior os sete membros da JSN, sete oficiais da Comissão Coordenadora do MFA e seis outros destacados elementos do Movimento: o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, o tenente-coronel Costa



Brás, os majores Vítor Alves e Melo Antunes e o capitão Costa Martins, todos membros do Governo Provisório; e o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, comandante-adjunto do COPCON e Governador Militar de Lisboa.

Durante a primeira reunião, presidida pelo general Costa Gomes, foi discutido o problema da descolonização de Timor e Cabo Verde, tendo-se ainda procedido a um balanço da conjuntura política interna.

Previstas novas leis sobre o divórcio

Durante a conferência de Imprensa que convocou para divulgar o Plano de Acção do seu ministério, o ministro da Justiça, Salgado Zenha, informou que já foram iniciados contactos diplomáticos com o Vaticano para se proceder à revisão da Concordata assinada em 1940 durante o regime fascista. Como é sabido, por força desse instrumento diplomático, os casamentos católicos não podem ser dissolvidos legalmente, proibição que tem gerado graves problemas sociais e familiares.

Segundo o Plano de Acção do ministério, as futuras leis deverão instituir o divórcio por mútuo consentimento, converter em divórcio as separações existentes, e regular «em sentido libertador» as situações dos casais e dos filhos originadas pela proibição do divórcio para os casamentos católicos.

O Movimento Nacional Pró-Divórcio, que pede a revogação da Concordata, recebeu já 130 000 adesões.

A independência de Cabo Verde exigida pela direcção local do PAIGC

Em declaração radiodifundada pelo Rádio Clube de Cabo Verde, a Direcção Nacional do PAIGC daquele arquipélago exigiu ao Governo Provisório — segundo telegrama publicado pela Imprensa diária de Lisboa — «a reabertura imediata das negociações, no seguimento dos compromissos constantes no protocolo do acordo assinado a 2 de Agosto de 1974, em Argel, entre o PAIGC e o Governo Português, com vista a definir as vias concretas para acesso de Cabo Verde à independência completa, único meio para pôr termo ao clima de desconfiança existente, susceptível de se converter no caos económico e social e de gerar confrontamentos de consequências imprevisíveis».

As Forças Armadas dismantelaram em Angola uma intentona contra-revolucionária

O povo português tomou conhecimento esta semana de que as Forças Armadas fizeram abortir em Outubro uma nova intentona contra-revolucionária em Angola. Segundo o comunicado do Comando Chefe das Forças Armadas, «uma organização extremista, de índole reacçãoária» propunha-se instaurar o caos em Luanda e noutras capitais de distrito. Em entrevista ao jornal «Provincia de Angola», o almirante Rosa Coutinho, presidente da Junta Governativa, esclareceu que os conspiradores projectavam um levantamento militar para travar o processo de descolonização e impor ao país um governo de minoria branca de tipo rodésiano. Os elementos envolvidos na conjura mantinham íntimas ligações com os articuladores do malogrado golpe contra-revolucionário de 28 de Setembro e tinham instalado o seu quartel-general no Partido Cristão Democrático de Angola, criado após o 25 de Abril.

O plano previa a utilização de um importante carregamento de armas vindo do exterior e que deveria ser transferido ao largo da costa angolana para traíneiras de pesca e levado depois para a ilha de Luanda. Ex-agentes da PIDE desempenharam um papel destacado nos contactos prévios e na montagem da rede contra-revolucionária. As Forças Armadas tratam agora de investigar a origem dos grandes recursos financeiros mobilizados e as ligações que o PCD mantinha com o exterior. Entre os elementos contra-revolucionários presos figuram António Navarros, secretário do partido, e John Bunga, responsável pela articulação da intentona em todo o Sul de Angola. Entre os conspiradores que conseguiram fugir contam-se o presidente do PCD, dr. António Ferronha, o coronel Costa Campos e Rui

Correia de Freitas, ex-director do «Provincia de Angola». O último será o encarregado dos contactos para a formação do «exército secreto».

Todos estes factos, somados aos desafios das forças contra-revolucionárias em Moçambique, confirmam tudo o que o nosso Partido afirmou a respeito da amplitude da conspiração que visava restabelecer em Portugal uma ditadura fascista. Os tentáculos da intentona, como se verifica, envolviam não apenas Portugal mas também Angola e Moçambique.

A reacção, porém, quebrou uma vez mais os dentes. Em Angola não foi apenas um ambicioso plano de escória fascista que foi a pique. A derrota dos colonialistas coincidiu com o avanço do processo de descolonização, caracterizado pela assinatura do acordo de cessar-fogo com o MPLA. Esse acordo representa, como já assinalámos, uma grande vitória dos povos de Portugal e Angola. No momento em que forças a serviço do colonialismo e dos monopólios internacionais se esforçavam para reduzir o papel do MPLA nas negociações que levarão à independência, o movimento que sempre simbolizou a luta libertadora do povo de Angola ocupou, à luz do dia, o lugar que lhe cabia pelo seu combate heróico. Essa realidade foi, aliás, reconhecida pelo Estado Português. Respondendo a perguntas sobre a ausência dos vice-presidentes do MPLA nas negociações, o comodoro Leonel Cardoso, chefe da delegação portuguesa na cerimónia do Acordo de Lumumba, foi categórico: «Quanto a nós e quanto ao mundo, o presidente do Movimento é o dr. Agostinho Neto e falamos com ele.»

A nova derrota da reacção não deve, contudo, gerar esperanças infundadas. Os obstáculos ao avanço mais rápido do processo de descolonização são ainda muitos. A vigilância é, mais do que nunca, necessária. Teremos de enfrentar em Angola mais e mais audaciosas provocações.

Um fascista orgulhoso...

Aconteceu na Vidigueira, uma semana antes do 28 de Setembro. Em plena orgia publicitária da «maioria silenciosa», um padre reacçãoário resolveu transformar uma festa familiar em início de propaganda fascista. Falando para 25 ou 30 dos convidados presentes, fez severas críticas ao Movimento das Forças Armadas e concluiu essa homilia pouco cristã com uma sentença de profeta infalível: «O 25 de Abril há-de ficar marcado na nossa História como um Movimento de facinoras organizado por um grupo de caplães comunistas.»

Criticado por várias pessoas, o padre Ramalho, de Beja, elevou o tom: «Sou fascista com todo o orgulho! E não esteve com meias medidas: fez, logo a seguir, um caloroso elogio à PIDE, manifestando a sua confiança na vitória de um golpe contra-revolucionário.

Episódios tão vergonhosos como esse verificaram-se com frequência no Norte do País, nos dias que precederam a derrota da intentona de Setembro. Muitos párcos de aldeia cooperaram activamente com os organizadores da manifestação da minoria sediciosa. O caso a que aludimos é mais chocante por ter como cenário o Alentejo, onde os sentimentos antifascistas do povo são muito vivos. Seria um erro responsabilizar a Igreja pelo comportamento antipatriótico e indigno de um padre fascista. Não somos anticlericais. Mas é oportuno lembrar que atitudes como a desse padre prejudicam também a imagem da Igreja, pelo que a hierarquia religiosa, no seu próprio interesse, deverá tomar medidas adequadas para impedir que se repitam.

...e um fascista arrogante!

A ARROGÂNCIA dos fascistas não tem limites, principalmente quando sabem que a Justiça não pode atingi-los. Cada um deles se julga um génio e uma personalidade de projecção internacional.

Um caso típico: o decorador José de Almeida Araújo, comprometido na organização da manifestação da «maioria silenciosa». Esse indivíduo esteve na tourada do Campo Pequeno, destacando-se como um dos animadores da clique que injuriou o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves e o Movimento das Forças Armadas. Pensava poder continuar a «festa», mas quando o povo, nas barragens, contve e derrotou a ofensiva contra-revolucionária da reacção, achou prudente fugir para Espanha. Saiu a tempo. Pouco depois, o seu nome figurava num dos mandados de prisão emitidos contra pessoas implicadas na conspiração. Em Madrid, porém, recuperou senão uma inexistente coragem, pelo menos a insolência própria de gente da sua laia. Para regressar exigia nada menos do que a constituição de um tribunal «presidido por um juiz competente» e garantias para a «presença da Imprensa estrangeira».

Amigo da princesa Soraya e de reis, príncipes e duques no exílio e em actividade, esse milionário de gostos requintados é dono de uma casa com trinta quartos, em Cascais, pela qual passavam em liberdade, um leão e panteras. Os seus hábitos extravagantes, a sua conta bancária, a elegância das suas roupas são os títulos de que se honra para reivindicar privilégios. O caso vale como exemplo do tratamento que merecem os aventureiros e poralvilhos da alta sociedade fascista. Almeida Araújo é, apenas, um marginal insolente e como marginal deve ser tratado.

Palavras e ideias no comício do PPD

No dia 25 de Outubro, o Partido Popular Democrático promoveu o seu primeiro comício em Lisboa. No Pavilhão dos Desportos compareceu um numeroso público que aplaudiu com entusiasmo os oito oradores da noite.

O discurso principal foi pronunciado pelo secretário-geral do PPD, Sá Carneiro. Publicamos a seguir algumas passagens desse oração:

«O aumento do custo de vida, o desemprego, a estagnação económica, os actos de violência em Angola e Moçambique, as divisões entre os portugueses chamam-nos a um olhar de lucidez, que o entusiasmo não afecta, e impõe ao nosso partido uma redobrada responsabilidade na acção.»

«O PPD tem como essencial «não tanto olhar para o passado quanto para o futuro; não para o passado de repressão e exploração, mas para o futuro de liberdade e progresso aberto a todos os portugueses pelo MFA; construir a democracia sobre um amplo consenso popular, feito de legitimidade e de eficácia; consolidar a coligação, definindo objectivos a cumprir rigorosamente com o acordo e a colaboração dos partidos presentes no Governo».

«(...) Soluções agressivas, embora na aparência proveitosas podem abrir caminho a futuras guerras; e Portugal, ao contrário de certos povos colonialistas, não pode «lavar as mãos», renegando as suas responsabilidades.»

Nova estrutura administrativa na Radiotelevisão Portuguesa

Antes de partir para Moscovo — como membro da missão presidida pelo nosso camarada Álvaro Cunhal, ministro sem pasta do Governo Provisório — o secretário de Estado da Comunicação Social, comandante Conceição Silva, anunciou as mudanças que acabam de ser introduzidas na Radiotelevisão Portuguesa.

O major António Ramalho Eanes é o novo presidente do conselho de administração da RTP, do qual fazem parte o eng. Sousa Gomes e um representante a eleger pelos trabalhadores. A modificação mais importante



da estrutura administrativa consiste na criação de um Conselho Consultivo formado por três oficiais — coronel Marcelino Marques, comandante Daniel Rodrigues e major Jorge Mananças — e três civis, a designar pelo nosso Partido, e pelo PS e pelo PPD.

«Não há, portanto — salientou o comandante Conceição Silva —, mais lutas partidárias, não há mais transigência com qualquer forma de acção política no nível técnico, porque essas legítimas e perfeitamente razoáveis ansiedades de condução política da televisão, que todos temos, passarão a ser entregues, organizada e democraticamente, ao órgão que representa a orientação política aqui dentro.»

Olof Palme em Lisboa

O primeiro-ministro da Suécia, Olof Palme, ficou muito bem impressionado com o que viu e ouviu em Lisboa, durante a sua breve visita, no último fim-de-semana. Portugal — declarou ao regressar a Estocolmo — encontra-se no caminho de uma verdadeira democracia, para cuja construção a Suécia está pronta a contribuir desde já.

Palme, que veio a Portugal a convite do Partido Socialista Juntamente com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega e dirigentes políticos e sindicais dos dois países, foi recebido pelo Presidente Costa Gomes e pelo Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves mantendo com ambos um diálogo cordial. Durante o encontro com o Presidente da República foram abordados os temas da descolonização, da democratização do País e problemas económicos relacionados com a eventual ajuda dos países escandinavos. O general Costa Gomes confirmou que as eleições para a Assembleia Constituinte se verificarão na data prevista.

No decorrer de uma conferência de imprensa, Olof Palme — que visitou Lisboa na qualidade de presidente do Partido Social Democrata Sueco — salientou a grande importância que atribui ao papel que cabe a Portugal no diálogo entre os novos Estados africanos e a Europa. «Os dirigentes



dos movimentos libertadores africanos com quem desde há muito vimos mantendo contactos, sempre nos disseram que reconheciam a importância desse papel e fizeram-no em pleno combate contra o colonialismo.» O ministro dos Negócios Estrangeiros português, Mário Soares, informou, depois, que a Suécia e a Noruega fornecerão maiores quantidades de papel de jornal ao nosso país para que «durante a campanha eleitoral não falte papel à Imprensa portuguesa».

Embora Palme, respondendo a perguntas um tanto descabidas, tenha sido forçado a abordar temas que nada tinham a ver com os motivos da sua vinda — porque a identificação doutrínaria com o Partido Social Democrata Sueco é disputada por mais de uma organização política portuguesa — o balanço da visita foi francamente positivo. A Suécia foi o primeiro país da Europa Ocidental que condenou publicamente o fascismo português e o seu Governo foi também o primeiro que decidiu prestar ajuda material ao PAIGC, ao MPLA e à Frelimo, numa época em que as grandes potências ocidentais sustentavam política, financeira e militarmente o colonialismo. Deixando de lado as suas posições no terreno ideológico, que diferem muito das que defendemos, importa reconhecer que as palavras de Olof Palme sobre Portugal e o processo de descolonização reflectiram mais uma vez a sua adesão ao esforço de construção de uma sociedade democrática no País e a solidariedade da Suécia ao povo português.

O futuro de Timor

A visita a Timor do ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, forneceu elementos que habilitam agora o Governo Provisório a tomar decisões sobre a melhor forma de iniciar o processo de descolonização naquela colónia.

Segundo declarações feitas por aquele membro do Governo, o futuro de Timor será talvez decidido por um plebiscito a ser realizado no próximo ano.

Tanto na Indonésia como na Austrália, o ministro Almeida Santos manteve importantes contactos.

Tudo indica que as relações entre Portugal e a Indonésia serão normalizadas brevemente. O Governo de Jakarta manifestou a sua disposição de colaborar com Portugal na procura de uma solução que atenda aos reais interesses e aspirações do povo de Timor dentro do espírito descolonizador que preside hoje à política portuguesa. A posição da Austrália é muito menos clara, caracterizando-se por ambiguidades. O Governo de Canberra, segundo os telegramas das agências noticiosas, acha perigoso para a «segurança da região» o «nascimento de um Timor livre e fraco». É difícil avaliar o que entendem os governantes australianos por «segurança da região» e o que seria para eles «um Timor forte», pois a pequena colónia sempre foi fraca e pobre. Caberia recordar que na linguagem dos anteriores Governos conservadores da Austrália, a heróica luta do povo do Vietnam foi durante anos uma «ameaça para a segurança» da Ásia. Em nome de um falso conceito de segurança, milhares de soldados australianos foram envolvidos numa guerra condenada por toda a humanidade.

São os timorenses quem deve decidir o seu futuro e não a Austrália.

A reacção tenta criar o pânico em Moçambique

Os sangrentos incidentes de 21 de Outubro — 49 mortos e 160 feridos — criaram em Moçambique uma situação muito difícil que a reacção se esforça por explorar em benefício dos seus planos criminosos. As forças ao serviço do colonialismo, mais uma vez derrotadas, procuram agora estabelecer o pânico através de uma onda de boatos alarmistas. Provocar a fuga em massa dos elementos menos conscientes da minoria branca é, no momento, o objectivo dos conspiradores fascistas e colonialistas.

O Governo de Transição, as Forças Armadas portuguesas e a FRELIMO reagiram, contudo, com serenidade. Em pouco mais de 24 horas, unidades militares e policiais prenderam cerca de 1200 agitadores e marginais que, aproveitando a atmosfera de tensão, vinham espalhando os boatos mais fantásticos.

Era tempo de intervir. Na África do Sul já se encontram cerca de 15 000 pessoas que deixaram Moçambique. Quase todos esses refugiados são brancos e a maioria encontra-se em situação desesperada, sem dinheiro, quase sem vestuário, sem perspectivas. Dominados por um medo absurdo, deixaram Lourenço Marques e a Beira sem saber exactamente por quê e para quê. Só na capital foram vendidos, em dez dias, 720 bilhetes de comboio para a África do Sul.

Embora a calma tenha voltado às ruas, os efeitos da conspiração reacçãoária continuam, portanto, a manifestar-se. Como oportunamente salientou o almirante Vítor Crespo, alto-comissário português, se o êxodo dos brancos prosseguir, Moçambique terá em breve os portos e os caminhos-de-ferro paralisados e corre o risco de ficar sem energia eléctrica.

A situação exige, assim, a maior firmeza da parte dos responsáveis pela marcha do processo de descolonização. Felizmente um dos objectivos principais dos provocadores — criar atritos entre a FRELIMO e as Forças Armadas portuguesas — não foi atingido. «As forças populares de libertação de Moçambique e as forças portuguesas — afirmou Alberto Chipande, membro da comissão mista Portugal-FRELIMO — cooperam perfeitamente em todos os sentidos.» No ensino, a situação tende também a normalizar-se. A juventude não se alarmou. Segundo a Imprensa de Lourenço Marques, o número de alunos matriculados nos liceus excedeu todas as previsões.

Os ferroviários reagiram igualmente contra o pânico irracional. «Não é a fugir — declarou, no Clube Ferroviário, António Mabote, dirigente da FRELIMO — que se resolve a situação. Não é abandonando Moçambique que honramos os nossos mortos tombados dos dois lados durante a guerra colonial e tão-pouco os dos incidentes que ocorreram em 7 de Setembro e 21 de Outubro na cidade de cimento e nos subúrbios.»

Outro facto positivo: o primeiro-ministro Joaquim Chissano foi calorosamente saudado pelos trabalhadores durante a visita que fez aos caminhos-de-ferro e ao porto. «Estamos trabalhando ao máximo que nos permitem as energias — disse — para fazer triunfar a causa que hoje paradoxalmente nos une: Moçambique e Portugal.»

Também em Moçambique A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!

NOVENTA DIAS DE TRABALHO

CONT. DA PÁG. 1

ridos entre 28 de Maio de 1926, e 25 de Abril de 1974, dando assim satisfação aos anseios colectivos de justiça contra o abuso do Poder, atendendo à violência, esbanjamento ou depreciação de dinheiros públicos, tráfico de influências, etc.

A par desta Comissão Nacional de Inquérito, foram já iniciados inúmeros inquéritos e sindicâncias contra crimes, desvios e irregularidades praticadas em diversos departamentos e órgãos governamentais antes do 25 de Abril e decretou-se a prisão e o saneamento que se está a processar em toda a Administração Pública.

Outra medida a curto prazo, esta tendente a assegurar a independência e dignificação do poder judicial, mereceu a melhor das atenções do Governo Provisório, que empreendeu a reforma da magistratura e dos serviços judiciais, prosseguindo actualmente com debates pelos próprios interessados, por forma a promulgar-se uma nova legislação sobre uma justiça independente, democrática, equilibrada e humana.

Entretanto, o Ministério da Justiça, no âmbito do seu plano de actividades, facultou já o acesso das mulheres à magistratura judicial e ao Ministério Público; decretou amplas amnistias e perdões; constituiu um grupo de trabalho de especialistas nos serviços tutelares de menores, para modificação do sistema em termos de eficácia, substituindo o cunho repressivo pelo educativo e reintegrador; promoveu o saneamento e a reestruturação da Polícia Judiciária, integrando nesta a Interpol; substituiu o Conselho Superior Judiciário, organismo supremo da magistratura judicial, por um novo conselho sem a anterior subordinação ao Governo.

No âmbito das medidas preconizadas sobre as liberdades dos cidadãos, o 2.º Governo Provisório promulgou um diploma sobre a liberdade de reunião e de associação e regulamentou o direito de reunião em lugares públicos e particulares, quer na realização de comícios quer na concretização de manifestações ou desfiles em lugares públicos; determinou a elaboração de uma nova lei de imprensa, cujo projecto esteve em debate e discussão pública até ao passado dia 25, como é de conhecimento geral, lei essa de natureza eminentemente democrática; promulgou a legislação relativa ao direito à greve e ao «lock-out», que se considerou indispensável a uma autêntica democratização da vida nacional. Esta lei será obrigatoriamente revista antes de um ano de vigência e integrará-se no diploma sobre soluções dos conflitos de trabalho que vier a ser aprovado; aprovou as leis sobre partidos e associações políticas e enviou ao Conselho de Estado a lei eleitoral que regulamentará as condições de eleição da Assembleia Constituinte, a qual há de elaborar e aprovar uma nova Constituição Política.

Continuou o maior Vitor Alves: «No sector da educação e cultura, promoveu-se a melhoria das condições do professorado, graças aos pagamentos, nas férias, a professores eventuais e provisórios, e a fixação de normas de recondução para este ano escolar dos agentes e auxiliares de ensino eventuais e provisórios (Decreto-Lei n.º 476/74 de 24 de Setembro), concluiu-se o ajustamento dos programas dos ensinos básicos secundários às novas condições de vida nacional no sentido de os habilitar do conteúdo antedemocrático; por outro lado, aprovou-se um decreto que acelera as equivalências de cursos estrangeiros aos cursos nacionais e que assim permitirá a curto prazo, aproveitar os portugueses que, exilados ou emigrados, adquiriram títulos académicos lá fora, bem como especializações de interesse para o ensino, cultura e economia do nosso País. Também, recentemente, foram aprovados dois

diplomas relativos à promoção cultural dos portugueses, incluindo os que actualmente residem em França. Ainda por resolução do Conselho de Ministros de 27 de Setembro, foi criada no Ministério dos Assuntos Sociais uma Comissão Interministerial para a animação sociocultural que promoverá a dinamização das camadas populares no processo de construção de uma sociedade nova, estimulando-as a participar no seu próprio desenvolvimento.

O MFA e o Governo iniciaram no sábado passado uma campanha de esclarecimento do programa e de dinamização da vida cultural. Por por-

grama Autónomo de Desenvolvimento Agro-Pecuário, o qual é tornado extensivo aos Açores.

Quanto a combustíveis, são fixados por despacho de 17 de Agosto dos ministros da Economia e das Finanças os novos preços de venda de gasolinas, petróleo, gásóleo e fuel-óleo.

Ainda no domínio da democratização das actividades económicas, o 2.º Governo Provisório procedeu à revisão da lei da caça nos seus aspectos fundamentais, por forma a harmonizar os diferentes interesses das camadas da população envolvidas nesta actividade, tendo em vista a necessidade de proporcionar

leção que, até então, vinha beneficiando de pensões manifestamente elevadas em relação às reformas da grande maioria dos trabalhadores «assentados», bem como limita as remunerações e reformas de administradores e outros membros dos corpos gerentes dos estabelecimentos do Estado e sociedades ou empresas ligadas ao sector público e revogou, ainda, dentro de uma política de saneamento e austeridade, dois diplomas que atribuíam pensões vitalícias aos membros do Governo e governadores civis que tivessem servido o Estado durante pelo menos 10 anos.

Dentro do mesmo espírito de política social justa e moralizadora, o 2.º Governo Provisório, no âmbito da saúde e tendo em vista o lançamento das bases para a criação de um Serviço Nacional de Saúde, passou a fazer subordinar do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge o ensino da enfermagem e harmonizou algumas disposições relativas ao Estatuto de Trabalho dos Profissionais de Enfermagem das Instituições de previdência com os estatutos de outros profissionais de enfermagem também do Estado.

No âmbito da Previdência Social, e tendo em vista a substituição progressiva dos sistemas de previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social, o 2.º Governo Provisório começou por autorizar o ministro dos Assuntos Sociais a designar comissões directivas para gerir os serviços compreendidos na Direcção-Geral da Assistência Social, os estabelecimentos, serviços e instituições oficiais de assistência.

Por outro lado, promoveu-se já o início da revisão do Estatuto do Pessoal da Administração das Instituições da previdência social, onde se verifica haver grande número de empregados, mas uma relativamente baixa produtividade.

No quadro das medidas de protecção aos portugueses no estrangeiro foi simplificada a obtenção e renovação de bilhetes de identidade, através dos serviços consulares; simplificou-se também o processo preliminar para casamentos, preceituado no Código do Registo Civil; entraram já em vigor novas disposições relativas à licença militar para ausência no estrangeiro.

Ainda dentro da política social preconizada pelos programas do MFA e do Governo Provisório, foi revogado um decreto-lei de 1970 que permitia à Câmara Municipal de Lisboa dispor do Parque Florestal de Monsanto como reserva de terrenos nepocíveis, o que, naturalmente e a curto prazo, viria arruinar irremediavelmente aquela mancha verde que funciona não só como elementos de embelezamento de Lisboa mas também e principalmente como um verdadeiro «pulmão» higienizante da cidade.

Quanto à política externa, que o Programa do MFA, determina, dever orientar-se pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, de não ingerência nos assuntos internos de outros países e da defesa da paz, muito se fez já neste meio ano de renovação democrática.

Assim, foram estabelecidas relações diplomáticas com os países socialistas do Leste, como a URSS, Checoslováquia, Roménia, Alemanha Oriental, Bulgária, Jugoslávia, Hungria, Polónia, bem como a União Indiana e alguns países africanos, designadamente Senegal, Tunísia e a jovem República da Guiné-Bissau.

Está em perspectiva o estabelecimento de relações diplomáticas com outros países, como Marrocos, Líbia, Mongólia, Indonésia e, espera-se, com a China Popular.

Por outro lado prosseguem as negociações para a continuação das facilidades concedidas à França na ilha das Flores e para a concretização do acordo sobre a base dos Açores com contrapartida técnico-económica a obter em troca da presença dos Estados Unidos naquela arquipélago.

Estão em curso acções conducentes ao estabelecimento de acordos comerciais, culturais e de cooperação técnico-económica, nomeadamente com os países de Leste, Cuba e países africanos, na linha dos já existentes com os parceiros tradicionais.

No campo das relações multilaterais, Portugal obteve agora o apoio e o respeito na ONU, face à sua política de descolonização e, graças à mesma, foi readmitido na UNESCO de onde havia sido expulso. Procura-se também conquistar plenos direitos em outras organizações internacionais, como a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Internacional de Aviação Civil, etc., onde a acção de Portugal estava limitada em virtude da política ditatorial e colonialista prosseguida.

No que se refere às organizações económicas europeias, está em perspectiva o desenvolvimento de cooperação com os países do Mercado Comum e com os países nórdicos em geral, no quadro da EFTA.

No mesmo quadro de reconquista do seu lugar no mundo, Portugal fez-se representar em diversas reuniões internacionais.

Por fim, no concernente à política de descolonização o 2.º Governo Provisório reconheceu solenemente a Independência da República da Guiné-Bissau e iniciou um esquema de apoio a todos os níveis; celebrou, em 7 de Setembro, o acordo de Lusaka com a Frelimo, pelo qual foi criado em Moçambique, para funcionar até 25 de Junho do próximo ano, data em que será proclamada a Independência desta colónia, um Governo de Transição e uma Comissão Militar Mista em que participam elementos do Estado português e da Frelimo, sob a égide de um alto comissário que naquele território representa o Presidente da República e o Governo português.

Estabeleceu um regime transitório de governo no Estado de Angola, criando uma Junta Governativa. No tocante a Angola, foram recentemente estabelecidos contactos na República do Zaire e, no próprio território, com representantes dos Movimentos de Libertação, tendo em vista um acordo de cessar-fogo, já

firmado; primeiro passo para o desenvolvimento das conversações sobre o futuro daquele território, salvaguardando-se os interesses da minoria branca.

Entretanto, em relação a estes territórios, bem como a Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Macau e Timor, o 2.º Governo Provisório promulgou diversa legislação tendo em vista o necessário desenvolvimento económico, social e cultural do Ultramar no quadro de uma democratização completa, conducente à materialização do princípio de autodeterminação defendido pela ONU.

Numa breve síntese foram comunicadas as medidas governamentais já emanadas do 2.º Governo Provisório, no exacto cumprimento do Programa do MFA. Mas de muito pouco valeria o caminho já percorrido se o povo português, sem quaisquer distinções, esquecesse que a verdadeira democracia se conquista no dia-a-dia, numa luta constante e vigilante, num trabalho permanente em que as Forças Armadas e o Povo se deem as mãos, democracia que só tem viabilidade quando a liberdade de cada um assenta no respeito pela lei e pela liberdade do próximo.

VENDA AO PÚBLICO DO BOLETIM DO M.F.A.

O boletim quinzenal do Movimento das Forças Armadas deixará, a partir de agora, de ser um órgão de distribuição interna nas Forças Armadas para se tornar um jornal cuja venda ao público foi autorizada.

Se algumas dúvidas restassem acerca do carácter democrático e patriótico do MFA e da capacidade política dos elementos que o integram, a última edição do seu boletim seria suficiente para as dissipar definitivamente. O balanço que nele se faz dos seis meses de vida política posteriores ao 25 de Abril é um documento da maior importância — reproduzido na íntegra pela Imprensa — que exprime os sentimentos de uma oficialidade que não teme as palavras quando se trata de denunciar as manobras contra-revolucionárias, venham elas de onde vierem, até mesmo de elementos que participaram do primeiro Governo Provisório e que pretendem apresentar-se como democráticos embora os seus actos e palavras neguem essa opção de fachada. Trata-se de um documento de maior importância que ajuda a compreender as motivações patrióticas que levaram à formação do MFA e constitui um valioso subsídio para a correcta interpretação de forças e personalidades políticas que manobram na sombra para torpedear o avanço do processo democrático com o qual se proclamam solidários.

Assim, foram estabelecidas relações diplomáticas com os países socialistas do Leste, como a URSS, Checoslováquia, Roménia, Alemanha Oriental, Bulgária, Jugoslávia, Hungria, Polónia, bem como a União Indiana e alguns países africanos, designadamente Senegal, Tunísia e a jovem República da Guiné-Bissau.

COMÍCIO DE APOIO AO M.P.L.A.

«Um só povo, uma só nação» foi a palavra de ordem repetida de começo ao fim do comício de solidariedade ao MPLA promovido pela Casa de Angola no Pavilhão dos Desportos.

A sessão abriu com o hino do MPLA, seguindo-se uma homenagem à memória do comandante «Ojji Henda» e «a quantos derramaram o seu sangue na luta pela independência de Angola». Foi depois lida uma alocução gravada de Agostinho Neto, na qual o presidente do MPLA insere a luta dos patriotas angolanos na luta global de todos os povos pela liberdade e contra a exploração do homem pelo homem.

António Inácio definiu o Movimento do 25 de Abril como vitória comum dos povos de Portugal e das colónias, para depois afirmar que «os reacçãoários em Portugal e Angola se encontram fortemente ligados na defesa dos seus privilégios, contando com o apoio do imperialismo». Sublinhando que ao longo de treze anos de luta o MPLA soube demonstrar que representa os verdadeiros interesses do povo, aludiu ainda às excelentes perspectivas que se abrem às relações entre Angola e Portugal.

João Filipe Martins analisou as manobras imperialistas contra a independência de Angola e Moçambique, citando a propósito o exemplo chileno e as tentativas contra-revolucionárias esmagadas em Lourenço Marques e Luanda. «Não é possível descolonizar Angola — disse — sem que essa descolonização passe pelo MPLA».

Outra militante, Maria Manuela, analisou a participação da mulher angolana na luta libertadora e interpretou uma canção de resistência anticolonialista.

Falaram depois representantes de Moçambique, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e de Timor e foram lidas, entre ovacões, mensagens de apoio de várias entidades e movimentos políticos.

João Landote lembrou que as massas populares têm demonstrado uma clara eza em Angola que o MPLA é o único movimento angolano capaz de cumprir o compromisso histórico assumido no início da luta armada e aludiu às novas condições de vida criadas nas zonas libertadas. Apenas os inimigos do povo — disse — a concluir — usam e constatar o MPLA como vanguarda revolucionária de nação angolana.

PÓVOA DE VARZIM

SOLUÇÕES PARA A AGRICULTURA

A Comissão Concelhia da Póvoa de Varzim do Movimento Democrático levou a cabo, integradas nas Jornadas Democráticas, dois encontros de agricultores do concelho, respectivamente nos dias 26 e 27 últimos.

No decorrer destas duas reuniões, orientadas por activistas do MDP, foi possível discutir, aturada e profundamente, os problemas agrícolas mais prementes nesta zona.

Nestes dois encontros foram elaborados dois documentos enviados ao secretário de Estado da Agricultura. Assim, no primeiro encontro realizado em Balazar, englobando as freguesias de Rates, Amorim, Terroso e Beiriz, resultou o seguinte documento:

«Os agricultores das freguesias de Balazar, Rates, Amorim, Terroso e Beiriz do concelho da Póvoa de Varzim, distrito do Porto, reunidos no âmbito das Jornadas Democráticas, no dia 26 de Outubro, manifestam a sua preocupação em relação aos graves problemas da comercialização e dos preços dos produtos agrícolas e sociais que se apresentam, particularmente no que diz respeito à batata de semente.

1.º—Sabendo que a batata Arran-Banner importada para semente vem sendo contida, embora não estejam de acordo com este condiciona-

necessários para a produção agrícola. Estes organismos públicos deverão trabalhar em integração ou paralelo com as cooperativas agrícolas de comercialização. Deverão participar na direcção desses organismos públicos representantes das associações dos agricultores. Solicitam ainda que o preço do leite seja revisito e estabelecido para o leite A o preço de 6550 por litro, e que um organismo público atue rapidamente como comprador de vinho por forma a resolver a crise de excesso de produção comprando o vinho a preços compensadores de acordo com a sua qualidade».

No encontro realizado em Aguadora, integrando as freguesias de A Ver-o-Mar, Estela e Nabais, os presentes acenderam no seguinte documento final:

«Na reunião realizada no dia 27 de Outubro de 1974, integrando nas Jornadas Democráticas, os agricultores das freguesias de A Ver-o-Mar, Aguadora, Estela e Nabais discutiram os problemas da comercialização e preços dos produtos agrícolas e manifestam a V. Ex.ª a sua preocupação, particularmente no que diz respeito à batata de semente.

1.º—Sabendo que a batata Arran-Banner importada para semente vem sendo contida, embora não estejam de acordo com este condiciona-

mento, mas aceitando-o, pedem que dentro desse princípio ela seja encaminhada preferencialmente para a zona litoral-norte, região onde esta batata tem condições particularmente favoráveis para produção e reprodução, nomeadamente no concelho da Póvoa de Varzim.

2.º—Pedem a V. Ex.ª que em relação às importações dos produtos agrícolas que aqui são produzidos na região da Póvoa de Varzim (batata, cebola e outros produtos hortícolas), não sejam feitas importações, não sendo feita prospeção das extensões desses produtos no produtor».

3.º—Quando aos graves problemas da comercialização e dos preços dos produtos agrícolas, solicitam a V. Ex.ª que sejam criados organismos públicos que garantam a compra dos produtos agrícolas, devendo tomar públicos e conhecidos os preços de garantia antes de serem iniciadas as culturas, organismos públicos que forneçam também aos agricultores os adubos e outros produtos necessários à agricultura.

Esses organismos públicos deverão ter, necessariamente, representantes das associações dos pequenos e médios agricultores e trabalhar em integração ou conjugação com as cooperativas agrícolas de comercialização».

ESTIVADORES AUXILIARES DO PORTO DE LEIXÕES EM LUTA PELA IGUALDADE

A luta dos estivadores auxiliares, pela igualdade de condições de trabalho com os estivadores efectivos, sem qualquer discriminação, vem-se desenvolvendo já desde 1969.

Após o derrubamento do regime fascista em 25 de Abril, as novas condições de liberdade animaram os auxiliares a tomarem o Sindicato como o objectivo de colocarem à sua frente uma comissão directiva capaz de defender os interesses da classe, à semelhança da atitude tomada pelos trabalhadores em todo o País.

Deste modo, no dia 2 de Maio, na presença de representantes das Forças Armadas, foi empossada uma comissão «ad hoc» com 5 efectivos e 5 auxiliares.

FORAM OS ESTIVADORES AUXILIARES QUE TOMARAM ESTA INICIATIVA DE SANEAMENTO DO SINDICATO.

Entretanto, os auxiliares vão realizando diversas reuniões para debaterem a solução do problema mais grave que de frontam:

—A EXISTENCIA DE DUAS «ESCALAS» DE SERVIÇO, UMA PARA OS EFECTIVOS E OUTRA PARA OS «AUXILIARES», sendo os efectivos chamados em primeiro lugar para a execução do trabalho diário e os auxiliares apenas para o trabalho excedente. Esta regra sofre alteração quando se trata de trabalhos com cargas de natureza tóxica, pesada ou suja, frigoríficas, cargas a granel, etc., para as quais «caridosas-

mente» os auxiliares têm «preferências»...

Dada a pressão dos auxiliares em luta pela igualdade das condições de trabalho, os efectivos da comissão «ad hoc» convocaram todos os estivadores para uma assembleia realizada na garagem da A. P. D.L. em Leça da Palmeira.

Nesta assembleia, foi acordado o projecto de novo Contrato Colectivo a negociar com o patronato, tendo sido prometido que se os patrões concordassem com os aumentos salariais propostos e com o alargamento para mais 2 estivadores em cada «terno» (equipa de trabalho que efectua um determinado trabalho de carga dentro do navio), os estivadores do quadro de auxiliares passariam a efectivos.

O QUE SUCEDEU DE FACTO foi que os aumentos salariais foram acordados e os aumentos dos turnos igualmente, sem que a situação dos auxiliares se modificasse. Entretanto, nas eleições para os Corpos Gerentes do Sindicato, foi colocada uma direcção apenas de efectivos (segundo informam, pelos «Estadutos» (???) apenas podem ser eleitos efectivos...)

A direcção do Sindicato promete agora, unicamente, a integração no quadro dos efectivos de um grupo de 100 auxiliares, a escolher pela ordem de inscrição no Sindicato, e nem sequer pelo exercício efectivo e assíduo da profissão.

Esta actuação da direcção vem, portanto, na sequência de todas as manobras realizadas com o objectivo de im-

pedirem os auxiliares de conseguirem a sua justa reivindicação. Esta manobra procura, por outro lado, dividir os próprios auxiliares.

A situação de divisão existente no seio dos estivadores (como entre os carregadores e descarregadores, que é semelhante) resulta de uma situação de privilégio incentivada pelo fascismo para um grupo de trabalhadores (os efectivos), em desfavor de outros (os auxiliares), deste modo, surge se enfraquecendo a unidade da classe. Deste modo, surge a situação de um grupo de trabalhadores, a ser objectivamente «explorado» por outro (os efectivos).

No plano sindical, e igualmente como herança do fascismo (que também aqui actuou de acordo com o princípio de «dividir para reinar»), os trabalhadores da carga e descarga no porto de Leixões estão fraccionados por 3 sindicatos:

—Sindicato dos Estivadores (abrangendo ainda os conferentes), que representa os que trabalham dentro do navio;

—Sindicato dos Carregadores e Descarregadores, que representa os que fazem a carga e descarga em terra.

—Sindicato dos Lingadores, que representa os trabalhadores que fazem o engate e desengate das «lingadas» (cargas transportadas pelos guindastes) e fazem a sua arrumação em tabuleiros no cais, ou para veículos.

VISTA À URSS

CONT. DA PÁG. 1

o comandante Conceição e Silva declarou-nos que esta viagem à União Soviética constitui «uma oportunidade extraordinária para promover um frutuoso intercâmbio para ambos os países, nomeadamente no que respeita à criação de condições concretas de intercâmbio cultural, que é mais vasto e importante do que os aspectos restritos de informação, cujos problemas diferem bastante de país para país».

A partida da delegação encontravam-se presentes várias individualidades do Governo, incluindo Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros.

Representando o Comité Central do nosso Partido, encontravam-se os camaradas Dias Lourenço, Sérgio Vilariz e Aurélio Santos.

O Povo Soviético saúda as reformas democráticas

Entretanto, na cerimónia de entrega de credenciais do Dr. Mário Neves, primeiro embaixador de Portugal na União Soviética, Ilyashenko, vice-presidente do Directório do Soviete Supremo, desejando um completo êxito à criação de um Portugal livre e democrático e em nome do Povo Soviético saudou as reformas democráticas em Portugal e o novo processo de descolonização e salientou a importância das relações de amizade entre os dois povos para o reforço da paz na Europa.

Estas relações de amizade consolidar-se-ão, sem dúvida, com a viagem da delegação portuguesa, testemunhando das modificações radicais que este ano ocorreram no nosso País», segundo declarações do nosso camarada Álvaro Cunhal à chegada a Moscovo.

O QUE É GEORGES COGNIOT O COMUNISMO?

Tradução de Egito Gonçalves

«Comunista, comunismo: estas palavras estão na boca de toda a gente. Uns pronunciam-nas com cólera, outros com esperança e entusiasmo. Os primeiros são os adversários do progresso. São os beneficiários (ou os enganados) de um regime que comporta essencialmente, por um lado, massas de operários assalariados sem propriedades, sofrendo o dia-a-dia, e, por outro, ricos proprietários, donos de fábricas e de outros grandes meios de produção, enquanto as camadas sociais intermédias — camponeses, artesãos, intelectuais, etc. — são também elas mesmas cada vez mais esmagadas e escravizadas. Esse sistema social engendrou no decorso da História a miséria, a guerra e o colonialismo. Aqueles a quem um tal regime aproveita ligam à ideia de comunismo todas as loucuras e todos os horrores imagináveis. Gostariam de poder assustar todos os trabalhadores, todas as pessoas honestas e, à força de calúnias, desviá-los dos comunistas. Essa gente dispõe da rádio e da televisão, da maior parte dos jornais e das casas editoras, de influência preponderante nas Igrejas, na direcção do Ensino e da acção cultural oficial, de enormes meios de propaganda.

No entanto, quem ouve apenas um sino ouve apenas um som. E as pessoas imparciais, aquelas que pretendem ter uma opinião independente, têm vontade de saber dos próprios comunistas qual é o seu objectivo, de saber por que razão os partidários desta grande ideia manifestam tanta segurança e devoção pela luta que travam. O comunismo é uma maneira especial de organizar a economia e a sociedade ou, como se diz, um modo de produção definido. O modo comunista de organizar a produção e a sociedade é a mais moderna, a mais avançada que existe».

Neste livro, Georges Cogniot esclarece os principais aspectos da evolução do mundo moderno, sublinha as forças motoras e responde às grandes interrogações que se podem fazer sobre o comunismo: as suas origens, a sua história, a sua doutrina, a política dos partidos que nele se baseiam, as perspectivas que abre à humanidade. O autor descreve a experiência do movimento operário revolucionário, a prática dos países socialistas, e sobretudo a da União Soviética, que realiza actualmente, pela primeira vez na História, a edificação das bases da sociedade comunista, refutando, de passagem, os argumentos dos teóricos do revisionismo e as posições «esquerdistas».

Colecção SITUAÇÕES / 50\$00

MILHARES DE PESSOAS EM TODO O PAÍS ASSISTIRAM A COMÍCIOS DO NOSSO PARTIDO



O camarada Cunha, pronunciando um importante discurso

• NA PRAÇA DO CAMPO PEQUENO

A realização do terceiro comício do PCP em Lisboa, organizado pela DORL no recinto do Campo Pequeno na tarde do sábado passado, deu cumprimento, segundo as palavras de Carlos Brito no discurso de abertura, a uma das indicações do Congresso Extraordinário que é a de sujeitar as respostas do Partido Comunista perante a situação política actual à aprovação do Povo Português.

Muito antes da hora apressada já uma enorme multidão se concentrava na praça de touros, profusamente decorada com painéis vermelhos e dísticos onde se podia ler: «Com a classe operária pela liberdade e o socialismo», «Negociações com o MPLA» e «Viva a classe operária». Na arena, onde pelas três horas era impossível entrar mais alguém, cantavam marcavam a presença dos trabalhadores entre os quais sobressaíam as células dos CTT e do «Diário de Notícias».

O único senão na realização do comício foi a pequena do recinto perante a afluência verificada, donde resultou que milhares de pessoas se vissem impossibilitadas de entrar. Mesmo assim, a imprensa diária estimou em mais de trinta mil o número de presenças no comício, o que demonstra perfeitamente a importância que o Partido Comunista tem entre as massas trabalhadoras e a população em geral.

Caberia a Carlos Brito, do Comité Central, dar início ao comício e fazer a apresentação da mesa, constituída por Sérgio Vilela, Pedro Soares, Domingos Abrantes, Jorge Ferreira, José Magro, Albano Nunes, Alda Nogueira, Manuel Pedro, Ilídio Esteves, Sérgio Calhau, Mariana Rafael, Maria Villaverde Cabral, Rosa Passos, José António, Resende Gomes, Maria Miranda Frade, Augusto Cavaleiro Matias, Joaquim Judas e Lurdes Pinheiro.

A presença inesperada do camarada Álvaro Cunhal, cujo discurso publicamos noutro local, provocou o mais vivo entusiasmo entre a assistência que durante bastante tempo o aplaudiu.

No final, um grupo de artistas comunistas promoveu um curto espectáculo com a participação de José Jorge Letria, Adriano Correia de Oliveira, Samuel, Armando Caldas, Carlos Paredes e Lúcia Basto. E a Intervenção seria cantada por todos quando as lâmpadas já iluminavam o recinto.

O futuro será decidido pelo povo

Usou primeiro da palavra Domingos Abrantes, membro do Comité Central há onze anos e no PCP há vinte.

Depois de frisar que o Congresso foi um êxito extraordinário e os seus resultados influenciaram toda a vida política nacional afirmou:

«O VII Congresso aprovou as alterações ao Programa e Estatutos, alterações tornadas necessárias devido às transformações políticas levadas a cabo pela vitória histórica do 25 de Abril. Tratou-se de pôr os documentos básicos, pelos quais se regem a vida e a actividade do Partido, de acordo com a nova situação política.»

«Não há qualquer alteração nos princípios e objectivos do PCP. Lutamos por levar a cabo a revolução democrática e nacional, parte integrante da luta pelo socialismo. Lutamos e lutaremos pela instauração do socialismo e do comunismo em Portugal, objectivos supremos do nosso Partido.»

Mais adiante e depois de recordar que a nacionalização de alguns bancos é um facto positivo mas não atinge o essencial do capital monopolista, o orador afirmou:

«As massas trabalhadoras aspiram a ver melhoradas as suas condições de vida. Trata-se de uma justa reivindicação que é preciso encetar com todo o realismo e cuja solução exige medidas concretas. A Plataforma de Emergência aprovada no VII Congresso apresenta medidas concretas para melhorar as condições de vida das massas trabalhadoras tendo em conta as exigências nacionais.»

E a terminar:

«A Plataforma saída do VII Congresso coloca as direcções capitais para consolidarmos a democracia, para avançarmos para novas vitórias. O futuro de Portugal será decidido pelo próprio povo. Ganhar as mais amplas massas para as ideias da Plataforma, ganhá-las para a orientação do nosso Partido, «O Partido de todos os portugueses dispostos a lutar por uma sociedade em que desapareçam as classes e a exploração do homem pelo homem», é uma tarefa que todos os comunistas de-

vem levar à prática com ardor e audácia.»

A participação dos estudantes

«A UEC tudo fará para que a experiência que os estudantes comunistas colheram com a sua participação no Congresso se traduza por um redobrar da nossa acção», declarou Joaquim Judas, da Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas.

Referindo a seguir que os estudantes comunistas têm uma importante tarefa a desempenhar no futuro por colocar as escolas, o ensino, a cultura ao serviço do processo de democratização e dos reais interesses nacionais, Joaquim Judas esclareceu que nesta acção está empenhada toda a juventude, em especial a juventude trabalhadora.

Seguidamente, Mariana Rafael, funcionária do Partido e membro do Comité Local de Lisboa, que nasceu e viveu sempre na clandestinidade até ao 25 de Abril, abordou o problema da mulher no nosso país. Começando por salientar a participação das mulheres comunistas no Congresso, tanto como representantes das suas células como na sua preparação, em que a percentagem de 12 por cento de mulheres delegadas nos trabalhos do Congresso é bastante significativa, Mariana Rafael fez um apelo para que urgentemente mais e mais mulheres viessem à luta pela consolidação e alargamento da democracia no nosso País, lado a lado com os nossos companheiros na construção de uma nova sociedade.

Por último apontou a necessidade de o Programa do PCP ser conhecido e discutido por todo o povo, por todas as mulheres, para que todas saibam o que os comunistas são, a análise política que fazem e quais os caminhos políticos que apontam.

Unidade dos trabalhadores

Camaradas, só é possível a consolidação da democracia se todos os operários, camponeses, intelectuais e estudantes estiverem unidos na luta comum para o derrube total das estruturas fascistas — afirmou na sua intervenção José Eduardo Mata, operário metalúrgico e membro da comissão de freguesia de Sacavém do PCP.

Apelando para o reforço da vigilância e o desmascaramento de quantos sob os mais hábeis disfarces procuram dividir e enfraquecer os trabalhadores, o orador afirmou:

Camaradas, só o sindicalismo unitário interessa a todos os trabalhadores porque de um lado está a força do capitalismo e do outro tem que estar a força dos trabalhadores unidos em todos os campos de luta, porque os problemas dos trabalhadores, sejam eles comunistas, socialistas ou sem partido, assentam todos sem excepção na exploração do capitalismo e faz abater sobre nós.

E quando alguns desejam dividir os trabalhadores com aquilo que chamam pluralismo sindical, não nos perguntar onde estavam eles quando, no tempo do fascismo, os trabalhadores eram presos e torturados por lutarem pela liberdade sindical, eram destruídas direcções sindicais da confiança dos trabalhadores, onde estavam quando foi das barricadas do 28 de Setembro, porque não apareceram e só agora vêm dizer aos trabalhadores o que é bom ou mau?

E só terminari:

Camaradas, a nossa luta é uma luta do passado e do presente, para que no futuro consigamos construir no nosso país uma sociedade onde termine para sempre a exploração do homem pelo homem e onde caiam todos os portugueses amantes da paz, e essa sociedade, só pode ser uma sociedade socialista.

«Há que trabalhar duro mas com alegria»

Depois de Lurdes Pinheiro, trabalhadora de Espinho que o 25 de Abril veio encontrar em Lisboa, onde se encontrava na clandestinidade, e que falou em nome dos jovens trabalhadores comunistas, usou da palavra Manuel Pedro, membro do Comité Central e de DORL e no Partido há 18 anos.

Há que trabalhar duro, mas com alegria. Os homens que como os comunistas constroem um Portugal novo, os homens que nós não têm consciência de que é preciso dar o melhor de nós próprios para a construção da democracia em Portugal trazem na alma e no cantar o sol da alegria revolucionária — começou por declarar o orador. Referindo de-

pois que o VII Congresso tomou decisões que é necessário levar à prática com entusiasmo e confiança, Manuel Pedro acrescentou: Não podemos descansar. Não há tempo a perder. Com serenidade, com firmeza, determinados, mãos à obra, camaradas. A plataforma de emergência aprovada no Congresso está nas nossas mãos.

Faz ontem 6 meses que o glorioso MFA iniciou o Movimento do 25 de Abril. De estado fascista e colonialista, Portugal tornou-se no estado mais progressista dos países capitalistas da Europa. Lançou-se corajosamente no caminho da descolonização e da construção da democracia.

Contudo, ainda há quem se não tenha dado conta disto, homens que sonham revoluções, verbalistas pequeno-burgueses, revolucionários de café, ainda se não deram conta de que estão a viver uma.

São grandes as responsabilidades da classe operária na direcção do processo revolucionário em curso. À nossa frente não temos como inimigo uma chivena de café quentinho e sabroso. O inimigo que temos por diante chama-se reacção. É um inimigo feroz, experiente e implacável. Não podemos subestimar as nossas forças e não subestimamos. Mas há camaradas que tendem a ver neste inimigo um inimigo imbatível. Por uma análise incorreta das nossas próprias forças, subestimando na prática o proletariado e a sua vanguarda, que é o Partido. No fundo, falta de confiança no Partido e na acção das massas.

Vem isto ao propósito das tarefas do Partido definidas na Proclamação do Congresso. O reforço do Estado democrático passa também pelo reforço orgânico do Partido.

O reforço orgânico do Partido

O Partido não se reforça organicamente fechando as suas fileiras a tantos e tantos milhares de trabalhadores honrados que só esperam que os convicemos a tornarem-se militantes do PCP.

Ainda há camaradas que após 6 meses de liberdade não fizeram um único recrutamento para as nossas fileiras. Comportam-se nos locais de trabalho como se ainda estivéssemos na mais profunda clandestinidade.

Só vêm esquecidas à sua volta, e, deste modo, não só não recrutam para o Partido como deixam que a direcção das lutas dos trabalhadores caia nas mãos de aventureiros sem escrúpulos, quantas vezes a soldo da reacção.

As camaradas que assim agem, no fundo, não acreditam no triunfo da democracia sobre a reacção. Se assim fossem todos, e felizmente a esmagadora maioria, não é, adeus democratização; já teríamos voltado à clandestinidade mais fracos certamente do que quando dela saímos.

«Depois de acrescentar que os militantes se fazem no Partido e não fora dele e que hoje, em liberdade, o Partido, como Partido revolucionário que é, tem todas as condições para expulsar do seu seio todos aqueles que a prática demonstra não serem dignos de usar o título de membro do Partido, o orador abordou o aspecto do trabalho dos militantes comunistas: no que respeita ao hábito de alguns recorrerem sistematicamente à Direcção do Partido para receberem orientação para as pequenas e grandes tarefas que lhes surtem no dia-a-dia.

Alguns camaradas ainda se não aperceberam que no respectivo local de trabalho eles e a célula a que pertencem são o Partido. É a célula do Partido, em cada local de actividade, que tem de dar resposta a todas as questões que se levantam. Cada militante, cada célula tem de conhecer profundamente a linha do Partido e os problemas que lhe caem na sua esfera de acção. Deste modo, reunindo regularmente, discutindo e acompanhando o dia-a-dia da vida dos trabalhadores, os comunistas estão aptos a responder acertadamente a todas as questões que se põem aos trabalhadores no actual processo revolucionário, sem sobrecarregar as direcções dos sectores, especialmente os mais responsáveis.

O Partido somos nós todos

Camaradas: Cada comunista é um homem responsável, capaz de tomar decisões. Cada organismo do Partido tem de o ser ainda mais.

Acabemos com a concepção de que os funcionários do Partido têm resposta e orientação para todos. O Partido somos nós todos. Isto quer

dizer que são os comunistas e a sua célula que em cada local onde estão organizados que tem de saber tomar as decisões adequadas a cada situação.

Na sua intervenção abordou ainda a situação dos serviços públicos e do saneamento, afirmando depois: O nosso Partido afirma que a unidade que propomos e por que lutamos é para hoje e para amanhã. Assim é, de facto. O nosso Partido não apunha os aliados. Aqueles com quem firma acordos e alianças. Os acordos e alianças compre-os integralmente.

A questão da unidade, conforme se afirmou no Congresso, não é para o nosso Partido uma necessidade conjuntural. É a sorte do país que está em jogo quando tal decisão é tomada nos batemos pela unidade das forças democráticas e da aliança Povo-Forças Armadas.

Não se pode invocar a qualidade de democrata sendo-se anticomunista.

Não se pode objectivamente trabalhar na construção de democracia e trabalhar-se ao mesmo tempo na campanha anticomunista.

A falta de confiança nas massas populares, nas forças democráticas e no MFA conduzir já e conduzirá sempre a prejuízos mais ou menos sérios. Infelizmente, são os trabalhadores portugueses e as massas populares que mais sofrem com os erros daqueles que elaboram as suas táticas na base da desconfiança que nutrem exactamente por quem mais consequentemente se bate pela democratização do nosso país.

Repito o que se afirma na Plataforma aprovada no Congresso: O PCP sujeita a sua Plataforma à aprovação do povo português e



Manuel Pedro no uso da palavra

está pronto a examiná-la em conjunto com os seus aliados, com o fim de se encontrar o caminho da política comum e da acção comum.

Consolidar as liberdades e a democratização

A terminar a parte política do comício usou da palavra Carlos Brito, membro do Comité Central que apontou as medidas indispensáveis para a consolidação das liberdades e a democratização do País, nomeadamente:

O saneamento de todo o aparelho de Estado; a reorganização das forças militarizadas e policiais; a formação de um funcionalismo eficiente e devotado à nova situação política; a cooperação estreita na obra de reedificação democrática, do governo, estruturas estatais, autarquias locais, partidos políticos, sindicatos, ligas e associações camponesas, cooperativas, associações juvenis e femininas e outras organizações democráticas das massas populares; a proibição de organizações, propagandas e actividades fascistas e racistas. Severas medidas contra conspirações contra-revolucionárias e contra a sabotagem económica; uma lei eleitoral que garanta o carácter democrático de todas as fases do processo eleitoral; o termo imediato das discriminações em relação a partidos políticos na televisão e outros meios de informação do Estado.

Focou ainda a defesa da estabilidade económica e financeira com vista ao desenvolvimento em que o Partido preconiza, entre outras medidas contidas na Plataforma:

O corte imediato das despesas não essenciais do Estado e a redução das despesas militares; O reforço das receitas públicas através da acentuação do carácter progressivo dos impostos tendo em vista onerar os grandes e aliviar de encargos os pequenos contribuintes e o agravamento dos impostos sobre os grandes rendimentos e capitais imobilizados; o melhoramento radical da gestão das empresas públicas e das empresas

com participação do Estado e o aumento dos investimentos públicos rentáveis; reforço da fiscalização e punição das fraudes fiscais; o papel dirigente e corrector da actividade bancária pela banca nacionalizada; o «controlo» pelo Estado da actividade da banca privada; o «controlo» do movimento de capitais e a fiscalização e punição severa dos autores e cúmplices na fuga de capitais para o estrangeiro; o apoio e ajuda em créditos e outros estímulos às empresas, pequenas ou grandes, que derem uma contribuição positiva no desenvolvimento económico; energias medidas contra a redução da produção não justificada, o encerramento de fábricas e os despedimentos sem justa causa e o confisco de bens e prisão no caso de

sabotagem económica provada em juízo; a formação de novas empresas do Estado e de empresas mistas; apoio às pequenas e médias empresas, através de créditos, aligeiramento fiscal, encomendas do Estado e autarquias, procura de mercados; a requisição pelo Estado das terras incultas e sua entrega a formas de gestão pública, cooperativas ou explorações familiares e entrega dos baldios às populações respectivas; a abolição dos foros e a abolição da parceria na exploração agrícola e sua conversão em regime de arrendamento; o apoio aos pequenos e médios agricultores com créditos, bonificações, subsídios, seguros e assistência técnica e com apoio e ajuda para a formação e reorganização de cooperativas; a reestruturação e sim-

plificação dos circuitos comerciais de forma a que o melhor preço pago ao produtor não onere o consumidor e subordinação das importações de produtos agrícolas aos interesses da produção portuguesa (bata, carne e outros); a forte tributação aos grandes proprietários e rendeiros ausentistas; a direcção, «controlo» e planificação do comércio externo pelo Governo e redução drástica de importações; a actualização periódica de salários e vencimentos dos trabalhadores em correspondência com os aumentos de preços; o prosseguimento da contratação colectiva entre sindicatos e entidades patronais e obrigatoriedade do cumprimento dos contratos colectivos de trabalho; o melhoramento dos benefícios sociais dos trabalhadores (pen-

sões, abono, assistência médica, etc.); política de luta contra o desemprego na indústria e na agricultura e proibição dos despedimentos sem justa causa; e contenção do aumento dos preços de géneros de primeira necessidade e das rendas de casa.

Por último analisou o prosseguimento da descolonização para o qual é indispensável o respeito pelo cessar-fogo e medidas políticas para tornar irreversível o estabelecimento da paz; O regresso das tropas e Portugal logo que a sua estadia em África, no interesse da descolonização e da paz, possa ser dispensada e a redução das despesas militares, o licenciamento de tropas e a redução do tempo de serviço militar obrigatório.

DISCURSO DO CAMARADA ÁLVARO CUNHAL

Camaradas:

Na Plataforma para a acção imediata aprovada pelo nosso Congresso Extraordinário definiram-se três tarefas fundamentais e prioritárias na situação actual:

A primeira foi A CONSOLIDAÇÃO DAS LIBERDADES E O ESFORÇO DO ESTADO DEMOCRÁTICO.

Alguns perguntam se, depois do 28 de Setembro, se põe ainda em dúvida a consolidação das liberdades e a força do Estado democrático de forma a pôr assim como prioritária uma tal tarefa.

Vou procurar responder a esta questão.

O 28 de Setembro deu um golpe sério na reacção. Julgando ter a vitória ao seu alcance, as forças reacçãoárias empenharam na batalha as suas forças. Como perderam a batalha, pagaram o preço da aventura. Entre outros aspectos das perdas da reacção, foram desmanteladas organizações de conspiradores fascistas.

Os três generais conservadores e reacçãoários da Junta foram afastados. O general Spínola deixou de ser o presidente da República.

A contra-revolução veio apregoar a sua incógnita e dizer que quem tinha feito um golpe eram os comunistas, que teriam querido liquidar as liberdades e impedir a realização de eleições.

Aqueles que lançaram, como ruídos armados a operação dos cartazes, que organizaram arsenais de armas, que prepararam a manifestação provocatória, que já diziam e escreviam que não poupariam as vidas dos adversários, aqueles que precisamente pretendiam declarar o estado de sítio, liqui-

vamos intensificar certas manobras financeiras e tomar certas medidas que se têm de considerar como de sabotagem a actividades económicas. Podemos também estar certos de que continua a conspirar e, se não temos indicações certas das suas actividades, isso não nos deve tranquilizar, mas, ao contrário, aumentar a nossa vigilância, a vigilância popular, que tão grande papel representou para a derrota da operação contra-revolucionária de Setembro e que, se se mantiver atenta, pronta e activa, será capaz (estamos certos de que será capaz novamente) de desmascarar e de dar decisiva contribuição para a derrota de novas tentativas contra-revolucionárias.

Acusam alguns o nosso Partido de ter em tempos lutado contra a ordem e se ter agora convertido num defensor da ordem.

Isto é quase verdade, mas é necessário entendê-lo.

Nós, comunistas, lutamos sempre e como ninguém lutou (lutamos ao preço de muitas vidas e de milhares de anos de prisão), contra a ordem fascista, a ordem da PIDE-IGS, a ordem da intimidação, a ordem sem liberdade, do medo, a ordem imposta por uma pequena minoria de exploradores à grande massa do povo.

Mas lutamos e lutaremos por uma ordem democrática, por uma ordem fundada na liberdade, fundada no respeito pelos direitos dos cidadãos, uma ordem estabelecida para defesa dos interesses dos trabalhadores, dos interesses do povo e do País, uma ordem cujo respeito teremos de impor aqueles que procuram fomentar uma situação de desorganização, insegurança e caos, que crie condições para afogar e destruir a jovem democracia portuguesa.

Nos primeiros cinco meses após o 25 de Abril tivemos um poder político cheio de contradições e de conflitos internos um poder em que pessoas da mais alta responsabilidade como o próprio presidente da República, general Spínola, e os três generais da Junta, entravam em oposição com o Governo Provisório e as forças democráticas e constantemente procuravam contrariar a democratização e a descolonização.

Desde o 28 de Setembro — designado como novo presidente da República o general Costa Gomes, renovados o Conselho do Estado e a Junta de Salvação Nacional com oficiais do Movimento das Forças Armadas, substituído o ministro da Comunicação Social, reforçado o papel dos partidos democráticos e do movimento popular — temos um poder mais homogéneo, mais capaz de atacar os problemas, mais identificado, no projecto comum de instaurar em Portugal um regime democrático escolhido pelo próprio povo.

Temos agora melhores condições para caminhar em frente e podem os inimigos da democracia estar certos de que caminharão.

A segunda tarefa que o nosso Congresso definiu como fundamental e prioritária na situação actual é A DEFESA DA ESTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO.

Trata-se, camaradas, de problemas da mais alta importância e de cuja solução dependerá, em larga medida, a vitória ou a derrota da democracia em Portugal.

No plano político, o processo revolucionário deu sérios passos em frente. Mas no plano económico, apesar de algumas medidas acertadas do Governo, continuam por resolver os problemas fundamentais.

Enquanto o poder económico estiver nas mãos dos monopólios e latifundiários, a democracia em Portugal estará impedida de marchar em frente. O poder económico dos monopólios e latifundiários é uma ameaça constante para o poder político democrático. É uma ameaça para a própria liberdade.

A reacção pode morder com conspirações e com golpes armados. Mas morde também levando o dinheiro para fora, não concedendo créditos, diminuindo a produção nas fábricas, despedindo trabalhadores, não procedendo às colheitas, e procurando assim criar grandes dificuldades à vida económica nacional, fomentar o descontentamento popular, separar o povo do Governo, do MFA e das forças democráticas, e preparar terreno para a reconquista do poder político pelos grandes senhores do capital e da terra.

Pois bem. Se o 28 de Setembro, pelo menos temporariamente, quebrou os dentes da conspiração política da contra-revolução, agora temos também de quebrar-lhe os dentes da conspiração económica.

A democracia em Portugal não estará assegurada, se o poder económico dos monopólios e latifundiários não for rápida e radicalmente limitado e ulteriormente liquidado.

E nesta perspectiva antimonopolista que a Plataforma proposta pelo Partido indica uma série de medidas imediatas para a defesa da estabilidade económica e financeira, com vistas ao desenvolvimento.

Se tais medidas não forem realizadas, surgirão novos e sérios perigos para a liberdade. E surgirão a curto prazo.

Mas se tais medidas forem realizadas; se se conseguir impedir um grande desequilíbrio interno e externo dos recursos financeiros do Estado; se se conseguir conter os aumentos de preços; se evitarmos a fuga de capitais; se reforçarmos o controlo do Estado sobre a banca e sobre todos os sectores fundamentais da economia portuguesa; se soubermos realizar outras medidas indicadas na Plataforma; se soubermos defender simultaneamente os interesses da classe operária, do camponês e das classes médias — então podemos estar certos de que a democracia será invencível, de que está assegurado o futuro democrático de Portugal.

Portugal foi o pasto dos exploradores do nosso povo e, em larga medida, ainda o é.

Mas o povo português começa a ver a perspectiva de que Portugal seja realmente seu, seja o Portugal de todos quantos trabalham.

Hoje, apesar de que continuamos a viver num regime capitalista, os trabalhadores estão vitalmente interessados na realização de uma série de medidas pelo Governo, no reforço do controlo do Estado sobre a economia, no aumento da produção nacional, nas maiores disponibilidades financeiras do Estado, no progresso da indústria e da agricultura, na maior rentabilidade das empresas públicas e na realização de todas as medidas que conduzam à estabilidade e desenvolvimento da economia portuguesa.

Lutando pela sobrevivência e pelo desenvolvimento de um regime democrático, o povo português toma consciência de que tem de intervir não apenas para a realização das tarefas políticas democráticas, mas para a realização das tarefas económicas.

Por isso é da maior importância que o povo português lute firmemente pela realização das medidas de emergência indicadas pelo Congresso Extraordinário do PCP.

As formas de luta variam. A intervenção popular evolui. O dia virá em que o nosso povo terá também que saber governar. E estamos certos de que governará bem.

A terceira tarefa que o nosso Congresso definiu como fundamental e prioritária foi O PROSSEGUIMENTO DA DESCOLONIZAÇÃO.

Não tenho tempo para dizer a este respeito mais do que algumas palavras. Mas não quero deixar de sublinhar dois aspectos.

Foram dados grandes pas-

sos. Os povos submetidos ao colonialismo português alcançaram grandes vitórias. Grandes vitórias alcançaram também o povo português. Mas o processo de descolonização não está terminado. Tem de contar com fortes resistências da reacção interna e externa e do imperialismo. São pois grandes e graves as dificuldades que os povos ainda submetidos ao colonialismo português, designadamente Angola e Cabo Verde, e o próprio povo português têm diante de si neste caminho em que se encontram fraternalmente unidos e que conduz à liberdade, ao progresso social e à independência.

Continuamos e continuaremos firmemente a lutar contra quaisquer formas de colonialismo e de neocolonialismo, a lutar para que seja reconhecido verdadeiramente o direito dos povos à autodeterminação e à independência, e continuamos completamente confiantes de que as dificuldades, por muito grandes que sejam, não conseguirão impedir a vitória final.

Camaradas: As tarefas imediatas que o nosso Partido indica não são apenas as tarefas dos comunistas. No nosso entender são as tarefas de todo o nosso povo.

O PCP está disposto a examinar com todas as forças democráticas os objectivos da luta na actual situação. Ao mesmo tempo submetemos a nossa orientação política e a Plataforma aprovada pelo Congresso Extraordinário à aprovação de todo o povo português e apelamos para que lute tenazmente pela realização dos objectivos definidos.

Não seremos nós, comunistas, sozinho, que poderemos levar a cabo as grandes transformações democráticas que se impõem.

Só o poderemos fazer unidos às outras forças democráticas, e no quadro da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas.

As forças políticas também, só por si, não podem transformar Portugal. Só a classe operária, só as massas populares o podem fazer.

Defendemos tenazmente a unidade da classe operária e designadamente, no momento actual, a unidade sindical.

Sabe-se que o Partido Liberal e o Partido do Progresso, os dois partidos metidos na conspiração da «maioria silenciosa» apregoavam a divisão dos trabalhadores, a pretexto da defesa (por eles, conspiradores fascistas) da liberdade e da pluralidade sindical.

O mesmo ponto de vista defendem hoje sectores do patronato e se o patronato defende tal pluralismo sindical é certamente porque ele não serve os interesses dos trabalhadores.

O PCP apoia a grande corrente do movimento operário que defende a unidade sindical e a existência de uma única central sindical.

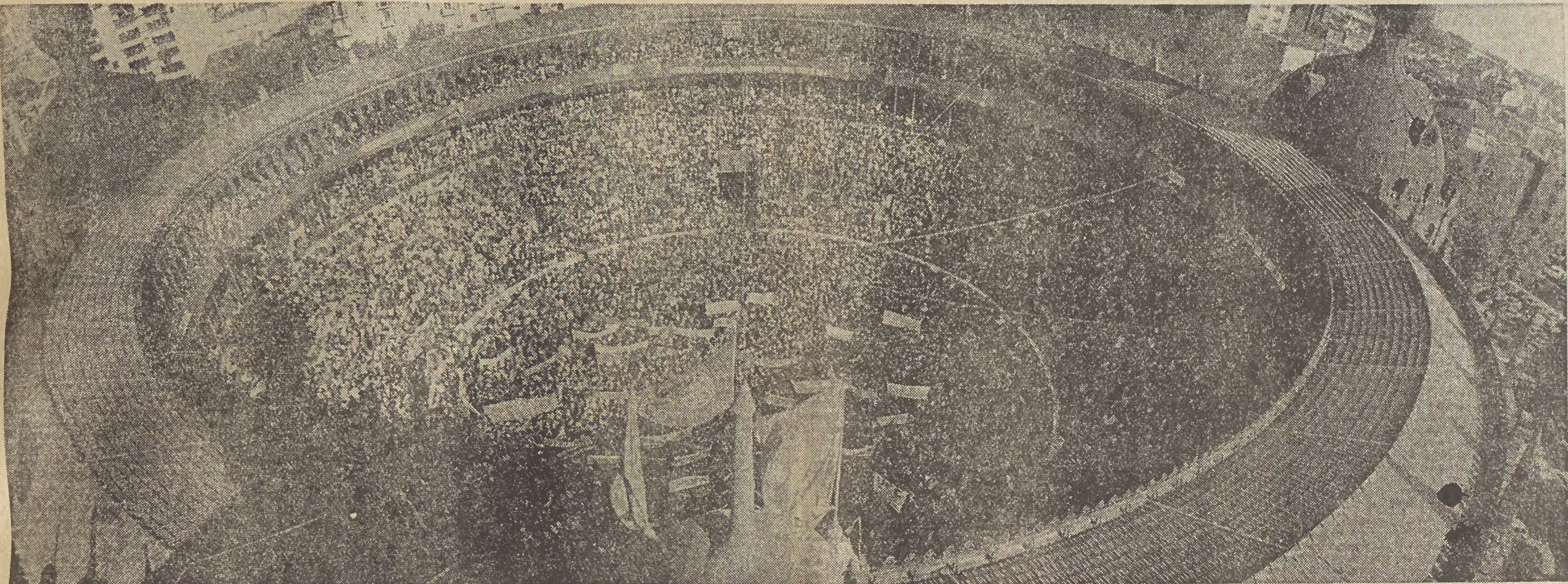
A vida em cada sindicato deve ser completamente livre e democrática, sem quaisquer ingerências estranhas, e somos por isso contrários à criação de sindicatos que sejam aparelhos de acção partidária.

É a unidade e não a divisão que pode defender os interesses dos trabalhadores e a democracia em Portugal.

Defendemos também tenazmente a aliança da classe operária com o camponês e chamamos a atenção para a necessidade imperiosa de desenvolver o trabalho nos campos e defender os interesses dos pequenos e médios agricultores, cujos problemas exigem pronta solução.

Defendemos a unidade dos partidos democráticos, a unidade de todas as classes e camadas antimonopolistas na luta pela instauração dum regime democrático.

Defendemos enfim a aliança do movimento popular com o MFA, porque só essa aliança pode garantir a defesa das liberdades e a construção dum Portugal democrático, pacífico e independente.



• NO PAVILHÃO DO ACADÉMICO DO PORTO

«Aplicar as decisões do Congresso». «Levar as massas ao programa do Partido». «Abalar a reacção». «A vitória é difícil mas é nossa» foram as mais fortes palavras de ordem que calorosamente se fizeram ouvir no dia 25 à noite, durante o primeiro comício do Partido Comunista, após a grandiosa jornada que foi a realização do 7.º Congresso Extraordinário do nosso Partido.

Os cinco mil lugares do pavilhão do Académico não foram suficientes para os milhares de pessoas que ali acorreram e entusiasticamente aplaudiram, do princípio ao fim, as intervenções dos camaradas Branca Carvalho, representante da Comissão Distrital do Porto, Mário de Almeida, da Comissão Concelhia do Porto, Alberto Velloso, da Comissão de Freguesia de Paranhos, Pina Moura, da Comissão Central da UEC, e ainda as palavras das camaradas do Comité Central Margarida Tengarrinha, Carlos Costa e Angelo Velloso.

Este comício do PCP, totalmente organizado pela Comissão de Freguesia de Paranhos, demonstrou pela força revolucionária que contém a confiança e apoio dos seus militantes e simpatizantes às decisões aprovadas no 7.º Congresso Extraordinário do Partido, mais precisamente, à sua plataforma de emergência.

Na mesa a que presidiu a camarada Branca Carvalho tomaram lugar Carlos Costa, Margarida Tengarrinha, Angelo Velloso, Pina Moura, Alberto Velloso, Mário de Almeida, Domingos de Sousa do Comité dos Metalúrgicos, e António Carvalho do Comité dos Ferrovários.

A exposição de alguns problemas a nível distrital, nomeadamente a necessidade de saneamento urgente nos serviços da maioria das Câmaras Municipais do distrito do Porto e de um funcionamento verdadeiramente democrático em todas as Juntas de Freguesia foi um dos pontos focados pela camarada Branca Carvalho atentamente ouvida por uma assistência interessada na resolução de problemas directamente ligados aos trabalhadores.

«Foi com espanto que o Partido Comunista acompanhou o processo referente à semana inglesa dos Caixaeiros do Porto».

O PCP não pode aceitar que o presidente da Câmara do Porto tenha tomado uma atitude antidemocrática. Como veio nos jornais os caixaeiros e os seus patrões tinham chegado a um acordo em relação ao fim-de-semana. A maioria da Comissão Administrativa estava de acordo e o presidente votou a solução que já se encontrava; isto não pode ser assim! — acentuou Branca Carvalho, imediatamente seguida de vibrantes aplausos.

Depois de referenciar o atraso que se está a verificar na constituição da Junta Distrital do Porto, a camarada lembrou a unidade de todos os trabalhadores nos seus sindicatos, «condição fundamental para a luta por um Portugal Democrático e Progressivo».

Os grandes problemas do Povo Português não serão resolvidos nas suas costas

O camarada Mário de Almeida vivamente denunciou: «A tendência para a nomeação de comissões administrativas, baseadas nos três partidos da coligação governamental com exclusão do Movimento Democrático Português».

O Partido Comunista denuncia desde já este processo que

não concorre para a consolidação do curso democrático em Portugal e continuará a lutar para que os grandes problemas do Povo Português não sejam resolvidos nas suas costas».

O representante da Comissão Central da UEP, Pina Moura, ao referir-se à importância do Congresso do nosso Partido nas grandes tarefas que neste momento cabem aos estudantes comunistas, frisou:

«Os estudantes comunistas empenharão o melhor das suas energias revolucionárias, certos como estão de que apenas com uma profunda unidade do Movimento Estudantil com todo o Movimento Popular e Democrático aquele ganha um cunho verdadeiramente revolucionário».

Os grupos pseudo-revolucionários e a reacção nas escolas

«A resistência às tarefas que se colocam para o reforço do Estado Democrático, o procurar e fomentar choques com o Governo Provisório e o MFA, a tentativa (ainda que a coberto de um falso revolucionarismo verbal) para colocar o Movimento Estudantil à margem do Movimento Popular e dos seus objectivos — constituem uma manobra contra-revolucionária — disse, a determinada altura, para entre os aplausos, alterar em relação aos grupos esquerdistas pseudo-revolucionários: — São eles que nas escolas defendem e procuram levar a cabo as concepções reacções que atrás focamos; porque são eles que, nas escolas, conduzem o essencial da campanha anticomunista, por vezes com argumentos que, apenas na forma, diferem dos que são usados pelos sectores mais reacçãoários da vida política portuguesa».

O Congresso deu bem a medida da organização e papel histórico do Partido

Salientando que o VII Congresso deu bem a medida de força, de organização e do papel histórico do Partido Comunista na vida nacional, a camarada Margarida Tengarrinha, do Comité Central, abordou as emendas introduzidas aos novos estatutos aprovados no Congresso:

«Em resumo, as alterações introduzidas nos nossos estatutos reforçam os aspectos da democracia interna, mantendo-se plenamente válidos os princípios do centralismo democrático que sempre garantiram ao Partido Comunista a coesão e a unidade interna que o tornaram o grande partido dos trabalhadores, um grande partido nacional, — afirmou a nossa camarada. — E como grande partido nacional, que nunca poupou esforços nem sacrifícios na luta contra a ditadura fascista e pela instauração da democracia, em defesa dos interesses das massas trabalhadoras — que coincidem com a defesa dos verdadeiros interesses nacionais —, que o Partido Comunista Português elaborou o seu Programa, o Programa para a Revolução Democrática e Nacional, aprovado em 1965».

O derrubamento do governo fascista pelo MFA em 25 de Abril, modificou radicalmente a situação política portuguesa. Esta modificação inseriu-se no processo histórico que o Partido Comunista definiu e continua a definir no seu Programa como a revolução democrática e nacional.

A confirmação da etapa histórica que vivemos e que

já era definida no anterior Programa comprova a justeza da análise feita pelo Partido, baseada no método científico do marxismo-leninismo.

E, a finalizar, Margarida Tengarrinha apelou para todos os trabalhadores nestes termos:

«O Programa do Partido aprovado neste Congresso mantém como bandeiras de combate os oito pontos do anterior Programa, reafirmando a íntima conexão entre todos eles, pois, enquanto não forem completamente realizados a revolução democrática e nacional não estará acabada e não estará assegurado o desenvolvimento democrático e independentemente da sociedade portuguesa».

O Partido alerta para a conjuntura da reacção

O balanço da vida nacional durante estes seis meses de construção da democracia foi abordado pelo camarada Angelo Velloso do Comité Central, que analisou as conquistas da liberdade e movimentação política, a formação e a actividade legal dos partidos políticos a liberdade de Imprensa, a actividade sindical, o processo de descolonização e os progressos na vida económica, social e cultural derivados da modificação das condições políticas.

No entanto, como preveniu a certa altura da sua intervenção:

«Este balanço muito positivo não pode fazer-nos esquecer que nestes 6 meses os reacçãoários de todos os quadrantes se uniram e conspiraram constantemente contra o novo regime».

«São muito conhecidas as tentativas de golpe de Estado de Palma Carlos e a da «maioria silenciosa». Mas outras houve. De Abril até Setembro, praticamente todos os meses sucederam-se as actividades e as conspirações contra o MFA e contra o Governo Provisório».

«As claras ou na sombra mas todas com o objectivo comum de dissolver o MFA, de pôr as Forças Armadas ao serviço da reacção e de impor assim uma ditadura de direita apoiada pelos grandes monopólios, pelos grandes latifundiários e pelo capital estrangeiro».

«O PCP alerta: ainda hoje a reacção continua a ser forte e a ser activa».

E a terminar Angelo Velloso alertou vivamente contra os perigos da reacção, que de nenhum modo, se marginalizará perante o processo democrático que a ameaça:

«Mas isso não bastará. Estes 6 meses provam que a principal ameaça à democratização da vida nacional vem dos grandes capitalistas e latifundiários. Foram os grandes capitalistas quem forneceram os milhares de contos gastos com a «manifestação silenciosa». E são eles quem tem procurado estrangular o desenvolvimento económico do País».

«As forças democráticas portuguesas têm força bastante para pôr fim ao poder dos monopólios e dos latifúndios, para derrotar a reacção, para construir um Portugal democrático e progressivo».

sivo nas conquistas alcançadas».

«Em terceiro lugar e principalmente, esta força vem da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas. A experiência dos primeiros seis meses de liberdade mostra que no processo revolucionário em curso esta aliança decide o rumo dos acontecimentos».

Carlos Costa, membro do Comité Central, saudou as células de empresa e todos os organismos do Partido pela realização daquele grande comício.

Aludiu, de entrada, ao congresso extraordinário do Partido no passado dia 20, para afirmar que «não foi certamente por acaso que fomos nós, comunistas, quem realizou o primeiro congresso partidário depois do 25 de Abril. Nada fizemos de proposição para sermos os primeiros a realizar um congresso. Isto sucedeu assim de um modo natural e como tradução de uma realidade: se ontem éramos a vanguarda do nosso povo na luta contra a tirania fascista e colonialista (o que ninguém seriamente contesta), não admira que hoje continuemos na vanguarda da luta popular pela democratização da vida nacional e pela construção de uma nova sociedade em que os Portugueses possam viver uma vida melhor, mais alegre e mais feliz».

«Não admira, pois, que sejamos os primeiros a analisar em congresso partidário a nova situação surgida depois do 25 de Abril e os primeiros a propor ao Povo um plano de acção que, partindo da nova situação, procura consolidar e desenvolver».

«Mas é certo que realizamos o nosso congresso apressadamente porque? Para sermos os primeiros? De modo algum. Se o nosso congresso se realizou apressadamente, também isso traduz uma realidade. A realidade de que a situação oferece sérios riscos nos planos político, económico e da descolonização, e a realidade que são necessárias medidas de emergência, que se não compe-

decem com delongas para enfrentar tais perigos. O congresso definiu, portanto, as medidas de emergência que o Partido considera imprescindíveis para garantir a democracia, promover o desenvolvimento económico, melhorando o nível de vida do Povo; e prosseguir uma descolonização autêntica».

«Essas medidas constam da Proclamação do Congresso Extraordinário do PCP e, mais precisamente, da Plataforma de Emergência contida nesta Proclamação e no Capítulo XI do novo Programa do Partido».

Reacçãoários à solta

Proseguindo na análise ao que fora o congresso, os sectores sobre que se debruçou, mais adiante, disse:

«Está, pois, criada uma situação que, em cada dia e em cada hora, nos mostra a justeza das medidas de emergência propostas pelo Partido».

«E sabido que elementos financeiros preconizados na «plataforma» saída do VII Congresso disse: «Há que reforçar as receitas públicas através da cobrança de impostos e segundo o princípio: «Paga mais quem mais tiver!»

Em nome da Comissão Concelhia do PCP de Sesimbra falou o camarada Américo Marques, abordou a situação dos pescadores e a forma como está a fazer-se o saneamento: «Que toda a nossa classe se encontre unida, fazendo prevalecer os nossos direitos para que não possa surgir mais, Tenreiro, nem que possam travar o Programa do MFA».

O camarada Dias Lourenço, do CC, fez um rápido balanço destes 6 meses de regime democrático, pondo em destaque a estrondosa derrota da reacção em 28 de Setembro, a qual veio dar razão ao PCP quando afirmava que as forças interessadas realmente na defesa do processo de democratização eram mais fortes e tinham a possibilidade de esmagar qualquer aventura da reacção. «A derrota da intenção de 28 de Setembro — disse ele — veio permitir o desalojamento dos elementos reacçãoários que no seio do actual sistema de governo entravavam a marcha para a democracia».

Abordou em seguida o significado político e as decisões do VII Congresso afirmando a certa altura que a «plataforma» saída do Congresso não contradiz, antes pelo contrário, o Programa do MFA. Este estabelece as direcções fundamentais que o PCP se comprometeu a apoiar, enquanto que a Plataforma propõe a todos os portugueses medidas que concretizam as tarefas principais das forças democráticas no momento presente».

No recinto, um grupo de pioneiros, com os seus lenços e bandeiras vermelhas, pôs uma nota de frescura infantil no ambiente alegre do comício, que terminou ao som da Internacional, entoada em coro pelos assistentes.

das famílias Espírito Santo e Champalimaud se refugiaram em Espanha por terem financiado a tentativa de golpe fascista de 28 de Setembro. Mas o seu poder económico, que lhes permitiu tal acção, continua intocável. As medidas de emergência que propomos puniriam seriamente casos destes».

«Ainda ontem tive conhecimento que um grande banco português transferiu para as suas empresas cerca de dois milhões de contos e agora diz que não tem liquidez e nega crédito às pequenas e médias empresas realizando, assim, uma autêntica fraude financeira e sabotagem à economia nacional. As medidas de emergência que propomos acabariam rapidamente com situações destas».

«Acabo de ser informado que alguns grandes armazéns estão a planejar uma artificial escassez de géneros para fins de Dezembro. Se as medidas de emergência que propomos forem aplicadas, eles terão, certamente, bom senso, no seu próprio interesse, de desistirem desde já de tais planos».

«Camaradas nossos apanharam anteontem e levaram à esquadra um indivíduo que andava a rasgar cartazes do Partido. Ali teve de identificar-se, mas não dá mais lhe

aconteceu. Sabem quem era? Um filho do grande industrial sr. Ach. Brito. Não sabemos se o fazia por ser reacçãoário de direita ou esquerdistas. Mas o certo é que os reacçãoários continuam impunemente a tentar impedir a propagação das forças democráticas. Mais. Também uma guarda da PSP foi visto há tempos a rasgar cartazes do Partido. Naturalmente que isto são coisas de pouca importância, para garantir a ordem democrática, a reorganização das forças militarizadas e policiais proposta na nossa plataforma de emergência».

Aludiu mais tarde ao saneamento que é urgente levar a cabo, desmascarando o alto funcionalismo, entre o qual «os diemissimos juizes que nos condenaram a dezenas de anos de prisão continuam a ser os diemissimos juizes. E é sabido o papel que tiveram no Chile os juizes do Supremo Tribunal».

Referiu as situações económicas ainda existentes, para afirmar que o País está interessado no desenvolvimento de relações económicas com a União Soviética. Abordou na sequência o problema da descolonização, para referir que «o general Spínola tomou medidas que visavam

impedir a acção do PAIGC em Cabo Verde e criar uma situação de neocolonialismo em Angola. Estas medidas ainda não estão radicalmente anuladas. Havia já negociações com Holden Roberto mas que saibamos, so há dias terão começado com o mais legítimo representante do povo angolano: o MPLA. As medidas de emergência que propomos reconduziriam imediatamente a descolonização à sua autenticidade».

«Referi apenas alguns factos concretos justificativos das medidas de emergência que o PCP propõe. Centenas de outros poderia citar».

Aliança popular com o MFA

O PCP propõe ao povo e às forças democráticas a realização de uma série de medidas de emergência que melhorariam radicalmente a situação política e económica e permitiriam cumprir com honra os nossos deveres para com os povos que estiveram e estão sob domínio português.

Estamos certos de que o Povo, com a classe operária à frente, compreenderá a justeza de tais medidas e lutará por elas. A vitória continua a ser difícil, mas é cada vez mais nossa».

EM COIMBRA

Promovido pela Direcção da Organização Regional das Beiras do nosso Partido realizou-se, na noite do passado sábado, no Pavilhão Gimno-desportivo dos Olivais, em Coimbra, um grandioso comício a que assistiram mais de 5000 pessoas. Na mesa encontravam-se os camaradas Carlos Costa e Octávio Pato, do Comité Central, e os camaradas Carlos Fraião, Joaquim Serrão, Manuel Paiva e Carlos Luís Figueira, da DORB.

O comício começou com os acordes do Hino Nacional e da Internacional. A seguir usaram da palavra João César, electricista, Pedro Delgado, do M.D.P. e João Elísio Costa, do M.J.T.

Saneamento na Universidade

«É imperativo dar um impulso decisivo no saneamento, concentrando esforços nos sectores-chave e nos quadros superiores do aparelho de Estado» — começou por afirmar o camarada Vital Moreira, assistente da Faculdade de Direito, durante a sua intervenção e prosseguiu:

«O saneamento das Universidades é uma tarefa urgente. Sem o saneamento é impossível por esse importantíssimo aparelho ideológico ao serviço do processo de democratização. Sem o saneamento está votada ao fracasso a gestão democrática das escolas. Sem o saneamento é impossível a reforma democrática do ensino. Sem o saneamento a reacção continuará a deter importantes posições, que na melhor altura utilizará contra a liberdade democrática».

Não são minorias activistas

que fazem a revolução

E afirmou ao terminar a sua intervenção:

«Contra o Partido Comunista Português só se pode estar nas hostes contra-revolucionárias, «or mais revolucionária que seja a linguagem utilizada. A margem do Partido Comunista Português o trabalho é, quando muito, frustemente improficu» — por mais honesta e esforçada que seja a luta empreendida. Com o Partido Comunista Português o intelectual progressista pode dar largas às suas potencialidades e pô-las ao serviço das massas populares».

A verdadeira diferença está em dizer-se marxista-leninista ou só-lo efectivamente. Em autopromover-se a gene-

ral ou estratega de um exército revolucionário de operários ou ser-se básico de uma potente organização efectiva revolucionária».

«Não são minorias activistas que fazem a revolução — a história é a classe operária e as massas populares quem a faz. As vanguardas só são revolucionárias se forem a vanguarda das massas revolucionárias».

«A revolução não se diz — faz-se. Não se decreta — prepara-se. Não é incondicional — só pode acontecer em situações revolucionárias. E as situações revolucionárias não dependem apenas da vontade dos revolucionários. Muito menos dependem apenas de intelectuais que se arrogam o exclusivo da revolução».

Melhoramento dos benefícios sociais

A seguir a Pena dos Reis, que representava a UEC usou da palavra Carlos Luís Figueira, da DORB e membro suplente do Comité Central do PCP.

Começando por recordar as profundas modificações ocorridas na situação política portuguesa, levada a cabo pela acção vitoriosa dos jovens oficiais do MFA em 25 de Abril e pela acção das massas populares, em aliança estreita com o MFA que alteraram em poucos meses radicalmente a fisionomia do País, o orador pôs em destaque as medidas previstas na Plataforma do Partido afirmando que para além das medidas económicas há que tomar outras que melhorem desde já a vida das classes laboriosas, já que não podem ser só os trabalhadores a suportar as dificuldades e a instabilidade da economia».

Romper as barreiras do obscurantismo

A finalizar o comício e depois de ter falado Francisco Cardoso, representante dos camponeses da região, Octávio Pato, do Comité Central do Partido, fez referência ao Congresso Extraordinário do PCP que foi uma magnífica comprovação da profunda unidade e coesão das fileiras do Partido, e acrescentou mais adiante:

«O obscurantismo, desde há muito reinante em algumas regiões do interior do País, obscurantismo que o fascismo tudo fez para manter, continua a ser hoje uma realidade que não desapare-

ceu com o 25 de Abril. Há forças reacçãoárias que estão a tentar utilizar o atraso e o conservadorismo de certas regiões para as transformar numa espécie de cidadelas da reacção. As barreiras criadas à patriótica acção de inúmeros grupos de jovens ou nas férias passadas se lançaram em acções de alfabetização, acções que encontraram a oposição de certos elementos reacçãoários do clero e o desagrado de muitas outras pessoas, nomeadamente do General Spínola, é um exemplo do conservadorismo e obscurantismo que algumas forças desejam manter em certas regiões do País».

Romper as barreiras do obscurantismo e do conservadorismo reacçãoário, levar o espírito progressista do 25 de Abril às regiões mais atrasadas e incultas, bater a reacção onde ela procura acotear-se, é uma urgente tarefa de todas as forças democráticas.

Respeitar a ordem democrática

Posteriormente afirmou: «O PCP não teme a livre expressão da vontade popular e ninguém tem lutado mais do que os comunistas para que no nosso país se realizem eleições livres dignas desse nome. Tal como se afirma na Proclamação aprovada no Congresso: a vontade popular e o respeito a quaisquer tentativas para impedir a ordem democrática que vier a ser estabelecida por um processo democrático genuíno e lutará para que todos a respeitem».

Esta nossa posição não é só de hoje. Ela já constava no nosso Programa aprovado em 1965».

E terminou recordando o final da Proclamação aprovada no VII Congresso, onde se afirma:

«Ao realizar o seu Congresso Extraordinário, o PCP proclamou bem alto que, hoje como sempre, os comunistas estão prontos a todas as provas e sacrifícios para servir o povo e o País, para serem dignos da confiança que a classe operária, o povo trabalhador, a juventude e outros sectores da população neles depositaram e depositam, acrescentando que os comunistas tudo farão para serem dignos deste solene compromisso».

No final foi cantada a Internacional.

- O Exército e a Polícia de Israel desencadearam uma vaga de repressão na Cisjordânia. Dezamados de comunistas foram detidos sem motivo e sem qualquer explicação oficial. Essas prisões, segundo o jornal «Haaretz», visam a proteger o regime do rei Hussein.
- Ignorando resoluções das Nações Unidas, o Governo de Israel continua a criar aldeias de colonos judeus nos territórios árabes ocupados. Na opinião da própria imprensa pró-governamental, essas iniciativas demonstram que Israel pretende conservar, a título perpétuo, os territórios árabes conquistados.
- O governo fascista do general Pinochet assinou um acordo pelo qual se compromete a pagar 68 milhões de dólares à Kennecott Cooper Corporation, como compensação pela mina «El Teniente», nacionalizada em 1971 pelo Governo da Unidade Popular. Cabe recordar que duas missões técnicas, uma francesa e outra soviética, demonstraram, na altura, depois de visitar as minas, que os prejuízos causados à economia chilena por uma sabotagem deliberada e pela sonegação de impostos, não só justificavam a expropriação sem indemnização, como também a devolução ao Estado pelas empresas mineiras americanas de várias centenas de milhões de dólares.
- Ekaterina Furtseva, ministro da Cultura da União Soviética, faleceu em Moscovo. A camarada Furtseva, ao longo de uma carreira excepcionalmente brilhante, desempenhou um papel de primeiro plano na direcção do Partido e do Estado Soviéticos.
- Três semanas após o descobrimento no México de ricos jazigos de petróleo, o Governo daquele país anunciou um aumento médio do preço da gasolina superior a 50 %.
- Uma missão soviética encontra-se na Argentina, para estudar o lugar mais adequado para a construção de uma gigantesca barragem de 3000 megawatts no rio Paraná. A URSS, além de fornecer as turbinas e a maior parte do equipamento necessário, contribuirá financeiramente para a execução do projecto e ajudará a Argentina a obter empréstimos bancários noutros países. A referida barragem é considerada um empreendimento fundamental para o desenvolvimento da agricultura e da indústria argentinas.
- Após os últimos debates na Assembleia Geral da ONU, durante os quais a expulsão da África do Sul foi uma vez mais pedida por vários países africanos, o representante do Governo de Pretória declarou que o seu Governo está disposto a conceder a independência à Namíbia, o antigo Sudoeste Africano, território ilegalmente ocupado e administrado por aquela República escravocrata. Até há poucas semanas a África do Sul negava-se a aceitar a independência da Namíbia antes de dez anos. O recuo sul-africano teria sido provocado pelo avanço do processo de descolonização em Angola, país vizinho.
- O projecto de nova Constituição cubana está debatido durante o I Congresso do Partido Comunista Cubano, previsto para o início de 1975. «A Constituição» declarou o camarada Fidel Castro — permitir-nos-á acabar com o carácter provisório do nosso Estado Revolucionário, dando-lhe uma estrutura legal definitiva.»
- O decréscimo de vendas da General Motors, a maior empresa privada do Mundo, acentuou-se nas últimas semanas. A companhia já reduziu o seu programa de produção de automóveis e prepara-se para despedir 6000 trabalhadores. Os outros dois gigantes da indústria automóvel, a Ford e a Chrysler, atravessam também uma crise de vendas e despediram milhares de operários.
- Segundo o «Washington Post», o general Vernon Walters, director da CIA, discutiu recentemente com personalidades civis e militares espanholas a situação existente em Portugal. O general Walters, que já esteve em Portugal após o 25 de Abril, vem demonstrando um interesse suspeito pelo nosso país. Em Julho, quando visitou o Brasil, os temas portugueses e africanos ocuparam também o seu tempo.
- O senador norte-americano Edward Kennedy visitará Portugal na primeira quinzena deste mês.
- No III Seminário Latino-Americano de Mulheres, a delegada do Panamá defendeu a nacionalização do Canal do Panamá e a expulsão das bases militares americanas instaladas no seu país. Foi lembrado que é na Zona do Canal que funciona o Comando Sul, em cuja Academia, tristemente famosa, frequentam cursos especiais os quadros militares latino-americanos directamente ligados à repressão de movimentos revolucionários na América Latina.
- Uma onda de greves está paralisando importantes sectores da vida francesa. Os correios não funcionam há quase duas semanas, o principal sindicato de jornalistas decretou uma greve, as emissões de televisão foram reduzidas ao mínimo e os mineiros decidiram parar o trabalho por tempo indeterminado. A ameaça de despedimentos em massa é o motivo da maioria dessas greves.
- A imprensa peruana comentou com preocupação a notícia de que os Estados Unidos criaram uma força de «super-rangers», especialmente preparada para intervir em qualquer país onde estejam em perigo os interesses norte-americanos. O temor explica-se. O Peru é, no momento, o alvo número um do imperialismo americano, descontente com o rumo do processo revolucionário em curso naquele país andino.
- O ex-presidente Richard Nixon, submetido há dias a uma operação para eliminar coágulos de sangue nas veias da perna esquerda, encontra-se em estado crítico.
- O camarada Georges Marchais, secretário-geral do Partido Comunista Francês, recusou o convite do presidente Giscard d'Estaing, para ir ao Palácio do Eliseu. «Como querem — declarou num programa de televisão — que um Partido como o nosso vá discutir com um presidente da República, que utiliza a polícia contra os trabalhadores?»
- O Parlamento francês aprovou, em primeira leitura, um projecto de lei relativo à organização de um referendo nas ilhas Comores, uma das últimas colónias francesas em África. Os habitantes daquele arquipélago — oficialmente um «território francês» — do oceano Índico, terão de se pronunciar dentro de seis meses sobre o futuro do seu país.
- A Venezuela nacionalizará, brevemente, as companhias de electricidade que operam no país com capitais estrangeiros. Segundo o Governo, a medida visa a dar cumprimento à Decisão 24 do Pacto Andino, que proíbe investimentos estrangeiros em sectores económicos e serviços públicos considerados vitais.
- Segundo o ministro da Educação do Zaire, o número de refugiados angolanos naquela República africana ascende a 800 000, tendo todos entrado no país depois de 1961.
- Nos últimos sete anos, os preços mantiveram-se estáveis na União Soviética. A maioria dos artigos de primeira necessidade é hoje muito mais barata do que em 1950. Em certos casos, as reduções atingem 25 %. Apenas o caviar e as bebidas alcoólicas, produtos de exportação, registaram aumentos sensíveis.
- O secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, camarada Leonid Brezhnev, visitará a Síria em Janeiro. No mesmo mês manterá, no Cairo, conversações de alto nível com o presidente egípcio, Anwar Sadat.
- Num livro de memórias agora publicado em Paris, o ex-ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Michel Jobert, define o secretário de Estado americano, Henry Kissinger, como um encanador «calculista e sonhador». Na opinião de Jobert, os planos de Kissinger sobre uma «Nova Carta do Atlântico», que englobaria o Japão, reflectem o desejo de fortalecer a hegemonia americana no Ocidente.
- A Bolívia reduziu de 16 para 14,5 dólares o preço de venda do barril de petróleo. O ministro de Energia e Hidrocarbonetos do general Hugo Banzer declarou à imprensa que a medida foi tomada para atender a exigências feitas pelos Estados Unidos, pelo Brasil e pelo Chile, principais importadores do petróleo boliviano.
- O Governo do general Pinochet decidiu «restituir ao sector privado» todos os bancos nacionalizados durante o Governo da Unidade Popular. Simultaneamente, o escudo chileno sofreu nova desvalorização e o ministro da Economia informou que será anulada a lei de 1971, que proibiu os estrangeiros de serem acionistas dos bancos.
- Falando em Kansas City, o presidente Gerald Ford exortou o povo norte-americano a colaborar na luta contra a inflação e a reduzir gastos excessivos e supérfluos. O discurso foi pronunciado durante um pequeno almoço de 400 talhares, em que cada um dos participantes pagou 100 dólares. Na véspera, 50 pessoas tinham pago 1000 dólares por cabeça (26 contos) pelo mesmo privilégio.
- O ex-proprietário do jornal «El Comercio», de Lima, tentou uma acção judicial contra o Governo peruano por ter socializado aquele diário, entregando-o às comunidades camponesas. «El Comercio» pertencia, há um século, à família Miro Quesada, que sempre se destacou pelo seu antipetrunismo. Após a guerra do Pacífico, em 1881, os Miro Quesada ofereceram uma brilhante recepção aos oficiais chilenos que comandavam o exército de ocupação.
- Na República Federal da Alemanha, o número de desempregados atingirá, este Inverno, a casa do milhão; isto é, mais de 4% da força de trabalho do país, segundo previsões de cinco institutos de pesquisas. O Índice de Desemprego dobrará, portanto, em relação ao ano passado. Na França, pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o número de desempregados excedeu 500 000.

informação

O primeiro encontro de Brejnev e Ford e as contradições da política dos EUA

Nos dias 23 e 24 do corrente, realizou-se, em Vladivostok, o grande porto soviético no Pacífico, uma conferência cimeira entre o secretário-geral do PCUS, camarada Leonid Brejnev, e o presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford.

A decisão foi tomada pública em Moscovo durante a visita do secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger. O comunicado conjunto divulgado após três dias de conversações assinala que «foi dada grande atenção ao problema da limitação das armas estratégicas». As duas partes manifestaram-se a favor da elaboração de novo acordo que deverá substituir o provisório, assinado na capital soviética em Maio de 1972. No tocante à crise do Médio Oriente, ambos os países decidiram intensificar os seus esforços para encontrar uma solução dos problemas pendentes que sirva de base a um acordo justo e duradouro.

O comunicado salienta igualmente a importância do problema da redução das forças armadas na Europa, acentuando que «ambas as partes pensam ser possível avançar nesse domínio».

A utilidade de encontros como o que acaba de se realizar na capital soviética é hoje mundialmente reconhecida. A experiência tem demonstrado que somente através de um diálogo amplo e profundo entre os representantes da maior potência imperialista e os do Partido e do Estado soviéticos, como porta-vozes do campo socialista, será possível reduzir graves tensões existentes em várias áreas do mundo, encontrar solução para crises como a do Médio Oriente e sobretudo pôr termo à corrida aos armamentos.

Os factos provam, porém, que o comportamento dos interlocutores em presença é muito diferente. O sincero desejo de paz da URSS não encontra uma equivalência real nos Estados Unidos, ao nível dos dirigentes do Estado norte-americano. Enquanto Kissinger, em Moscovo, falava da segurança europeia e da redução de armamentos, o secretário da Defesa do seu governo, James Schlesinger, recorria a uma linguagem belicista em Washington. Na sua opinião, os EUA correm o risco de se transformarem numa potência militar de segunda classe, «se não forem aumentadas as verbas destinadas às despesas de defesa». É sintomático que o próprio Schlesinger tenha presidido à cerimónia de apresentação de um novo modelo de bombardeiro, o B-1, que se destina a substituir os B-52 que semearam durante anos a morte e a destruição no Sudoeste Asiático. Cada B-1 custa a bagatela de 76,5 milhões de dólares e a Força Aérea dos EUA está exigindo 244 desses gigantescos aparelhos, cujo custo será de 18 660 milhões de dólares. Simultaneamente foi também apresentado nos EUA um outro bombardeiro, o Galaxy, concebido para lançar um míssil de 40 toneladas.

Como se verifica, a linguagem pacifista de Kissinger é desmentida pelas iniciativas do Pentágono — aprovadas pelo secretário da Defesa — inseparáveis de uma política de psicose da guerra.

Vitória da unidade árabe

A Conferência dos chefes de Estado árabes, reunida em Rabat, aprovou por unanimidade uma proposta que foi recebida com a maior satisfação pelo povo palestino. Após uma difícil negociação, o rei Hussein, da Jordânia, recuou, desistindo do seu projecto de organizar um referendo na Cisjordânia para determinação do futuro daquele território. Acabou reconhecendo a Organização da Libertação da Palestina como legítima representante do povo palestino.

A vitória alcançada em Rabat foi uma vitória da unidade árabe. Hussein, que, pela sua posição ambígua, era o maior obstáculo a uma decisão unitária que correspondesse aos interesses da nação palestina, foi forçado a ceder. Isso não significa que uma solução geral para o problema palestino seja possível a curto prazo. A Cisjordânia continua ocupada por Israel. Ora, infelizmente, o Governo israelita e o sionismo internacional persistem numa posição de desafio à



comunidade internacional, negando-se a restituir territórios conquistados pela força das armas. Israel aceitaria entregar a Cisjordânia a Hussein, mantendo ali as suas tropas, mas não se conforma com a existência de um Estado palestino independente e governado por aqueles que o mundo árabe reconhece como legítimos representantes das aspirações da nação palestina.

As promessas do novo Governo da Inglaterra

O tradicional discurso da Coroa, proferido pela rainha Isabel, em Londres, perante os membros da Câmara dos Lordes e da Câmara dos Comuns, assinalou a inauguração do novo Parlamento, dominado pelos trabalhistas. A rainha revelou que o Governo vai ampliar a faixa das indústrias nacionalizadas, aludindo concretamente aos sectores da aeronáutica e da construção naval. A Escócia e o País de Gales passarão a gozar de maior autonomia no tocante a questões locais, mediante a criação de assembleias. Quanto ao Mercado Comum, caberá ao povo decidir, dentro de 12 meses, se a Grã-Bretanha deverá ou não permanecer como membro dessa associação.

Os discursos da Coroa são sempre ambiciosos. A experiência ensina, porém, que muitos dos compromissos assumidos não são depois cumpridos. Em anteriores oportunidades, primeiros-ministros trabalhistas, como Attlee e o próprio Harold Wilson, comprometeram-se solenemente a nacionalizar grandes indústrias e as promessas não tardaram a ser esquecidas. Os aspectos contraditórios da política britânica ressaltam, aliás, claramente do próprio discurso. Fala-se em acelerar a «socialização» de sectores importantes da economia, mas, por outro lado, o Governo projecta criar um organismo para financiar a indústria privada. A política salarial será uma vez mais o barómetro. As promessas feitas aos sindicatos não foram cumpridas por Wilson nos seus governos anteriores.

Revolta popular no Rio e em Brasília

No Rio de Janeiro 3 mil passageiros destruíram 12 carruagens e incendiaram 3, quando o comboio em que viajavam sofreu uma avaria por incúria da companhia. O episódio ocorreu durante uma semana particularmente agitada em consequência de um brutal aumento dos preços dos transportes colectivos. Em certas linhas o custo dos bilhetes dos autocarros aumentou 150 %.

No Rio, o povo em fúria destruiu doze autocarros e em Brasília verificaram-se igualmente cenas de violência, tendo as ruas ficado juncadas de destroços de veículos. A Polícia carregou sobre a multidão que se manifestava contra os aumentos e centenas de pessoas resultaram feridas.

Não é a primeira vez que se verificam incidentes semelhantes. O salário mínimo brasileiro — aproximadamente 1200 escudos em moeda portuguesa — é um dos mais baixos da América e cerca de metade da população activa recebe pelo seu trabalho quantias inferiores ao mínimo fixado pela lei. Os trabalhadores terão, agora, de gastar em transportes colectivos quase um terço do que ganham. Isso num país no qual os ordenados dos administradores e altos funcionários das grandes e médias empresas são tão elevados como nos Estados Unidos.

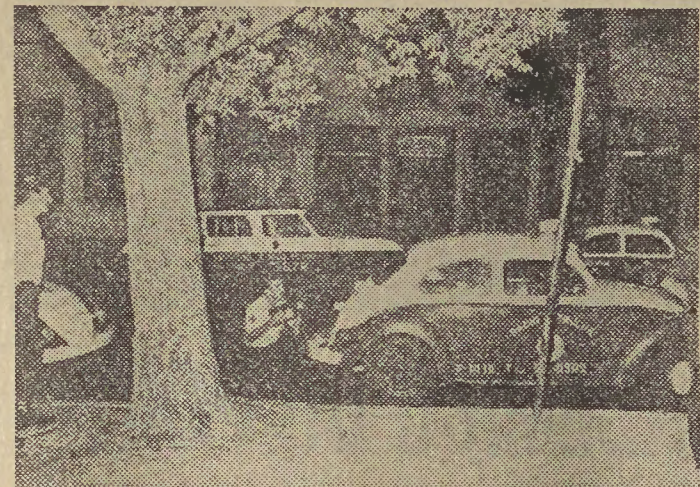
Uma imagem da justiça brasileira

Por força de um acórdão do Supremo Tribunal Federal do Brasil, o deputado federal Francisco Pinto foi condenado a seis meses de prisão e à perda dos direitos políticos por igual período. Surpreendentemente, o Tribunal negou-se a condenar o réu pela Lei de Segurança Nacional, como

o Governo pretendia, mas, embora optando pela lei ordinária, manteve a pena.

O epílogo do processo constituiu um escândalo nacional. Francisco Pinto teve de responder pelo crime de calúnia e injúria por haver protestado da tribuna da Câmara Federal contra a presença no Brasil, rodeado de todas as honras, do general Augusto Pinochet, carrasco do povo chileno. As suas declarações tiveram tal repercussão que o Governo do general Ernesto Geisel achou conveniente ver-se livre de um deputado tão incómodo. A pena que lhe foi aplicada impediu-o de completar o seu mandato e de se candidatar à reeleição no próximo dia 15.

Francisco Pinto foi um dos raros deputados brasileiros que se comportou sempre, no exercício do mandato, como um patriota exem-



plar, defendendo as causas populares e denunciando a ingerência do imperialismo norte-americano na política e na economia do seu país. O significado da sentença foi sintetizado em poucas palavras por Thales Ramalho, secretário-geral do Movimento Democrático Brasileiro: «Punido por ter repetido da tribuna da Câmara factos rigorosamente verdadeiros, tornou-se, depois da decisão da mais alta corte de justiça do país, a imagem da precariedade do nosso direito e da nossa justiça.»

A mafia da AII denunciada em Caracas

Quase simultaneamente realizaram-se em Caracas, na Venezuela, dois encontros internacionais que chamaram a atenção de toda a imprensa americana: um de proprietários de jornais, outro de jornalistas democráticos.

O primeiro deles foi promovido pela chamada Associação Interamericana de Imprensa — AII, entidade que agrupa cerca de um milhão de empresas jornalísticas, espalhadas por cerca de 20 repúblicas do Continente. Durante a sua assembleia geral, a AII, que pretende ser o porta-voz da liberdade de Imprensa nas Américas, condenou com veemência os jornais e jornalistas dos dois únicos países do Continente onde existe uma real liberdade de Imprensa: Cuba e Peru. Em contrapartida declarou que existe plena liberdade de expressão em ditaduras como a Bolívia, Honduras e a República Dominicana.

Paralelamente, 200 jornalistas democráticos de 16 países, reunidos sob a presidência do próprio presidente da Venezuela, denunciaram a AII como instrumento do imperialismo e da CIA.

O desmascaramento da AII em Caracas é uma vitória importante dos jornalistas americanos. Essa poderosa associação de proprietários de jornais orquestrou uma campanha mundial de calúnias contra o Governo de Salvador Allende, durante os 1000 dias da Unidade Popular e está presentemente empenhada numa ofensiva total contra a Revolução Peruana, apontando o presidente

DA VIOLÊNCIA À VASSALAGEM NO CHILE DE PINOCHET

O assassínio pelas forças repressivas chilenas de Miguel Henriquez, o mais conhecido dirigente do Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR), e o asilo em massa de quadros daquela organização política na Embaixada da Itália em Santiago, vieram demonstrar que o Governo do general Augusto Pinochet, desmentindo afirmações categóricas feitas na Assembleia Geral das Nações Unidas, continua empenhado numa escalada de terror e violência.

Esses factos confirmam também, entretanto, a ciência estratégica e tática de uma linha, pretensamente revolucionária, adoptada por alguns movimentos políticos em vários países da América Latina.

O MIR chileno foi, efectivamente, nos últimos anos, um símbolo e um guia para muitos grupos esquerdistas que criticam a formação de amplas frentes unitárias na luta contra o imperialismo e as oligarquias locais. Os miristas denunciaram, primeiro como romântica a estratégia frentista que levou à vitória eleitoral da Unidade Popular. Consideravam impossível a eleição de Salvador Allende. Depois, em face da realidade, fizeram uma tímida autocritica, mas absteram-se sempre de colaborar organicamente com a coligação de partidos e forças populares que governou o Chile de Novembro de 1970 a Setembro de 73. Posteriormente, embe, reconhecendo a necessidade de se formar uma sólida frente unitária para combater a ditadura fascista, agiram na prática, de modo a conservar as mãos livres para acções individualistas, decorrentes de graves erros de análise da conjuntura, erros inseparáveis de uma real insuficiência ideológica.

O assassínio de Miguel Henriquez — o asilo de 40 miristas na Embaixada da Itália, entre os quais — segundo informam as agências — Eduardo Sotelo Mayor, destacado dirigente do movimento, deixam transparecer o óbvio. A reacção alancou no Chile uma vitória que está tratando de explorar com o habitual exagero.

Discordando das soluções preconizadas pelo MIR, lamentamos a persistência no erro do individualismo de jovens que, em muitos casos, pela sinceridade do engajamento e pela coragem de que deram mostras em múltiplas oportunidades, tinham condições para prestar serviços à causa da libertação do povo chileno. Os duros golpes que o MIR acaba de sofrer, semelhantes àqueles que em 1972 desarticularam os tupamaros, no Uruguai, comprovam, mais uma vez que a fraseologia pseudo-revolucionária e o heroísmo individual — desvinculados de acções

Velasco Alvarado como «o inimigo número 1 da Imprensa», tudo que antes havia conferido ao camarada Fidel Castro.

A pressão da opinião pública em toda a América foi tão forte que German Ornes, um dos directores principais da AII, foi forçado a confessar que a CIA financiou realmente vários diários chilenos para que ajudassem a derrubar o Governo popular de Salvador Allende.

Santiago Carrillo fala aos espanhóis

«Não vejo um levantamento militar em Espanha. Mas, indiscutivelmente, o Exército é uma realidade da vida política e social espanhola. Acredito que vai permitir e apoiar a mudança política.»

Essa foi uma das afirmações feitas pelo camarada Santiago Carrillo, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha, durante um programa de rádio transmitido, segundo as agências noticiosas, de uma estação periférica. O camarada Carrillo não vê inconvenientes na cooperação com as Forças Armadas. «Penso ao contrário — sublinhou — que o Exército tem um papel a desempenhar, mas que não será o mesmo que o Exército Português desempenhou nos recentes acontecimentos que abalaram Portugal.»

O secretário-geral do PCE declarou que Franco já não é o centro do poder político em Espanha e que brevemente ocorrerão no país vizinho situações que levarão à instauração de um governo provisório democrático. Para o camarada Carrillo a criação da Junta Democrática — que engloba as forças operárias e populares de todas as regiões de Espanha e até a direita, incluindo os monárquicos — contribuiu para apressar a conquista desse objectivo.

Empresas estrangeiras nacionalizadas na Argentina

A presidente María Estela de Perón (Isabelita) informou em Buenos Aires que o seu Governo decidiu nacionalizar três grandes empresas estrangeiras que operam na Argentina: a ITT, norte-americana; a Siemens AG, germano-occidental; e a Companhia de Electricidade Italo Argentina, controlada por firmas suíças.

A medida visa assegurar ao actual Governo o apoio popular e a facilitar a unificação do movimento peronista, num momento em que a escalada de violência da direita — comandada pela AAA, Associação Anticomunista Argentina — se traduz diariamente em assassinios, seqüestros, espancamentos e atentados à bomba. Derrubar o ministro da Economia, José Gelbard, é o primeiro objectivo das forças reaccionárias, que não aceitam a política de amizade com a União Soviética, Cuba e os países socialistas em geral e um programa de Governo que fere os interesses das grandes monopolios. O principal inspirador das provocações da direita é, entretanto, um membro do próprio ministério, o titular da pasta do Bem-Estar Social, José Rega, um astrólogo conhecido popularmente como «El Brujo».

Cooperação económica entre a URSS e a RFA

Durante a visita do chanceler Helmut Schmidt, da República Federal da Alemanha, a Moscovo foram discutidos importantes temas relacionados com a cooperação económica, a longo prazo, entre os dois países. Schmidt foi recebido pelo camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do PCUS, e manteve com ele conversações que, segundo as agências noticiosas ocidentais, decorreram em atmosfera «calorosa e amigável».

Visitas como a do chanceler da RFA à União Soviética demonstram a correcção da política da coexistência pacífica entre países com regimes políticos diferentes e até ideologicamente antagónicos. Embora subsistam muitas divergências entre a União Soviética e a RFA, especialmente no tocante a uma solução definitiva para o problema de Berlim-Oeste, tais divergências não impedem uma cooperação económica benéfica para ambos os povos. A RFA acaba de assinar o terceiro acordo para a compra de gás natural soviético (2,5 bilhões de metros cúbicos por ano) e a URSS fechou contrato com um grupo alemão para o fornecimento de 950 000 toneladas de tubos capazes de suportar temperaturas muito baixas.

de conjunto desencadeadas em funções de objectivos políticos correctos — não contribuem para o derubamento das ditaduras fascistas ou para o avanço de qualquer processo revolucionário. Infelizmente para o Chile, desafios do tipo daqueles a que o MIR se entregava acabam favorecendo o inimigo.

Esses tristes episódios não significam, porém, que o fascismo chileno não esteja no momento so-

envolvem a concessão de escandalosas facilidades aos capitais estrangeiros, particularmente às grandes empresas monopolistas «yankees». Essa atitude unilateral viola frontalmente o espírito e a letra da Decisão 24 do Acordo de Cartagena, que criou um tratamento uniforme para o capital estrangeiro em todos os países membros do Grupo Andino (Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia e Chile). O Governo

fixa prazos e percentagens para a progressiva nacionalização de outros. Obedecendo a ordens emanadas de Washington, os general chilenos criaram uma situação de precedente. O Chile já foi intimado a revogar o DL 2100, definido em reunião da Junta do Acordo de Cartagena, pelo delegado de Venezuela como um pecado mortal. O novo acto de traição nacional de Pinochet e com-

«NO NOS OLVIDEIS»



frendo rudes golpes em muitas frentes. No interior, a resistência do povo aos planos de Pinochet e CIA, — resistência na qual o Partido Comunista desempenha um papel decisivo — torna-se cada dia mais forte, impedindo o Governo de cumprir as suas metas programáticas. No terreno da política externa, o plano de colocar as riquezas na nação, particularmente a indústria, sob completo «controlo» do imperialismo, está enfrentando obstáculos

os «gênios» da teoria económica da vassalagem, como Fernando Leniz e Raul Sáez não haviam previsto. O Chile corre o sério risco de ser expulso do Pacto Andino, de que é membro fundador. Os telegramas das agências noticiosas são leconômicos a respeito do assunto, esclarecendo apenas que a notícia teria sido fornecida por fontes oficiais ligadas ao Ministério das Relações Exteriores da Colômbia. Mas o tema não é novo; o conflito tem antecedentes pouco conhecidos em Portugal.

O Governo chileno promulgou um decreto — o famoso DL 600 — segundo o qual todos os investimentos estrangeiros no país devem obedecer à legislação nacional. Esse diploma seria supérfluo e até ridículo se o seu art. 3.º não estabelecesse normas que, na prática,

norte-americano e o famigerado Council of the Americas, porta-voz dos grandes monopolios, investiram desde o início contra a Decisão 24, na medida em que ela representa uma ameaça directa ao «controlo» das economias andinas pelo imperialismo, pois a cada importantes sectores do investimento estrangeiro e

parças, poderá abalar ainda mais a já desconjugada economia de um país que ostenta o recorde mundial de inflação. Se o Chile vier a ser expulso do Pacto Andino perderá todas as vantagens decorrentes da sua condição de membro de um mercado sub-regional de 71 milhões de habitantes.

«RUMO À VITÓRIA» PREÇO: 65\$00

ALVARO CUNHAL

Desejo que me enviem exemplares do livro «Rumo à Vitória» — as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional —

NOME

..... PROFISSÃO

MORADA

Recorte e envie para JORNAL «A OPINIÃO» — R de Serpa Pinto, 162 — PORTO

Para evitar despesas de cobrança, agradecemos que o pedido seja acompanhado da importância respectiva.

Sob a bandeira do grande Outubro

PARTICIPAÇÃO CRIADORA DAS MASSAS NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS ECONÓMICOS DA URSS

Para que os planos soviéticos possam ser cumpridos com êxito é necessário que, na direcção da economia, a um amplo democrático, que abre caminho à iniciativa das massas, se alicie harmoniosamente o centralismo, que permite determinar cientificamente as perspectivas do desenvolvimento económico e satisfazer de modo cada vez mais completo as necessidades da população.

De que modo participa o cidadão soviético na elaboração de programas económicos do Estado?

Antes de mais nada, participa activamente na organização do plano na empresa em que trabalha. Operários, brigadas e secções elaboram, e propõem-se cumprir, planos individuais que, englobados num esquema geral, formam os chamados «contraplanos» de empresas e fábricas. Tais planos, em geral, propõem tarefas que ultrapassam as fixadas pelos ministérios. Por exemplo: os trabalhadores da grande empresa de fibras químicas de Klin (cidade dos arredores de Moscovo), na

base de medidas que modernizam a tecnologia e a organização da produção, aprovaram um «contraplan» segundo o qual o actual plano quinquenal será cumprido um ano antes do prazo.

Além de incentivos de ordem moral os operários e empregados soviéticos estão interessados em ultrapassar os planos por diversas razões de ordem material. Por exemplo, aumentam as suas receitas, quer sob a forma de salário quer sob a forma de prémios, cujo fundo, em cada empresa, cresce à medida que aumenta o lucro destas. Na Fábrica de Turbomotores de Sverdlovsk, na região dos Urais, por exemplo, pela alta qualidade dos artigos fabricados os operários recebem um prémio que corresponde a 10 ou 15% do seu salário. O aumento da produção, do seu rendimento e da produtividade do trabalho são, também, incentivados materialmente.

Todo o cidadão da URSS tem o direito e a possibilidade de participar activamente na discussão dos mais im-

portantes problemas do progresso da economia do país. Representantes de todas as profissões procuram contribuir, na medida das suas forças, para uma discussão cons-

por Leonid Pekarski, cientista do Instituto do GÓSPAN da URSS

trutiva das vias gerais do progresso socioeconómico traçadas para cada quinquénio.

Isto é natural, pois cada plano quinquenal está estreitamente ligado à vida de cada cidadão soviético. Portanto, quanto maior for a precisão com que ele determine os rumos e as proporções do progresso da economia tanto maiores serão os meios encaminhados para a satisfação das necessidades sociais e a elevação do nível de vida do povo. Assim, nos três anos já decorridos do actual plano quinquenal, a receita real «per capita» aumentou na

maia do país também através dos seus representantes eleitos para todos os órgãos do Poder estatal, a começar pelos Sovietes de Deputados dos Trabalhadores de bairro e a terminar pelo Soviete Supremo da URSS. Os representantes eleitos pelo povo em comissões especiais, examinam sob todos os aspectos, analisam, completam e põem à votação os planos estatais.

Vejamos, agora, como é elaborado um plano quinquenal na URSS.

Na primeira fase, o Comité Estatal de Planificação da URSS (GOSPLAN) que é, digamos, o estado-maior da planificação, bem como nos ministérios e departamentos e nas Repúblicas federadas é feito um grande trabalho analítico. Nessa altura, é examinado o cumprimento dos planos em vigor, o nível a que já chegou o avanço da economia, as possibilidades e as perspectivas de aproveitamento das últimas descobertas da ciência e tecnologia. Através desta análise são revelados os casos em que na organização da produção e do trabalho foram obtidos os melhores resultados.

Paralelamente, os órgãos centrais de planificação, a Academia de Ciências da URSS e outras instituições científicas procedem a pesquisas económicas e elaboram recomendações respeitantes aos problemas mais importantes ligados ao processo da economia do país.

Os peritos do Gosplan da URSS seleccionam as melhores variantes de um cumprimento consequente das tarefas socioeconómicas a serem executadas no novo quinquénio. As respectivas recomen-

dações são submetidas à apreciação do Comité Central do PCUS e do Conselho de Ministros da URSS.

Começa, então, a ser elaborado o projecto das directrizes para o plano quinquenal de desenvolvimento da economia, cabeçada pelo CC do PCUS, tomam parte todos os organismos de planificação e económicos, centrais e de cada República federada. O Gosplan da URSS adianta algumas recomendações preliminares sobre o avanço da economia durante os próximos 5 anos, destinadas a orientar o trabalho. Nesta fase da planificação, têm uma ampla participação os colectivos de trabalhadores e organizações do Partido, dos sindicatos e do Komsomol. As tarefas gerais preliminares («índices de controlo») são discutidas segundo a aplicação que podem ter nas condições concretas de cada empresa, colhos e sovkhos, e são completadas por propostas concretas.

Estas propostas generalizadas são enviadas ao Gosplan da URSS e ao Comité para a Ciência e Técnica do Conselho de Ministros da URSS, os quais, com o auxílio de peritos de ministérios e de instituições científicas, elaboram materiais gerais destinados ao projecto das directrizes do plano quinquenal. Estes materiais são analisados, corrigidos e completados no CC do PCUS, no Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos e do Conselho de Ministros da URSS. Depois de aprovado, o projecto é publicado a fim de poder ser discutido por todo o povo e, a seguir, posto em discussão no Congresso do PCUE.

Depois, na base das directrizes aprovadas neste congresso, elaborase o plano de desenvolvimento da economia dividindo segundo os anos do quinquénio, plano esse que é votado no Soviete Supremo da URSS, transformando-se, assim, em lei da vida económica do país durante um período de 5 anos.

Como se vê, todo o processo de planificação na URSS e todas as suas fases são estruturadas de modo a aliar o centralismo ao democrático, a análise científica à iniciativa, a unidade das tarefas fundamentais à possibilidade de uma escolha criadora das vias para a sua solução.



L. Yakovleva, jovem operária da fábrica Vibrator, de Leningrado, e deputada ao Soviete do distrito de Petrográdski, é bem um exemplo da ampla participação das massas trabalhadoras soviéticas nos destinos do seu país

A CÂMARA DO POVO DA RDA ÓRGÃO DE PODER DOS TRABALHADORES

O órgão supremo do poder estatal na RDA é a Câmara do Povo. Decide as questões fundamentais da política estatal, determina os objectivos do desenvolvimento da RDA e aprova, mediante as suas resoluções e leis, as medidas destinadas a converter em realidade esses objectivos. Todos os aspectos da vida social, da economia nacional, da ciência, da instrução, da cultura, das condições de vida, da ordem, da segurança, da salvaguarda do Estado e das relações internacionais da RDA dizem respeito à legislação e controlo da Câmara do Povo. Ninguém na RDA pode exercer o poder estatal sem a sua aprovação ou restringir os seus direitos.

Os órgãos estatais centrais, como o Conselho de Estado, o Conselho de Ministros, os juizes do Supremo Tribunal assim como o presidente do Conselho da Defesa Nacional, são eleitos pela Câmara do Povo. São directamente responsáveis perante a Câmara do Povo e podem ser revogados por ela em qualquer momento. A Câmara do Povo fixa também os princípios de trabalho destes órgãos.

A grande parte do trabalho é realizado pelas comissões da Câmara do Povo nas quais os deputados preparam as leis e resoluções com o auxílio de peritos e conselheiros, delegados de organizações locais assim como de numerosos trabalhadores de empresas, cooperativas de produção agrícola e outras instituições. Depois de amplas discussões colectivas são enviadas aos órgãos estatais de direcção propostas de leis ou alterações de leis. Na Câmara do Povo funcionam 15 comissões: comissão de Assuntos Exteriores, de Indústria, Construção, Transportes, Orçamento e Finanças, Trabalho e Política Social, Instrução Pública, Cultura, Juventude, etc.

A Câmara do Povo concentra todas as forças políticas do povo para o exercício em comum do poder estatal, 500 deputados, eleitos directamente pelo povo em eleições livres gerais, iguais e secretas, constituem esse órgão de poder dos trabalhadores. Todas as classes e camadas estão representadas na Câmara do Povo, de acordo com a sua posição na sociedade socialista, através dos seus deputados. Estão representados no parlamento, portanto, os seguintes partidos e organizações sociais:

Partido	Deputados
Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA)	127
União Democrática Cristã (CDU)	52
Partido Liberal Democrata da Alemanha (LDPD)	52
Partido Nacional Democrata da Alemanha (NDDP)	52
Partido Camponês Democrata da Alemanha (DBD)	52
Confederação dos Sindicatos Livres Alemães (FDGB)	68
União Democrática das Mulheres Alemãs (DFD)	35
Juventude Livre Alemã (FDJ)	40
União Cultural da RDA	22

Segundo a sua origem social, 43,8% dos deputados à Câmara do Povo, são operários, 15,4% são membros de cooperativas de produção agrícola ou camponeses, 20,4% são empregados e

20,2% são intelectuais, 0,2% pertencem a outros sectores. Os deputados à Câmara do Povo da RDA não são parlamentares profissionais. São trabalhadores que não abandonam a sua profissão, mantendo, cada um, nos respectivos locais de trabalho, o contacto estreito com os seus eleitores e com as massas. Quando têm de exercer as

suas funções de deputados são temporariamente libertados da sua actividade profissional; por exemplo, durante as sessões do Parlamento, durante o trabalho nas numerosas comissões da Câmara do Povo que através referendos, Tal como os parlamentares de outros países gozam de imunidade. (Agência Panorama DDR)

Breves notícias dos países socialistas

União Soviética

- Em Tiraspol, na República Soviética da Moldávia, está em construção uma importante empresa da indústria têxtil algodoeira cuja produção anual atingirá os 110 milhões de metros de tecidos. Foram recentemente instalados os primeiros 500 teares, dum total de 1200.
- À longo da nova linha férrea Baikal-Amur surgiram 60 novas localidades com um total de 100 mil habitantes.
- Uma nova empresa de maquinaria pesada está a ser construída ao sul da parte europeia da República Federativa Russa. Ocupando uma área de 660 hectares a nova empresa produzirá principalmente equipamentos para a indústria energética. Prevê-se que comece a funcionar em 1977.
- Na Baía de Wcangel, no Pacífico, onde está a ser construído o maior porto soviético para navios de grande tonelagem, foi concluída a quinta doca. Esta doca destina-se ao carregamento de máquinas, equipamentos, materiais de construção, etc. Quando estiver completamente terminado, este novo porto soviético do Extremo Oriente contará com 70 docas.
- Está a ser construído, actualmente, em Moscovo, um estádio completamente coberto, com capacidade para 50 mil espectadores. Com este novo estádio eleva-se a 60 o número de estádios desportivos da capital soviética.

República Democrática Alemã

- Desde 1949 até agora foram construídas em Berlim, 130 mil viviendas. Somente desde 1971 até hoje construíram-se 20 mil. O maior resultado foi alcançado no passado mês de Setembro: os operários da construção civil bateram o recorde construindo 10 000 viviendas. Foi o número mais elevado até agora atingido no espaço de um mês, na RDA.
- Da fábrica de automóveis de Ludwigsfelde, nos arredores de Berlim, saiu há dias o camião tipo «W-50» número 145 mil. Produzido em série desde 1965, este camião é exportado para numerosos países.

República Socialista da Checoslováquia

- Entrou em princípios deste mês em funcionamento, em Kralupy, perto de Praga, uma grande refinaria que elabora petróleo recebido da União Soviética. Esta refinaria foi construída apenas em 3 anos e está ligada ao oleoduto internacional «Drujba» (Amizade).

República Popular da Polónia

- Em princípios deste mês começou a trabalhar em Lodz, antes do prazo previsto, a maior fábrica de alfapinas e tapetes da Europa. «Dywan», assim se denomina a fábrica, produzirá anualmente dois milhões de metros quadrados de alfapinas.
- Eleva-se a 56 milhões de zlotys o valor total dos materiais de construção produzidos na Polónia durante os primeiros 9 meses deste ano, o que representa 17% mais do que no mesmo período do ano passado. A produtividade de trabalho neste ramo aumentou em 12%.

República Popular da Bulgária

- Nas escolas superiores da Bulgária matricularam-se este ano, nos primeiros cursos, 15 mil estudantes, 42% dos novos estudantes estão inscritos em cursos de engenharia.
- Durante os 30 anos do Poder popular na Bulgária foram construídas 1 milhão e 500 mil casas, o que representa, 62% do total de casas existentes actualmente no país.

República Popular da Hungria

- A troca de mercadorias entre a Hungria e a União Soviética aumentou 18 vezes nos últimos 25 anos. A Hungria importa da União Soviética 92,6% do minério de ferro que elabora, mais de três quartos do fosfato e dois terços do petróleo e da madeira que necessita para a economia nacional.

República Socialista de Cuba

- Na próxima safra do açúcar, em 1975, Cuba utilizará 240 máquinas combinadas mais do que na safra passada. Essas máquinas foram construídas com a ajuda da União Soviética e com elas far-se-á cerca de 28% do total da colheita. Prevê-se que em 1980 todo o trabalho seja realizado com máquinas.

COMO FUNCIONA O SOVIETE SUPREMO

O Soviete Supremo da URSS é o mais alto órgão de poder estatal e o único órgão legislativo do Estado Soviético. Esta suprema instituição representativa é eleita pelo povo no exercício do seu direito eleitoral universal, igual e directo — na base do voto secreto e pelo prazo de quatro anos.

A composição do Soviete Supremo da URSS retrata as classes que compõem a sociedade socialista, o papel dirigente nela exercido pelo Partido Comunista e a sua estreita ligação com as mais amplas massas populares. Por exemplo, 32,8% dos deputados do Soviete Supremo da URSS eleitos em 1974 são operários e 17,9%, camponeses (colhosianos). A maioria esmagadora destes deputados, ou seja, 72,2%, são membros ou candidatos a membro do PCUS. A composição do Soviete Supremo da URSS revela também a igualdade de direitos de que desfruta a mulher em todos os sectores da vida estatal e pública da União Soviética, de acordo com o estabelecido na Constituição do país. Basta dizer que 30,5% dos deputados são do sexo feminino.

O Soviete Supremo da URSS sanciona os planos de fomento da economia da URSS e o orçamento da União, que é um só, decide das questões da guerra e da paz, controla o cumprimento da Constituição da URSS, etc.

Os mais altos órgãos dirigentes do Estado Soviético são formados directamente pelo Soviete Supremo da URSS. Ele elege o Presidium do Soviete Supremo da URSS, forma o Conselho de Ministros, elege o Supremo Tribunal da URSS e nomeia o procurador-geral da URSS. Todos estes órgãos estão subordinados ao Soviete Supremo da URSS e têm de prestar-lhe contas da sua actividade.

Da União Soviética fazem parte mais de 100 povos diferentes. Daí resulta que o órgão supremo do poder estatal, no país, é estruturado de modo a poder representar não só os interesses comuns de todos os trabalhadores mas também os interesses particulares deste ou daquele povo. O Soviete Supremo da URSS compõe-se de duas Câmaras. Uma delas — o Soviete da União — representa os interesses comuns de todos os trabalhadores da URSS independentemente da nacionalidade a que pertencem. A segunda Câmara — o Soviete das Nacionalidades — defende os interesses dos povos da URSS decorrentes das suas peculiaridades nacionais.

URSS: A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

É sabido que a correlação mundial das forças se inclina hoje decisivamente em favor do socialismo, da paz e do progresso social. Conhecida também a influência decisiva que neste processo teve e tem a União Soviética, principal fortaleza do campo socialista, cujo poderio militar permite manter em respeito as forças mais agressivas do imperialismo, cuja capacidade económica e defensiva favorece a evolução positiva da vida internacional.

Poderá, entretanto, perguntar-se: — Qual é o peso da União Soviética na economia mundial? E que posição ocupa ela actualmente em relação aos Estados Unidos da América, a maior potência imperialista do nosso tempo?

Vamos procurar responder a estas questões que ganham maior actualidade nestes dias que precedem o 57.º aniversário da Grande Revolução de Outubro. Mas, para termos uma consciência mais clara da posição do País dos Sovietes na arena mundial, para melhor avaliarmos das suas perspectivas, temos de ver o ponto de onde partiu, as condições do seu desenvolvimento, onde chegou e quais os ritmos do seu progresso, comparativamente ao mundo capitalista.

Começemos pois por referir a base de que partiu a União Soviética: A velha Rússia czarista estava técnica e economicamente atrasada, de 50 a 100 anos, em relação aos países capitalistas desenvolvidos. A sua produção industrial era menor que a da Inglaterra, da França e da Alemanha, tomadas em separado, e correspondia a apenas 4% da produção mundial e a uns 12% da produção dos Estados Unidos. Construiu 4 vezes menos máquinas que a Inglaterra, 5 vezes menos que a Alemanha e 10 vezes menos que os Estados Unidos da América. Muitos dos povos das suas actuais repúblicas e das regiões periféricas não tinham sequer indústria, possuíam uma agricultura atrasadíssima, viviam ainda em plena Idade Média. Entretanto, como se não bastasse tudo isso, em 1920, em consequência da Primeira Grande Guerra, da Guerra Civil e da intervenção estrangeira, a produção industrial do país era 7 vezes menor do que a do ano de 1913.

Este foi pois o ponto de partida da União Soviética. Vejamos agora as condições do seu desenvolvimento: Em 1927, sem qualquer ajuda do exterior e superando inúmeras dificuldades, devidas à desorganização da economia, à fome e ao bloqueio económico, o povo soviético já tinha colocado a sua indústria ao

nível de antes da Primeira Grande Guerra. Os planos económicos de fomento foram sendo cumpridos com enorme êxito. A União Soviética transformava-se, pouco a pouco, de um atrasado país agrícola numa adiantada potência industrial.

Ora, justamente no cumprimento dos primeiros planos quinquenais (que criaram uma poderosa indústria e uma grande economia colectiva), assentaram as bases materiais da vitória sobre o fascismo. Todavia a invasão hitleriana e a guerra trouxeram ao povo soviético infinitas calamidades e sofrimentos, bem expressos em 20 milhões de mortos e na perda de 1/3 da sua riqueza nacional. Foi daí que, no pós-guerra, teve de reconstruir a reconstrução do país. E reconhecer de novo em condições muito difíceis, como a «guerra fria» e a corrida armamentista. Para além disso a União Soviética cumpria os seus deveres internacionais em relação aos países socialistas, ao movimento operário internacional e ao movimento da libertação nacional, dando-lhes uma ajuda que se cifrava em muitos mil milhões de rublos.

Tudo isto quando, por exemplo, os Estados Unidos da América, nem sequer tinham sofrido as consequências da guerra no seu território e tinham dela saído enriquecidos, graças às exportações de armamento. Tudo isto, ainda, enquanto os EUA e os principais países capitalistas exploravam colónias e semicolónias, das quais atraina hoje o imperialismo americano retira lucros superiores a 20 milhões de dólares.

Mas, apesar da sua pobre base de partida e das condições muito complexas e difíceis do seu desenvolvimento, a União Soviética realizou um salto gigantesco.

Com efeito, em menos de 4 décadas (já que uns 20 anos foram de guerra ou destinados a sarar as feridas da guerra) foi possível transformar a velha Rússia e as regiões atrasadas e deserdadas do império czarista numa grande potência industrial, com uma economia moderna e altamente desenvolvida. Já em 1950 o trabalho abnegado dos soviéticos e o enorme potencial criador do sistema socialista tinham permitido ultrapassar em 70% o volume da produção industrial de antes da guerra. Em 1971 esse volume era 13 vezes e meia maior que em 1940 e 93 vezes superior ao de antes da Revolução. Só em 1970 a indústria soviética produziu o dobro de todos os quinquénios de antes da guerra. Vejamos agora qual é a posição da União Soviética na economia

mundial e face aos Estados Unidos da América.

Se em 1913 correspondiam à Rússia czarista apenas 4% da produção industrial mundial, atrás da Inglaterra, da Alemanha e da França, tomadas em separado, hoje a União Soviética produz mais que estes países em conjunto, cabendo-lhe mais de 20% da produção industrial mundial. Se em 1913 o volume da produção industrial soviética era cerca de 1/10 do dos Estados Unidos da América, em 1950 correspondia já a pouco menos de 1/3 e hoje representa bem mais de 2/3. É fácil compreender porque, se dissermos que a produção industrial soviética cresce muito mais rapidamente que a dos países capitalistas mais desenvolvidos. Assim, nos últimos 20 anos, o ritmo médio de crescimento da produção industrial soviética andou pelos 10%, enquanto o ritmo dos EUA se reduzia a uns 4%.

Há, entretanto, numerosos campos em que a União Soviética já ultrapassou os próprios EUA.

Apesar da sua pobre base de partida e das enormes dificuldades do seu desenvolvimento, apesar de ter uma das semanas de trabalho mais curtas do mundo, a União Soviética não supera os EUA e os principais países capitalistas só nos índices sociais (na garantia de trabalho, nas condições de trabalho e de descanso, no nível de assistência médica e de saúde pública) ou só nos índices culturais (no nível de instrução ou na frequência de teatros, cinemas, exposições e bibliotecas, em que a URSS detém o primeiro lugar no mundo). Na própria produção industrial a União Soviética ultrapassou já os Estados Unidos em muitos campos, enquanto noutros se aproxima rapidamente da principal potência imperialista.

A União Soviética superou os Estados Unidos na produção de hulha, cabendo-lhe 1/4 da produção mundial. Superou-os também, em 1972 e pela primeira vez, na produção bruta de ferro e aço, em que hoje produz tanto como a Alemanha Federal, a Inglaterra, a França e a Itália juntas. Nas suas existências geológicas de muitos metais não ferrosos, como bauxite, cobre, chumbo, zinco, níquel, volfrâmio e outros, está à frente de todos os países do mundo. Ocupa também o 1.º lugar na produção mundial de cimento e de peças de cimento armado, na produção de madeira serrada, na fabricação de tecidos de lã e de algodão, na produção de açúcar (com o dobro dos EUA),

assim como na produção de manufatura e lacteícos.

No petróleo a distância que separa os EUA da URSS encurtase rapidamente. Na produção de energia, apesar de os EUA conservarem o 1.º lugar, os ritmos soviéticos de crescimento são maiores, além do que a URSS possui as maiores centrais hidroeléctricas do mundo e caminha na vanguarda no aproveitamento da energia atómica. Na indústria de construções mecânicas, em que os EUA ainda estão à frente, a URSS já passou para a cabeça do polo mundial no que se refere à produção de tractores de potência sumária, assim como de locomotivas Diesel e eléctricas.

Está ainda atrasada a URSS na agricultura, apesar de (ao contrário do que por vezes se imagina e do que a propaganda reaccionária, com as suas calúnias, pretende fazer crer) ela ocupar o 1.º lugar mundial na produção bruta de trigo, de que produz mais que os EUA, o Canadá, a Austrália, a França e a Itália, todos juntos. O mesmo acontece em certos consumos per capita, na produção de bens duradouros, na esfera dos serviços, na quantidade e qualidade de muitas mercadorias de largo consumo. É que, noutros tempos, entre os países da rápida industrialização do mundo, os soviéticos limitaram, conscientemente e por largos anos, o desenvolvimento da sua indústria ligeira, privando-se de muitas coisas. Isso foi uma necessidade histórica, para superar o atraso da velha Rússia e sarar as profundas feridas deixadas pelas guerras. Mas agora, numa sociedade socialista muito avançada, quando se constroem as bases técnico-materiais do comunismo, o nível alcançado pela economia soviética permite já, a par da continuação do crescimento da indústria pesada, atribuir à indústria ligeira (seja ela alimentar ou de vestuário) enormes recursos, de modo a satisfazer mais plenamente as crescentes necessidades do povo, de modo a melhorar ainda mais o bem-estar dos trabalhadores.

Portanto, e como mais uma vez se demonstra, a propriedade social dos meios de produção, o trabalho livre da exploração, a inexistência de crises económicas, a liquidação do desemprego e o sistema planificado da economia dão ao socialismo vantagens decisivas sobre o capitalismo no domínio da produção. A União Soviética, que se prepara para comemorar o 57.º aniversário da Grande Revolução de Outubro, é disso testemunho eloquente.

Camarada: lê e divulga o AVANTE!
Organiza postos e grupos de venda do teu jornal, o jornal dos trabalhadores.

A EMIGRAÇÃO APÓS O 25 DE ABRIL

CANADÁ — Por iniciativa conjunta da Associação Democrática Portuguesa — de Toronto — e do Movimento Democrático Português de Montreal, deslocaram-se em princípio de Outubro àquelas importantes colónias de emigrantes portugueses no Canadá, Urbano Tavares Rodrigues e José Afonso. Os comícios em que ambos participaram contribuíram para um melhor esclarecimento político dos emigrantes.

A presença de milhares de emigrantes nestes comícios, e suas participações directas, têm um duplo significado: por um lado, rasgar o véu obscurantista de que se tem rodeado a imprensa com destino aos emigrantes, por outro, a certeza de que estes se mostram cada vez mais atentos e empenhados no processo de democratização em curso no nosso país.

De facto tem-se vindo a desenhar, cada vez mais nitidamente, o oportunismo político de uns quantos caciques que pretendem com uma certa dose de demagogia manobrar «electoralisticamente» os emigrantes — à moda Salazar-Marcelista — recorrendo largamente à imprensa daquele destinada, e em grande parte pertencendo a grupos bancários.

Mas os emigrantes têm demonstrado estar atentos ao «rumo» de certos «navios».

INGLATERRA — No Royal Festival Hall de Londres, a 20 de Outubro, perante mais de 2500 pessoas, realizou-se um grande comício organizado pelo Comité Distrital de Londres do PC da Grã-Bretanha.

A intervenção de abertura do nosso camarada Carlos Plácido, que realçou as vitórias do 25 de Abril, a evolução política que se lhe sucedeu, a investida desesperada da reacção no último fim-de-semana de Setembro e o seu significado, foi escutada com vivo interesse pela numerosa assistência recebendo no final grande ovacão.

Falaram ainda Tony Ambatios do CC do PC da Grécia, com 17 anos de prisão, bem como Ken Goll e Jimmy Reid, conhecidos dirigentes do movimento Sindical e operário britânico.

VENEZUELA — A Junta Patriótica Portuguesa difundiu uma mensagem aos emigrantes portugueses na Venezuela por ocasião do 5 de Outubro, de que se salientamos os seguintes trechos:

«Hoje, graças à unidade do povo com as Forças Armadas, a explosão de alegria popular que mobilizou massivamente o povo português durante os momentos que se seguiram ao começo de acção libertadora do Movimento das Forças Armadas, só tem paralelo, neste século, com o mesmo júbilo nacional que se seguiu à implantação da 1.ª República Portuguesa no 5 de Outubro de 1910».

«Igualmente, a unidade do Povo-Forças Armadas que se registou nesse dia e foi reforçada neste fim-de-semana (28 de Setembro) para fazer frente à conspiração que queria anular as recentes conquistas democráticas, fazendo-nos regressar ao passado fascista — também só encontra paralelo naquelas heróicas jornadas do princípio do século, quando civis e militares se bateram valentemente contra elementos monárquicos aliados à reacção de então, que se haviam conjurado para degozar a recém-criada República».

«Agora como então, um mesmo sentimento anima o nosso povo: o seu desejo de viver em paz e liberdade. A sua determinação em construir uma sociedade mais humana e mais justa para todos os portugueses».

«A melhor maneira de honrar os heróis da 1.ª República e de cumprir as nossas responsabilidades históricas com as gerações vindouras, é mantermo-nos unidos em torno do Governo Provisório e do MFA. Com o esforço conjugado de todos os portugueses dentro e fora do País, temos de repor Portugal no lugar que lhe compete no conceito das nações modernas».

RFA — AS MANOBRAS DO MEP — A Associação 1.ª de Maio com sede em Stuttgart, tomou posição em relação a um comunicado do MEP, «que parece querer demonstrar que fala em nome de todos os emigrantes portugueses na

Alemanha». Esta associação que «foi fundada muito antes do 25 de Abril, e sempre lutou pelo emigrante, separadamente de consuladros, emissões católicas, entendendo que lhe assiste a força moral e política para falar não só em seu nome mas no de uma boa parte dos emigrantes residentes na Alemanha».

E mais adiante continua: «Ao folharmos uma agenda de 1974, em língua portuguesa e editada pelas autoridades alemãs, com instruções ao emigrante português, poderemos ler que na Breidenbachstr. 4, em Mainz, está instalada uma secção da Caritas; viemos depois a saber que o mesmo endereço é o da missão Católica Portuguesa».

O MEP abordou o problema do voto de uma forma dúbia e a Associação 1.ª de Maio quer ver bem esclarecido este ponto.

«Por este facto, devemos pedir a esse movimento para que declare quais são as suas verdadeiras intenções, pois a nós afilgamos-nos que pretendem o voto do emigrante para o acorretar a favor de um partido».

«Desconhecendo qual será a decisão do Governo Provisório sobre a concessão do voto e embora se trate de um direito inalienável do indivíduo (...) somos da opinião que no actual momento político é um perigo para a democracia a concessão do voto ao emigrante, dada a despoliticização de todos nós».

E finaliza: «O voto do emigrante não seria consciente e não representaria o que ele em consciência pretende ou, o que seria mais grave, seria influenciado pelos «espertalhões» arvorados em líderes».

Assim a Associação 1.ª de Maio desmascarou as intenções suspeitas do MEP (Movimento Emigrante Português).

Quando a ingenuidade política serve de capa às manobras de uns quantos vira-casacas naturalmente nada de bom daí se pode esperar. Mas se a tudo isto lhe juntarmos a demagogia e o oportunismo, extraído da falta de informação dos emigrantes então estamos já perante manobras de cariz mais que suspeito de que não podemos alhearmo-nos. O MEP (Mo-

vimento Emigrante Português!!) é a nova face de umas quantas «intenções» que com os emigrantes só têm que ver o seu nome.

Ostensivamente rico de meios e naturalmente de apoios, o MEP encontra-se instalado na missão católica de Mainz. Tem o apoio da Caritas e dos jornais que algumas instituições bancárias criaram para a emigração portuguesa.

De quem se encontra à frente desta iniciativa o que mais chama a atenção foram suas «relações» com o ex-secretário Nacional da Emigração — Saaraça Leal. Os emigrantes sabem assim quem está por trás e quem está na frente do MEP. E este vai longe, no atrevimento com que desafia reacções e o processo de democratização em curso. Caso não sejam satisfeitas as suas pretensões, propõe-se realizar manifestações para as quais tem já data marcada. E quais são as suas pretensões? Defendendo o direito de voto a todos os emigrantes, utilizar as condições de despoliticização daqueles, e a impossibilidade dos partidos políticos portugueses realizarem a sua campanha na maior parte dos países capitalistas para imporem nas próximas eleições, o regime que mais interessa aos senhores que manobram tais fantoches. Nem na prática, nem na intenção o MEP tem contribuído — nem lhe interessa — para a defesa dos verdadeiros interesses dos trabalhadores emigrados: contra a exploração de que são vítimas na luta por melhores condições de vida, pela revisão dos acordos entre governos, etc.

• • •

Chamamos mais uma vez, a atenção dos nossos leitores emigrados para o interesse da sua colaboração nesta rubrica, recolhendo todas as notícias sobre a vida das associações, situação dos consulados e embaixadas, sessões de esclarecimento e convívio ou sobre outras iniciativas dos trabalhadores portugueses emigrados e enviando-as para o «Avante!» — A EMIGRAÇÃO APÓS 25 DE ABRIL — Rua Santos Dumond, 57-2.ª — Lisboa.

PLENÁRIO DOS TRABALHADORES DA ITT

Os trabalhadores da multinacional ITT—Standard Elétrica, realizaram um plenário em que, além da eleição de delegados sindicais, foi aprovada proposta enviada ao Governo Provisório, na qual se pedem energias medidas contra os responsáveis pelos despedimentos sem justa causa, estímulo à criação de postos de trabalho, melhores benefícios sociais, confissão de bens e prisão em caso de sabotagem económica», disposições contra actividades fascistas e reacções.

O secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, convidado a assistir à reunião, recebeu dos trabalhadores a importância de 150 967\$50 destinada à campanha de um dia de salário para a Nação. Agradecendo a oferta e salientando o seu significado, aquele membro do Governo pediu aos trabalhadores «que nunca se esqueçam de que o objectivo principal nesta fase é a consolidação da Democracia, é o criar de bases para que o Governo Português possa estabelecer reformas sociais, económicas e políticas, que se traduzam numa melhor repartição do rendimento nacional, numa distribuição efectiva

desse produto, numa melhoria social para todos».

O dr. Carlos Carvalhas, que se referia às enormes empresas, cujo produto é superior ao produto nacional bruto do nosso país, lembrou que a dimensão dessas empresas, o seu poder económico e político poderão ainda causar problemas de que os trabalhadores têm de ter consciência.

Convidado pelos trabalhadores, esteve presente no plenário Canais Rocha, dirigente da Intersindical. Numa intervenção sobre sindicalismo, defendeu a redução do número de sindicatos herdados do fascismo e preconizou a criação de sindicatos verticais por sectores de actividade. Exemplificando com os empregados de escritório, que exercem a sua actividade nos ramos da metalurgia ou da metalomecânica, o dirigente da intersindical disse que os mesmos passariam para o organismo sindical dos trabalhadores metalúrgicos ou metalomecânicos. Lembrou que isso não implica a existência de sindicatos nacionais, a existência de um único sindicato para um ramo de actividade em todo o País, aquele dirigente sindical referiu a dado passo:

«Existem neste momento, no nosso país, tantos sindicatos como os dias do ano. Isto para dois milhões de trabalhadores sindicalizados, pois os 50 mil trabalhadores agrícolas não tinham sindicatos no fascismo, como não os tinham os 300 e tal mil funcionários públicos, os 120 mil empregados domésticos, os 50 mil pescadores.

«Um terço dos trabalhadores portugueses não tinham sindicato — acrescentou Canais Rocha.

— Os dois terços tinham 365 sin-

NOVO ACORDO NO SECTOR QUÍMICO

«As empresas representam a existência de facto das comissões de empresa e o Grémio recomendará aos seus associados que elas sejam consultadas sempre que se apresentem problemas que estritamente digam respeito ao seu pessoal» — estipula uma das cláusulas do acordo concluído em 23 de Outubro, entre o Sindicato

dos Caixeiros e o Grémio dos Armazenistas de Drogas e Produtos Químicos e Farmacêuticos do Sul.

Aquela cláusula, que consta de outros acordos, vem chamar a atenção para a necessidade, já amplamente satisfeita em vários sectores, de os trabalhadores e os sindicatos elegerem os respectivos delegados sindicais em todas as empresas, para que se possa contar com a indispensável organização de base em todos os locais de trabalho, mecanismo insubstituível na defesa das reivindicações e nas lutas dos trabalhadores.

Entre as outras cláusulas aprovadas conta-se a nova tabela salarial que regista aumentos de mais de 100 por cento e terá efeitos a partir de 1 de Junho findo.

Trabalhadores que recebiam mensalmente 1800\$00 pelo contrato anterior (aprovado em Maio de 1972) passaram para 3600\$00. Salários de categorias mais elevadas foram aumentados na ordem dos 50 e cerca de 70 por cento. Um primeiro-caixeiro, cujo mínimo salarial era de 4500\$00, não poderá agora receber menos de 7000\$00.

O acordo inclui ainda outras condições vantajosas para os trabalhadores. Delas destacamos as férias, que não ultrapassavam os 12 e os 18 dias úteis e atingem agora 4 semanas.

Celebrado no Ministério do Trabalho que prestou apoio técnico às negociações directas entre o Sindicato e os representantes patronais, o novo acordo, que abrange cerca de 2000 trabalhadores do Sul do País, será publicado no Boletim daquele Ministério e terá validade legal obrigando as partes contratantes.

SINDICATO DOS QUÍMICOS

PROCESSOS CONDENÁVEIS CONTRA A UNIDADE SINDICAL

Em reunião efectuada, em 10 de Outubro findo, no Ministério do Trabalho, os corpos gerentes do Sindicato dos Técnicos e Operários da Indústria Química do Distrito de Lisboa e do Sindicato dos Operários das Indústrias de Transformação de Matérias Plásticas e Produtos Similares do Distrito de Lisboa aprovaram e assinaram um comunicado distribuído no mesmo dia aos órgãos da Informação. Nele se comprometeram a proceder à realização de assembleias gerais separadas para as respectivas massas associativas se pronunciarem democraticamente sobre a unificação ou não dos dois organismos sindicais.

Cuidadosamente elaborado, esse comunicado dos dois sindicatos tinha em vista uma solução democrática que deve competir aos próprios interessados, como referia aquele documento, que continuava nestes termos:

No caso de ambas as assembleias optarem pela fusão dos dois sindicatos, as respectivas direcções convocarão, simultaneamente, uma assembleia única para eleger um órgão directivo provisório ao qual incumbirá também elaborar o projecto de estatutos do novo Sindicato, nos termos do qual se procederá à eleição dos corpos gerentes do novo organismo sindical.

No caso de ambas as assembleias ou uma delas — acrescentava aquele comunicado — se oporem à unificação, manter-se-ão os dois sindicatos a funcionar nos moldes em que se encontravam anteriormente ao desenhar de todo este processo.

Quatro dias depois da saída deste comunicado, no precisos termos em que foi aprovado e assinado pelos corpos gerentes dos Químicos e dos Plásticos, a direcção do Sindicato dos Químicos distribuiu um documento intitulado «Aos Trabalhadores dos Plásticos», no qual, desprezando completamente as

obrigações assumidas e deliberadamente deturpando o que tinha acabado de assinar, no dia 10, chamava abusivamente, no dia 14, os trabalhadores dos plásticos a impor aos oportunistas a integração nos Químicos, utilizando para isso a assembleia geral do dia 27, que decorreu com graves incidentes e ferimentos em dezenas de trabalhadores, num pavilhão da Cidade Universitária de Lisboa.

Segundo o comunicado discutido e aprovado pelos corpos gerentes dos dois sindicatos na mencionada reunião do dia 10, a presença de delegados do Ministério do Trabalho nas assembleias gerais limitaria-se, se necessário (e a pedido expresso), a testemunhar sobre o cumprimento das normas democráticas na condução dos trabalhos. Mas não era isso o que desejava a direcção do Sindicato dos Químicos, quando dizia aos trabalhadores dos plásticos: Nós bem sabemos que o que se pretende nesta assembleia (a do dia 27) é dar mais uma hipótese aos oportunistas da co-

missão-fantoches (com a qual aceitaram livremente discutir e assinar um comunicado conjunto). No entanto, esta assembleia também apresenta um aspecto favorável — prosseguia a direcção dos Químicos — na medida em que, com o Ministério a assistir, já ninguém pode invocar novos pretextos para não reconhecer o apoio que nos é dado pela maioria dos trabalhadores dos plásticos. Por-se-á, assim, um ponto final no problema da integração dos plásticos nos químicos. Isto é: a direcção dos Químicos já sabia, treze dias antes de se realizar, uma assembleia geral onde não podia participar, que tinha a seu favor a maioria dos trabalhadores dos plásticos.

Foi essa «certeza», que, no apressado juízo dos corpos gerentes dos Químicos, a assembleia do dia 27 consagraria, que esteve na origem dos graves incidentes registados, obrigando o secretário de Estado do Trabalho a determinar imediato e rigoroso inquérito à forma como decorreu a referida assembleia geral e a suspender os seus efeitos enquanto não se apurarem as responsabilidades pela forma antidemocrática e tumultuosa como decorreram os trabalhos.

NÃO AOS DESPEDIMENTOS

A Direcção Provisória do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, com sede em Almeirim, denuncia num comunicado os recentes despedimentos levados a cabo nas últimas semanas por alguns dos maiores latifundiários e exorta os operários agrícolas a não aceitar tais despedimentos, recusando-os deliberadamente.

Embora esses despedimentos sejam «pouco numerosos», a Direcção lembra que os mesmos representam «na natural posição de quem não quer colaborar com a política de Trabalho, Ordem e Democracia, preconizada pelo Governo Provisório e testemunhada na prática pela Aliança do Povo com as Forças Armadas».

«Só a constante união de todos os trabalhadores com o seu Sindicato poderá travar o passo a qualquer manobra da reacção — assinala o comunicado — um não vigoroso aos despedimentos e um forte apeio a unidade».

Num outro comunicado, a Direcção do mesmo Sindicato denuncia um desses despedimentos. Um trabalhador de 64 anos, empregado na Companhia das Lezírias, com o salário de 100\$00 por dia, sem horário de trabalho nem descanso semanal, viu-se, de um instante para o outro, sem trabalho.

«Tendo-lhe adecoado um título, que viria a ser internado no hospital, e pedido o trabalhador um domingo para o ir visitar, foi-lhe posta a condição de primeiro tratar todo o gado a seu cargo. Apesar de cumprir a condição ilegal, como representava o trabalhador veio a ser despedido» — refere aquele Sindicato, alertando a opinião pública para as desumanas condições de trabalho ainda existentes na nossa agro-pecuária».

IMPORTANTE VITÓRIA NO DISTRITO DE BEJA

Após várias reuniões realizadas entre o governador civil de Beja, um representante do IXT, representantes dos trabalhadores (dirigentes sindicais) e representantes dos lavradores, os assalariados, agrícolas de Beja acabam de alcançar uma grande vitória. Importantes reivindicações (exceptuando salariais), comidas em numerosas cláusulas do Contrato Colectivo de Trabalho, a vigorar durante o prazo de um ano, foram atendidas, pelas entidades patronais. Contam-se, entre elas, a conquista das 44 horas semanais; a resolução do problema da garantia de trabalho através de comissões de colocação (concelhas e distrital), a quem cabe investigar a situação de agricultores, com propriedades em subaproveitamento, total ou parcial. Aos agrários, foi dado o prazo, até 5 de Novembro, para a apresentação de duas listas: uma, com o nome de todos os trabalhadores efectivos que vão empregar até 30 de Setembro de 1975, outra, respeitante ao número de trabalhadores eventuais de que vão necessitar até ao fim do ano agrícola. Outras importantes cláusulas que foram, também, desde já acordadas, referem-se a férias (10 dias úteis para trabalhadores efectivos ou permanentes com mais de 3 anos de trabalho e 6 dias úteis para os mesmos trabalhadores até 3 anos de trabalho); pagamento do trabalho em dias de chuva; horas extraordinárias; pagamento do trabalho nocturno; transporte gratuito garantido; proibição de empreitadas; alargamento, a trabalhador

res contratados doutras regiões, de todas estas condições. Importante vitória foi, ainda, sem dúvida alguma, o reconhecimento, por parte dos lavradores, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja como o legítimo representante dos trabalhadores.

O «Avante!», que tem vindo a acompanhar a luta dos trabalhadores agrícolas do Distrito de Beja, não pode deixar de registar-se com esta primeira vitória que eles acabam de alcançar, confiante de que outras reivindicações venham a ser atendidas e a sua situação sensivelmente melhorada.

CADERNOS PORTUGÁLIA

Informação política responsável

SÉRIES

- Instituições do fascismo
- Universidade do povo
- Os que lutaram
- A história que vamos fazendo
- Povos e terras
- Política para todos

PRIMEIROS LANÇAMENTOS

PIDE-DGS

UM ESTADO DENTRO DO ESTADO por Fernando Luso Soares

O IMPERIALISMO EM ANGOLA

SEGUNDO DOCUMENTOS DO MPLA

O QUE É O MARXISMO

por Francisco dos Santos Costa

A VENDA NAS LIVRARIAS



SESSÕES E COMÍCIOS

Hoje — RIO MAIOR — Sessão de esclarecimento, às 21 h; Amanhã — MOSCAVIDE — Comício, às 21 h, no Ginásio dos Olivais; ALCÁCER DO SAL — Sessão de esclarecimento sobre a questão agrária, às 20 e 30 h; VALE DE FIGUEIRA (SANTARÉM) — Sessão de esclarecimento, às 21 h; TRAMAGAL — Sessão de esclarecimento, às 21 h; CASTELO BRANCO — Comício, às 21 h; COUCO — Sessão de esclarecimento, às 21 h; CORUCHE — Sessão de esclarecimento, às 21 h; TORRE DA MARINHA (Concelho do Seixal) — Sessão de cinema, com dois filmes sobre a URSS, integrada nas comemorações do 7 de Novembro, às 21 e 30 h; SOBREDA (Concelho de Almada) — Inauguração de uma exposição de fotografias integradas nas comemorações do 7 de Novembro, às 21 e 30 h, no Clube Recreativo da Sobreda; ALMADA — Sessão de esclarecimento, às 17 e 30 h, na Parry Son; PAÇO D'ARCOS — Sessão de esclarecimento, às 21 h, no cinema; 5/11 — ARRENTELA (Concelho do Seixal) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30 h, integrada nas comemorações do 7 de Novembro; CHARNECA (Concelho de Almada) — Projecto de «slides» sobre a URSS; às 21 e 30 h, na Sociedade Charnqueira, sessão de esclarecimento, integrada nas comemorações do 7 de Novembro; COSTA DA CAPARICA — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30 h, integrada nas comemorações do 7 de Novembro; CONSTÂNCIA — Sessão de esclarecimento às 21 h; 6/11 — PAIO PIRES — Sessão de esclarecimento com projecção de «slides», às 21 e 30 h, integrada nas comemorações do 7 de Novembro; SANTO ESTEVÃO (Benavente) — Sessão de esclarecimento, às 21 h; SEIXAL — Sessão de cinema com dois filmes sobre a URSS, às 21 e 30 h, integrada nas comemorações do 7 de Novembro; COVA DA PIEDADE — Grande comício, às 21 e 30 h, na S. F. U. A. P., integrada nas comemorações do 7 de Novembro; PRAIA DO RIBATEJO (Barcelos) — Sessão de esclarecimento, às 21 h; 8/11 — AMORA (Concelho do Seixal) — Comício, às 21 e 30 h, na Sociedade Filarmónica Operária Amorense; ALMADA — Sessão de canto livre, às 21 e 30 h, na Academia Almadense; VALE DE SANTARÉM — Sessão de esclarecimento, às 21 h; TORRES VEDRAS — Comício, às 21 e 30 h, no Teatro Cine; 9/11 — FERREIRA DO ZÉZERE — Sessão de esclarecimento, às 21 h; SOBRAL DE MONTE AGRADO — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30 h, no Cine Teatro; 10/11 — ALMADA — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30 h, no Ginásio Clube do Sul; VILA NOVA DE OUREM — Sessão de esclarecimento, às 16 h; MAÇÃO — Sessão de esclarecimento, às 21 h.

Comícios da UEC

Nos próximos dias a União dos Estudantes Comunistas promove sessões em vários locais, nomeadamente em Coimbra, no dia 7, e no Porto, no dia 12. Em Lisboa, na Voz do Operário, às 21 e 30, realiza-se um comício no dia 7.

REVISTA INTERNACIONAL

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

Devolve o cupão junto acompanhado de Esc:

195\$00 (assinatura anual, para Portugal)

em cheque ou vale do correio, para Editorial Avante,

Av. António Serpa, 26 -29.º Esq.º. Lisboa-1

Nome _____ R. _____
Profissão _____
Morada _____
Localidade _____ Telef. _____

correspondência

Senhor Director do «Avante».

Para esclarecimento dos leitores do seu jornal agradeço a publicação integral da presente carta.

No «Avante» de 26 de Julho de 1974 (ano 44 — série VII — n.º 11), na página 3, segunda coluna e seguintes, vem um generoso inventário das principais propriedades desta casa.

O primeiro esclarecimento que se impõe é que esta casa já não existe.

Fui eu que, quando administrei a casa de meu pai, Domingos Pulido Garcia, lhe dei esta designação.

Depois de meus pais falecidos a casa foi partilhada pelos seis filhos. O meu lote foi constituído pelo «Meirinho», que tive de vender para pagamento de dívidas da minha lavoura.

Hoje sou um trabalhador do foro e com mais ou menos dificuldades vou sustentando a minha numerosa família.

No entanto, o seu jornal inclui ainda o Meirinho com 234,4 ha entre as propriedades de uma casa extinta, de que fui herdeiro, e ainda outras propriedades que nunca soube pertencerem à dita casa, e que somam 3031,2 ha, a saber:

— Facho, Charneca e Varetta, no concelho de Serpa, com 1266,3 ha.

— Arrochais de Vale de Navarra, no concelho de Moura, com 301,9 ha.

— Monte Negro, no concelho de Moura, com 501,9 ha.

— Herdade do Tril, Insua, Insuinha, Acreiro e Tenxugueira, no concelho da Vidigueira, com 961,1 ha.

Ora bem, nenhuma destas propriedades pertenceu jamais à extinta casa Pulido Garcia e, portanto não são, hoje, de nenhum dos seus herdeiros. Trata-se, portanto, de uma oferta que o «Avante» nos faz, tanto destas propriedades como do Meirinho, que há bastantes anos foi vendido.

Impõe-se que em nome de todos os contemplados eu agradeça ao v.º jornal (o artigo não vem assinado sendo, portanto, da responsabilidade do jornal) a generosa dádiva com que nos presentearam a mim e a meus irmãos. Fiz as contas e verifico que a dádiva (não contando o Meirinho, que será só para mim) totaliza 3031,2 ha, que, a dividir por 6 irmãos dá a cada um 505,2 ha. Ora, mesmo a 10000000 cada ha a dádiva que o «Avante» nos faz representa para cada um dos herdeiros um aumento de capital de 5 050 000\$00. E, quanto a mim, terei que crescer ainda o Meirinho (que o «Avante» acha que deve voltar à minha mão, que, ao mesmo tempo por há, com os seus 234,4 ha representará para mim mais 2 344 000\$00).

Portanto, cada um dos meus irmãos agradecerá ao «Avante» a oferta de 5 050 000\$00 enquanto eu tenho a agradecer 7 394 000\$00. Nada mais!

Fico a aguardar o favor do envio dos documentos que titulam a propriedade dos referidos prédios para tratar da inscrição deles nas respectivas conservatórias do registo predial em nome dos beneficiários.

E tão gratos ficamos com este generosíssimo presente que quanto ao demais que também nos oferecem a saber:

1.º Vastos prédios que a casa possui nos concelhos de Aljustrel e Beja, onde também cria gados e produz cereais e cortiça;

2.º Propriedades que têm noutras regiões designadamente na Anadia;

3.º Os vastos prédios que os Orta Cano têm em todo o distrito (notese que não estamos ligados aos Orta Cano porque os Orta Cano somos só nós, 6 irmãos Pulido Garcia); quanto a estas propriedades todas que nós não conhecemos nem delas nunca ouvimos falar, se nos permitirem, num gesto de reciprocidade, somos nós agora que fazemos oferta delas ao PCP.

E quanto à família Sousa Moutinho não temos com ela qualquer ligação. O homem que melhor conheço desta família foi o escritor setecentista que Garrett celebrou no seu drama.

O articulista não o conhecerá tão bem como eu?

De grandes empresas industriais, infelizmente, nem os meus irmãos nem eu sabemos de nada e nomeadamente da Sacor só sabemos quando vamos com o carro à bomba, se está é da Sacor, que ela vende a gasolina ao mesmo preço das outras empresas e que bem cara é.

E dispensando-me de mais comentários quanto ao resto do verborrágico artigo só quero acrescentar, julgando por as coisas na verdade: não foram os trabalhadores nem os agrários do concelho de Serpa que incendiaram searas. Para quê?

A gente do concelho de Serpa sabe discutir os seus problemas com inteligência e compreensão. Pode vir algum bem aos homens insultando-lhes sentimentos de ódio e miséria entre eles, quer

sejam portugueses ou africanos, brancos ou negros, israelitas ou árabes, vietnamitas do Norte ou do Sul, russos ou chineses, estalinistas ou trotskistas, cipriotas, gregos ou turcos, fascistas ou comunistas, etc.? Mas que mundo estamos a construir para os filhos dos homens? Por este caminho, amanhã, havemos de nos comer vivos uns aos outros. E como todos temos dentes, nenhuma facção está garantida de ter o exclusivo do banquete antropófago.

Que crassa a ignorância dos escrevinhadores que se supõem intelectuais que nem conhecem aquele natural princípio da filosofia do Povo:

«Conversando é que os homens se entendem».

Ponham-se de lado antagonismos feroces activados por indivíduos inferiormente recaiçados e defenda cada classe os seus legítimos direitos com honestidade, senso, compreensão e espírito de justiça que a todo o homem se deve ou não, valera a pena viver.

N. R. — «Conversando é que os homens se entendem» diz o sr. Pulido Garcia. Embora duvidemos de que, durante os últimos 48 anos, tenha defendido o diálogo com o mesmo entusiasmo de agora, não seremos nós a deixar de conversar com ele — tanto mais que a sua carta, sem conseguir rebater o que nestas páginas se disse, veio, pelo contrário, trazer novas achegas à posição que defendemos. Afinal, nós é que estamos agradecidos a este herdeiro da Casa Pulido Garcia...

A Casa Pulido Garcia já não existe, informa o nosso interlocutor: após a morte de seu pai, Domingos Pulido Garcia, foi dividida pelos seis filhos e, logicamente, extinta. Mas tal acto de divisão terá mesmo extinguido aquilo que a Casa Pulido Garcia representa? Na mão de um só proprietário, ou de seis proprietários que por acaso são irmãos, altera-se de algum modo (que não o meramente formal) a realidade económica e social subjacente? Uma Casa Pulido Garcia ou seis Casas Pulido Garcia é a mesma coisa? As designações importam pouco — o que importa são os blocos de interesses que as relações familiares (e não só de irmãos) propiciam.

Ora essas relações familiares existem — não só em relação às propriedades hoje divididas entre os herdeiros de Domingos Pulido Garcia mas também no que respeita a outras que o nosso interlocutor afirma nunca terem pertencido à Casa extinta. Se não, vejamos:

— As herdades denominadas «Facho», «Charneca» e «Varetta», situadas na freguesia de Aldeia Nova de S. Bento, concelho de Serpa, aparecem publicamente ligadas à propriedade, ou pelo menos à exploração, do dr. José Gomes Pulido Garcia e esse ritmo público é de certo modo confirmado pelo facto de, no «Anuário Comercial de Portugal» de 1960, a páginas 2450, o referido senhor vir indicado como lavrador e agricultor, precisamente na freguesia de Aldeia Nova de S. Bento;

— A Herdade Arrochais de Vale de Navarra, situada na freguesia de Amareleja, concelho de Moura, pertencia em 1911, como se pode ver no Diário do Governo de 9 de Maio daquele ano, a Francisco Garcia Pulido. Não estamos aqui diante de uma linha de parentesco muito próxima?

— A Herdade Monte Negro, na freguesia da Póvoa, concelho de Moura, pertencia em 1936, como indica a II série do Diário do Governo de 11 de Agosto daquele ano, a João Pulido Garcia;

— Por sua vez, as herdades denominadas Tril, Insua, Insuinha, Acreiro e Tenxugueira, situadas nas freguesias de Marmelar e Pedregão, concelho de Vidigueira, pertenciam em 1934 (II série do Diário do Governo de 29 de Dezembro do mesmo ano) a Francisco Pulido Garcia. Será o mesmo que agora nos escreve? Em caso negativo, é, pelo menos, um seu parente próximo!

— Na II série do Diário do Governo de 14-8-1939, vêm referidas como pertencentes a José Parreira Orta Cano as propriedades denominadas Águas Alvas, Monte do Alto, Laje e parte do Canhoto Velho, situadas na freguesia de Salvador, concelho de Serpa;

— Na II série do Diário do Governo de 20-7-1940, vêm referidas como pertencentes ao mesmo José Parreira Orta Cano a propriedade denominada Amendoeira e parte da Quinta de D. Dinis, também na freguesia de Salvador, concelho de Serpa;

— Na II série do Diário do Governo de 8-7-1941, um conjunto de propriedades de

nominado Monte do Lobo e anexas, situado na freguesia de Santa Maria, concelho de Serpa, vem referido como pertencente a José Parreira Orta Cano, Hermenegildo Martins Ferreira Cano, José Parreira Palma Cano, Maria Imidia Parreira Palma Cano, António Manuel Parreira Palma Cano e João Maria Parreira Palma Cano. A este conjunto vieram a ser anexadas novas terras em 1965, passando a designar-se por Herdade de Monte Lobo, Joana, Afonso, do Rocha e courelas anexas;

— Acrescentemos ainda, por descargo de consciência, uma propriedade denominada Forrobo, da freguesia de Pedregão, concelho da Vidigueira, que, na II série do Diário do Governo de 12-8-1942, aparece como pertencente a Ana Maria de Orta Pulido Garcia.

Falta só relembrar as propriedades cuja existência o nosso interlocutor não negou — «Tojeiras», «Barrocais», «Chirila», «Arrodeus», «Penha», «Samarra» e «Sesmarias» (o «Meirinho» foi vendido para fazer face às dificuldades de vida do proprietário...) — para termos uma panorâmica completa sobre a extensão dos interesses económicos da família, iguais a tantos outros em que se apoiou o fascismo português.

Mas não é só a posse da terra. Dessa posse vinha depois o domínio político, quer a nível local quer a nacional, e a ligação estreita aos grandes grupos industriais e financeiros. Exemplos? Um dr. Francisco Pulido Garcia foi vereador da Câmara Municipal de Serpa; um dr. Francisco Indício de Orta Cano Pulido

do Garcia foi presidente da direcção do Grémio da Lavoura e membro do Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do mesmo concelho; um Fernando Pulido Garcia foi vice-presidente da Câmara Municipal da Vidigueira e provedor da Misericórdia local. Por outro lado, um dr. Domingos Garcia Pulido, natural da Vidigueira, companheiro e amigo de Salazar, interveniente no 28 de Maio, deputado em 1931, director do «Diário de Notícias», presidente da Comissão Distrital de Lisboa da União Nacional, foi presidente do Conselho Fiscal da Sacor e fez parte do Conselho de Administração da Sociedade Nacional de Tipografia, proprietária de O SECULO (dados extrahidos do «Diário de Notícias» de 17-12-73).

E será outro o dr. Domingos Garcia Pulido, proprietário, da freguesia de Sangalhos, concelho de Anadia?

Habitmente, o dr. Francisco Pulido Garcia tenta, na sua carta, isolar os interesses particulares da Casa que foi de seu pai, e que é agora sua e de seus irmãos, como se fosse possível ignorar a realidade de bem mais profunda das ligações familiares entre os grandes senhores da terra, com vista a manter a sistemática exploração do povo e os tradicionais privilégios da casta. Nem importa para o caso que algumas das terras citadas tenham sido já vendidas a outrem. Se o foram, por ter enfraquecido o respectivo rendimento, isso deveu-se, antes de mais, ao facto de esses senhores não terem investido na terra os rendimentos que a terra lhes deu e os terem desviado para ou-

tros sectores produtivos ou para a pura especulação financeira.

Não nos referiremos, claro está, ao tom grosseiro da carta recebida. O riso salutar do povo alentejano responderá por nós. É a justiça far-seá um dia, cada vez mais próximo os que a temem. Então se saberá, melhor ainda, quem eram estes senhores que falavam agora de inteligência e compreensão, quando sempre defenderam o obscurantismo e o terror; que se preocupavam com o futuro dos filhos dos homens sem que nunca se tivessem preocupado, antes, com o futuro dos filhos daqueles que lhes davam o pão; que invocam o espírito de justiça, quando foram até hoje os defensores da injustiça feita, ordem.

teatro

O TEATRO EM PORTUGAL DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Depois de quase 50 anos de clausura, abre-se aos passos dos nossos artistas um caminho amplo e claro: o caminho da liberdade. Não devemos estranhar que esses primeiros passos sejam hesitantes ou inseguros. A aprendizagem da comunicação artística e cultural começa por ser a difícil, delicada aprendizagem da liberdade. De-

remos demonstrar agora que estávamos de mãos atadas por razões muito concretas e indiscutíveis — as razões da submissão (que foi quantas vezes rebeldia) ao poder fascista — e não também por outras razões menos justas e puras: as da sorte, da falta de talento, do conformismo acomodaticio. Não nos devemos julgar mutuamente — até porque os réus são, evidentemente, outros —, nem sequer nos parece lícito fazer, desde já, o processo da contribuição dos nossos artistas e dos nossos intelectuais para a democratização do País, para a libertação definitiva do povo português. Aliás, poderemos acrescentar que em muitos casos, na maioria dos casos, esse juízo não poderia deixar de ser favorável. Há, no entanto, sectores cuja acção nos interessa desde já analisar pelo poder de comunicação junto das grandes massas que os define. Referimo-nos ao cinema e ao teatro. Embora seja este último que neste momento nos interessa especialmente, não queremos deixar de aproveitar a oportunidade para analisar, de passagem, em relação ao cinema, um facto cuja gravidade nos parece evidente. Citaremos apenas os sectores de distribuição e de exibição por serem aqueles que incidem mais directamente no teor deste apontamento.

Todos nós temos ali verificado uma série de factores cuja coincidência começa a ser excessiva para ser casual. Referimo-nos a dois aspectos que marcam estes seis meses de distribuição e de exibição de filmes: a preferência da magistratura dada a filmes de baixo teor artístico e cultural e de nula carga política (filmes de uma mancha geriz de carácter pornográfico) em detrimento de filmes de nível artístico e cultural elevados e capazes de ajudar a um esclarecimento político do público. Parece ser evidente ter havido uma acrida a filmes de rentabilidade garantida, esquecendo-se distribuidores e exibidores que, em boa verdade, cabe a essas actividades colaborar activamente na campanha de dinamização cultural e de esclarecimento político proposta pelo MFA. Além disso, verificaram-se, e não sabemos se ainda se verificam, anomalias como sejam: a projecção, em cinemas da província, de jornais de actualidades em que apareciam as grandes e as pequenas figuras do fascismo; a exibição da cópia nova de um filme de Hitchcock, «Corina Rasgada», cujo tom balizadamente anticomunista torna impróprio para consumo. Os méritos do realizador — tão festivamente saudado por críticos progressistas — não são suficientes para justificar o facto; a produção e a actualidade que estão longe de reflectir a importância do momento histórico que atravessamos (basta compará-los com a imprensa, rádio e televisão).

Parece-nos que todos estes factores devem obrigar-nos a uma vigilância muito especial em relação ao sector de produção, distribuição e exibição cinematográficas. O panorama teatral é mais animador. Se não podemos, não devemos e não queremos menosprezar um factor que reputamos fundamental para a eficácia de qualquer obra de arte — o factor qualidade —, não podemos deixar de ter em conta que, no Portugal que estamos a viver dia a dia, a contribuição ideológica que essas obras podem trazer deve ser devidamente valorizada. Embora a debilitação formal de uma obra de arte prejudique — por vezes fatalmente — essa con-

tribuição, não podemos esquecer as condições em que o teatro português viveu durante 48 anos, condições que não puderam deixar de impedir o teatro português de adquirir a necessária rotação tanto a nível técnico como estético (no caso do espectáculo) e a nível da escrita (no caso da peça enquanto literatura).

Embora possamos acusar tanto os textos como as encenações de carência de rigor, de unidade, de capacidade interpretativa, não podemos deixar de ter em conta a importância, em função de um público a criar, dos dois espectáculos com peças de Bernardo Santareno (autor que a censura fascista prejudicou de forma irreversível): «Português, Escritor, 45 Anos de Idade» e «A Traição do Padre Martinho». A primeira, em especial, conseguiu uma adesão do público que nos parece muito importante sobretudo pelos caminhos que parece abrir para a criação de um teatro político, crítico e interventivo.

Num campo muito diferente, um espectáculo como «Liberdade, Liberdade» aponta para uma via relativamente original no nosso teatro: a da criação de espectáculos, a partir de documentos e de textos capazes de levantar, apoiados numa sólida plataforma musical e na capacidade criativa dos actores, panoramas da história da Humanidade, em geral, e de Portugal, em particular, cujo poder de comunicação e de impacto é muito grande.

O 25 de Abril trouxe finalmente a possibilidade de representar Brecht, autor que os esbirros salazar-marcelistas quiseram inacessível ao público português. Coube a um dos nossos grupos independentes — o do Teatro da Cornucópia — fazer o primeiro Brecht do Portugal livre. Para além de divergências de ordem estética e, logo, de ordem ideológica que esta encenação de «Terror e Miséria no Terceiro Reich» possa suscitar, não podemos deixar de reconhecer a qualidade do espectáculo e a seriedade da encenação.

Neste capítulo — o do teatro livre — não devemos esquecer o esforço do Teatro-Estúdio de Lisboa, que tentou, ao longo de 10 anos de actividade, fazer um teatro de qualidade — tanto sob o ponto de vista de texto como de montagem. Se essa qualidade muitas vezes não foi atingida, o facto deve-se a factores de varia ordem, e a um primordial: o cerco de que essa companhia foi vítima. Certo, tanto de ordem económica como de ordem ideológica. O espectáculo que o TEL apresenta — «Disboa 72-74» — é ainda em parte reflexo desse cerco.

Um outro grupo independente — Os Boneceiros — depois de fazer um espectáculo de cariz brechtiano — «Impreciação Diante das Muralhas da Cidade», de Tankred Dorst — apresentou a estreia de um texto de um velho combatente antifranquista e grande poeta: Rafael Alberti. «Noite de Guerra no Museu do Prado» — símbolo inteligent e subtil de duas resistências do povo espanhol: às invasões napoleónicas e às hordas franquistas — peça, a nosso ver, pela sua relativa inacessibilidade ao público a que se destina. O bom trabalho do encenador e dos actores perdeu-se, em parte, entre o palco e a plateia, sobretudo devido à carga erudita que marca o texto.

De referir ainda o facto de um outro grupo independente — a Comuna — ter desdobrado o seu espectáculo «A Cela», apresentando juntamente com o espectáculo normal a forma como este foi apresentado à censura, o que não deixou de revelar

aspectos sintomáticos das relações dos artistas e do antigo regime, e as formas de resistência que essas relações assumiam. O aspecto mais importante deste espectáculo consistia na discussão que se lhe seguia e que permitia ao público manifestar-se não só sobre o espectáculo como sobre os problemas políticos e sociais que levantava. Como se sabe, também esse tipo de discussão estava entre nós proibido.

Um dos aspectos mais importantes do teatro português é o teatro de revista. Mesmo antes do 25 de Abril, foi possível detectar na revista motivos de resistência política ao poder fascista, aos quais o público amplamente correspondia. Com a liberdade, a revista transformou-se numa faca de dois gumes: pode ser, única e simplesmente, um instrumento oportunista de exploração do público (na mesma medida em que o é um certo cinema), mas é o caso de algumas revistas já apresentadas — no Monumental, no Laura Alves e no Maria Vitória, embora esta com uma outra seriedade — ou pode ser um precioso instrumento de desalienação e de alertaamento desse mesmo público. Com as suas limitações e com os seus erros, são — «Fides na Grelha», espectáculo que reputamos importante, e «Uma no Orvalho da Ditadura», esta, prejudicada pelo excessivo pretensiosismo da parte do texto.

Se lembrarmos o espectáculo da Casa da Comédia — encenação simples e eficaz de poemas de Manuel Alegre —, teremos recordado rapidamente alguns dos principais acontecimentos que marcaram o teatro português do pós-25 de Abril. Estes acontecimentos valem mais pelas lições, positivas e negativas que implicam do que pelas suas próprias virtualidades, pela razão muito simples de que só agora o teatro português (re)começa (se exceptuarmos algumas experiências conseguidas antes do 25 de Abril).

Falta focar um aspecto importante neste panorama salutar do nosso teatro: o do teatro amador. Aqui, não poderemos deixar de manifestar a nossa decepção, ressaltando, embora, o facto de não nos ter sido possível acompanhar todo o teatro que nesse campo se fez nos últimos seis meses. Parece-nos, no entanto, que, em termos quantitativos o teatro amador não tem feito tanto quanto se poderia esperar. O facto explica-se, pelo menos em parte, pela absorção de elementos que a ele se dedicavam por outras tarefas mais imediatas. Mesmo assim, não podemos deixar de referir um espectáculo de amadores que vimos nas Caldas da Rainha, pelo Conjunto Cénico Caldense. Tratava-se de uma encenação colectiva da peça de Peter Weiss — outro nome maldito para a censura fascista — «Canto do Fantoches Lusitano». O cuidado posto na encenação, o bom nível dos intérpretes, a carga crítica do espectáculo, a unidade do conjunto constituíram para nós uma surpresa. Este espectáculo é uma demonstração brilhante da capacidade do teatro português (seja amador, seja profissional).

Outros grupos, outros espectáculos estão em preparação. Uma necessidade nos parece neste momento prioritária: levar o teatro, bom teatro, para fora de Lisboa. O País que vive na província precisa urgentemente desse teatro. Não podemos deprecia-lo. Urge trabalhar fora dos circuitos de público que até aqui absorviam o teatro produzido em Portugal. Um País novo exige um teatro novo.



Encontra-se actualmente entre nós o Ballet Soviético da Sibéria, que vem realizar uma série de espectáculos no nosso País, no seguimento dos já efectuados por outras importantes delegações artísticas da URSS. Composto por 120 figuras, apresentará uma larga panorâmica do folclore siberiano, tendo sido montado no Coliseu um palco especial, iluminado por 200 projectores. Trata-se de mais uma excelente oportunidade para um melhor conhecimento por parte do público português da riqueza artística e da tradição cultural e popular da pátria de Lénine. A gravura documenta a conferência de imprensa dada na passada quarta-feira pelo conjunto soviético.

MÚSICA PORTUGUESA GRAVADA NA HUNGRIA

Como em todos os demais ramos da cultura, também na música o fascismo tentou aniquilar as potencialidades criadoras do povo português. O ensino geral, já de si restrito às classes privilegiadas e orientado para a deformação da inteligência e da sensibilidade dos jovens, ignorou por completo a música, considerando-a talvez matéria supérflua que aos portugueses não interessava. No Conservatório praticou-se a mesma política reaccionária e obscurantista exercida nos outros estabelecimentos de ensino: demissão dos mais notáveis professores, pelas suas ideias democráticas; entrega da direcção a indivíduos desqualificados, fiéis serventuários do regime fascista e dispostos a «policiar» as actividades escolares. Destruída, além disso, a importante reforma que o Governo republicano sancionara em 1919, o Conservatório entrou na mais completa decadência. A partir de 1940 deixou de existir em Portugal uma escola capaz de preparar com veementemente músicos, professores de Música, cantores, chefes de orquestra, compositores, etc. Não admira, por isso, que, trinta anos passados, as nossas orquestras estejam desfalçadas e se verifique uma notória falta de intérpretes avariados, de chefes de orquestra competentes, de jovens compositores. Alguns raras valores que entretanto surgiram fizeram a sua formação no estrangeiro. E esses tiveram de lutar contra a rotina musical reaccionária imposta pelas instituições oficiais, para quem a música era um passatempo «nob», de ricos. Os compositores e artistas portugueses, mesmo quando atingiam a máxima craveira, eram tratados como parentes pobres, pura e simplesmente ignorados, ou até mesmo perseguidos (ora por razões polí-

ticas ora por questões mesquinhas de rivalidade pessoal ou de despotismo dos pequenos «caciques» que ditavam as leis da vida musical portuguesa).

Tudo tem de ser revisto de alto a baixo. O ensino da música tem de ser reestruturado desde a escola primária. Os concertos e espectáculos musicais têm de ser organizados em novos moldes, com vista à democratização da cultura. O aperfeiçoamento e a plena realização artística e profissional dos músicos portugueses (nas orquestras, em conjuntos de câmara, na composição, etc.) têm de ser propiciados e estimulados. Os profissionais da música a quem o fascismo recusou uma preparação conveniente, ou por outra forma prejudicou, têm o direito de exigir do Estado que tome agora as medidas necessárias para pôr termo a uma situação que os impede de exercer a sua função social.

Chega-nos a notícia de que, por iniciativa de editoras portuguesas, acabam de ser gravadas em disco, na Hungria, várias obras sinfónicas de Fernando Lopes Graça. Nessas gravações participaram

duas das melhores orquestras daquele país, sob a direcção de maestros de nomeada. Numa delas participou também um dos melhores solistas vocais portugueses. Abriu-se assim uma oportunidade para a música portuguesa se revelar nas melhores condições técnicas e artísticas, condições essas que o atraso do nosso meio ainda não pode proporcionar. Este intercâmbio com os países socialistas pode e deve desenvolver-se, nesta e noutras modalidades. A Hungria é hoje um dos países mais avançados do mundo no domínio da educação musical: importa estudar imediatamente as formas de estreitamento de relações que possam contribuir para que as reformas a levar a efeito no nosso país beneficiem da valiosa experiência húngara. É preciso estimular os contactos entre os nossos maiores valores musicais e os meios mais desenvolvidos, tentando em contrapartida aproveitar destes todos os ensinamentos que sejam úteis ao nosso próprio desenvolvimento. O intercâmbio com os países socialistas deve ser estimulado em todos os sectores, inclusive no musical.

Edições SEARA NOVA

Perdas e Danos

o último original de

URBANO TAVARES RODRIGUES

Preço — 75\$00

Atenção Livreiros!

Atenção Centros de Trabalho!

Na próxima semana serão postos à venda

PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP

aprovados no 7.º Congresso (Extraordinário)

Façam já as vossas encomendas para

EDITORIAL AVANTE—Av. Santos Dumont, 57-2.º—LISBOA

